



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E
PATRIMÔNIO CULTURAL



HUSANI KAMAU ANTONIO

**SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS (SPD), SALVADOR – BAHIA:
UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SUA TRAJETÓRIA E LEGADO**

CACHOEIRA – BAHIA
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO
CULTURAL (PPGAP)

HUSANI KAMAU ANTONIO

**SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS (SPD), SALVADOR – BAHIA:
UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SUA TRAJETÓRIA E LEGADO**

Texto apresentado para a Defesa de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito final e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Concentração: Patrimônio Cultural

Linha 4: Patrimônio cultural e políticas públicas

Orientador: Wilson Rogério Penteado Júnior

CACHOEIRA – BAHIA
2022

A635s Antonio, Husani Kamau

Sociedade Protetora dos Desvalidos (spd), Salvador – Bahia: um estudo sobre a importância de sua trajetória e legado. / Husani Kamau Antonio. Cachoeira, BA, 2023.

105f., il.

Orientação: Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Bahia, 2023.

1. Abolicionistas - Bahia. 2. Negros – Identidade racial. 3. Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) – Bahia. 4. Movimento Negro Unificado (Brasil). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 305.8

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/
1396)

(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

HUSANI KAMAU ANTONIO

**SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS (SPD), SALVADOR – BAHIA:
UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SUA TRAJETÓRIA E LEGADO**

Texto de Defesa de Mestrado, realizado sob a orientação do Prof. Wilson Rogério Penteado Júnior, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na concentração: Patrimônio Cultural, linha 4: Patrimônio cultural e políticas públicas.

Cachoeira, 19 de dezembro de 2022.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Júnior (Orientador)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profa. Dra. Thaís Fernanda Salves de Brito (Membra interna)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profa. Dra. Adriana Carvalho da Silva (Membra externa)
Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Profa. Dra. Fábiana Barbosa Ribeiro (Membra externa)
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por toda ajuda e carinho que sempre tiveram, sem vocês não conseguiria chegar até aqui. Amo vocês

Agradeço a minha companheira, Dairine Lara de Carvalho e ao nosso filho Davi Kauê. Eu amo vocês.

Ao meu orientador, professor Wilson Rogério Penteado Júnior, sem você esse trabalho não teria existido. Por não ter desistido de mim, por estar sempre me ajudando. Serei eternamente grato, muito obrigado!

Meus agradecimentos a todo/as do Programa de Arqueologia e Patrimônio Cultural. Apesar das dificuldades no início devido a pandemia covid-19 e dos poucos momentos vividos presencialmente. Agradeço aos professores/as e colegas de turma. Muito obrigado!

Agradeço a Associação Protetora dos Desvalidos por terem me recebido na casa de vocês. Agradeço a atual Presidenta, Régina Celia Santos Rocha. As senhoras; Ana Cláudia e Cleusa, por terem me acompanhando durante as visitas, se colocando a disposição. Agradeço ao Sr. Antonio Olavo. Muito Obrigado!

Agradeço a banca examinadora, as professoras; Fábria Barbosa Ribeiro, Adriana Carvalho Silva e Thaís Fernanda Salves de Brito.

RESUMO

ANTONIO, Husani Kamau Antonio. Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), Salvador – Bahia: Um estudo sobre a importância de sua trajetória e legado. Dissertação (Mestrado) – Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira, 2022.

O Presente trabalho tem como objeto de pesquisa a Associação Protetora dos Desvalidos, o estudo realizado foca na trajetória da instituição e seu legado histórico e social. Para isso desenvolvemos uma sistematização dos trabalhos que já foram realizados sobre a SPD, além de uma etnografia do espaço interno da instituição. O trabalho percorre um estudo sobre as atas da SPD entre os anos de 1983 a 1986, considerando que a década de 1980 foi um momento marcante para as posições políticas das entidades negras na luta contra o racismo.

Palavras-chave: Sociedade Protetora dos Desvalidos; SPD; Movimento Negro Unificado; Associativismo Negro.

ABSTRACT

ANTONIO, Husani Kamau Antonio. Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), Salvador – Bahia: A study on the importance of his trajectory and legacy. Dissertação (Mestrado) – Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira, 2022.

The master thesis aims to comprehend the social and historical legacy and the trajectory of Associação Protetora dos Desvalidos (SPD). As methodology it was developed a systematic review of the works carried out about SPD and an ethnography within the institution's space. The work covers SPD's minutes from 1983 to 1986, highlighting the 80's as an especial period to black Brazilian organization's claims Against racism in Brazil.

Palavras-chave: Sociedade Protetora dos Desvalidos; SPD; Movimento Negro Unificado; Associativismo Negro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1.....	24
SISTEMATIZAÇÕES E APONTAMENTOS SOBRE A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS, O QUE NOS DIZEM OS ESTUDOS ANTERIORES?	24
1.1 Abram-se os caminhos, Julio Braga e o estudo pioneiro sobre uma Irmandade de Cor.....	24
1.2 Depois de 30 anos a SPD volta a ser estudada, a Tese de Doutorado de Klebson Oliveira	27
1.3 Outros olhares sobre a trajetória institucional da SPD, o trabalho de Douglas Guimarães Leite	34
1.4 Lucas Campos revela o jogo político da Sociedade	39
1.5 “Esquecimento da Irmandade e sua posterior lembrança”, o trabalho de Emerson do Carmo.....	42
1.6 As fontes Oraís de Verger e Monteiro.	45
CAPÍTULO II:.....	52
CONHECENDO O ESPAÇO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS DESVALIDOS.....	52
2.1 Meu primeiro encontro com a Associação Protetora dos Desvalidos.	52
2.2 Cartografia, os caminhos trilhados pela SPD dentro do Parque Histórico do Pelourinho	53
2.3 – Aspectos visuais da SPD	59
2.4 O número 3 como chave interpretativa da organização interna da SPD	71
CAPÍTULO III:.....	83
DIÁLOGOS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS COM OUTRAS ENTIDADES NEGRAS NA BAHIA, AS ATAS DE 1983 a 1986.....	83
3.1 Desafios na pesquisa de campo	83
3.2 O surgimento do Movimento Negro Unificado	84
3.3 O Movimento negro na Bahia, O Bloco Afro Ilê Aiyê	86
3.4 Antecedentes	88
3.5 Os convites de outras entidades negras.	90
3.6. Associativismo Negro e território, a importância da SPD dentro do Pelourinho ...	92
3.7 Entrevista com Pedro do Nascimento, os posicionamentos políticos da SPD	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Error! Bookmark not defined.
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), a primeira e mais antiga associação civil negra regulamentada no Brasil (CAMPOS, 2018, p. 12), localizada na cidade de Salvador, no Pelourinho, Bahia. Tendo a SPD 190 anos de existência, nossa pesquisa busca analisar aspectos de sua trajetória e legado. E, para tanto, realizou-se um mapeamento dos estudos acadêmicos que foram realizados sobre a instituição. Do mesmo modo, foi desenvolvido um exercício etnográfico das dependências da SPD, e sua localização, na contemporaneidade, além de análise documental, envolvendo atas da instituição e boletins, com especial foco na década de 1980, mais precisamente, entre os anos de 1983 a 1986, período ainda não explorado em outros estudos.

Em princípio durante os séculos XIX e XX, no Brasil, diversas associações negras e clubes recreativos apareceram com a finalidade de propiciar aos seus associados um local comum de organização política e social, sendo esses espaços lugares de lazer, entretenimento, cultura e afirmação positiva da identidade negra.¹ A exemplo, no Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, as associações negras criaram veículos e meios de comunicação, a imprensa negra é bem ilustrativa dessa realidade.²

¹ Sobre isso, ver o trabalho de Lucas Ribeiro Campos, intitulado *Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)*, que versa sobre a organização de trabalhadores livres de cor em torno da instituição da Sociedade Protetora dos Desvalidos nos finais do século XIX. Estes trabalhadores criavam um mutualismo de pertencimento racial para garantir acesso à cidadania e prestação de socorro, entre outras atividades que foram desenvolvidas para a solidariedade entre os associados. Ver também o trabalho *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*, autoria de Giane Vargas Escobar, que centra a discussão sobre a importância dos clubes sociais negros como um local de memória das lutas e resistências da população negra contra a escravidão e a discriminação racial, o referido trabalho tem em seu objetivo propor caminhos para a preservação dos clubes negros no Estado do Rio Grande do Sul.

² Sobre a imprensa negra e as associações dos homens de cor, ver o trabalho de Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, intitulado *As Associações dos homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista: movimentos negros, cultura e política no Brasil Republicano (1915 a 1945)*. Belo Horizonte: Daliana – MEC/SESU/Secad – Neab/UFT, 2006. Que mostra um olhar sobre os embates políticos, culturais e étnicos das associações e da imprensa negra na metade do século XX. A propósito de referência no que toca ao papel de associações negras, além da Bahia, é didático o trabalho de Cleber Maciel: *Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1926)*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Campinas, 1985, que trata

A Sociedade Protetora dos Desvalidos surge em 1851, criada por trabalhadores livres de cor, depois de um conflito entre integrantes da antiga Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada em 16 de setembro de 1832 por Manoel Victor Serra, trabalhador livre junto com outros 18 homens. A SPD foi regulamentada em 1861 pela Lei dos Entraves, segundo Campos (2018, p. 12):

Em 1861, a SPD passou a ser a primeira associação civil negra no Brasil, regulamentada como um montepio pelo Estado, através da Lei dos Entraves. Estas leis estabeleceram regras que, além de terem como objetivo uma vigilância sobre a livre-iniciativa na vida financeira e econômica, visavam controlar a prática associativa no país, através do Conselho de Estado e das autoridades provinciais.

É uma associação que tinha como objetivo, no período da escravidão, penhora para garantir aos seus associados bens de ajuda comum, oferecer amparo econômico, e funcionou como uma espécie de junta para obtenção das cartas de alforria (BRAGA, 1987). Realizavam prestação de socorro aos associados que ficavam doentes e amparo aos órfãos, além da garantia de um enterro digno aos associados.³

No que toca a historiografia da SPD, ela divide opiniões entre os estudiosos da instituição, pois a SPD em seus primeiros anos de existência, fundada em 1832, era Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, posteriormente em 1851 passou a ser chamada de Sociedade Protetora dos Desvalidos. Os trabalhos de Júlio Santana Braga (1987) e Klebson Oliveira⁴ (2005), tratam não apenas as palavras irmandade e associação como sinônimos, como se referem a sua história como algo contínuo, que apenas teve uma mudança de nome e de localidade, e que não passou por nenhuma reestruturação. Em trabalhos mais recentes sobre a instituição, trazendo novas fontes e questionando e verificando o período de “mudança” de irmandade para sociedade, Douglas Guimarães Leite (2017) constata que não houve mudança e sim uma ruptura, um conflito em 1848 entre os membros da irmandade, fazendo com que os anos posteriores até 1851 travassem uma disputa judicial em torno do destino do cofre, sendo em

da Liga Humanitária dos Homens de Cor; trabalho que destaca o papel das associações e da imprensa negra no final do século XIX e início do século XX, em Campinas-SP.

³ Contém em anexo no livro de Júlio Santana Braga o Estatuto da SPD de 26 de agosto de 1874, as páginas 79 até 89 reiteram os fins institucionais da SPD argumentados por nós.

⁴ O mesmo posicionamento podemos encontrar em outra publicação de Klebson Oliveira que faz referência à SPD, juntamente com a linguista Tânia Lobo, intitulada *África à vista*, 2009.

1851 a criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Douglas Leite separa dessa forma a história da SPD em dois momentos, o primeiro sendo irmandade, o segundo momento posterior de ruptura entre os antigos irmãos e criação da sociedade, considerando como momentos distintos da instituição. A pesquisa de Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo (2019), se dedica a estudar e compreender melhor o período de 1851 a 1934, que marca nas palavras do autor “o silenciamento e posterior lembrança” (CARMO, 2019, p. 19) da irmandade com a comemoração tardia em 1934 do centenário da instituição, dedicando o capítulo I de sua dissertação sobre o assunto.

Observados os desfechos de sua história, preferimos abordar em nossa pesquisa, irmandade, sociedade e associação⁵ como sinônimos. Como veremos mais à frente, devido ao período estudado em nosso recorte de trabalho, não caberia a distinção entre os momentos da instituição.

A Sociedade Protetora dos Desvalidos era totalmente constituída por homens pretos, é uma associação que sempre teve em suas regras, de acordo com as necessidades do período de sua fundação, um caráter fechado, isto é, restritivo para pessoas de cor, com prevalência exclusiva para “cidadãos Brasileiros de cor Preta”, segundo o livro de atas de 1832, acervo da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Um texto regido em 1835, por Manuel Victor Serra, descreve: “Compromiço da nossa Devocão, da Santiçã cima Verginal Senhora da Sollidade dos Desvalidos prentecente Chiolos Liver de Cores pretas Naçidos no inperio do Barzelio” (OLIVEIRA; LOBO, 2009, p. 39). Já o Estatuto de 1874 “eram admitidos os cidadãos brasileiros de cor preta” (BRAGA, 1987, p. 79). Ainda em atividade, atualmente no século XXI, mulheres fazem parte da associação, que inclusive tem a pesquisadora Lígia Margarida Gomes, a propósito, a primeira mulher eleita presidente da SPD no ano 2015.⁶

Ao analisar a historiografia sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, há a constatação que, em tempos de trabalho escravizado, ela exerceu uma forte participação ativa na luta contra a escravização de negros. A SPD criou, nos processos de luta por direito de negros, na aquisição de

⁵ Quando se início está pesquisa no ano de 2019, encontra-se a SPD com o nome de Associação Protetora dos Desvalidos.

⁶ Para mais informações atuais e antigas sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, acesse o site da instituição: <https://www.as-spd.org/> - O site mostra uma linha cronológica, destacando que no ano de 2015 teve a primeira gestão feminina na SPD.

imóveis, na prestação de socorro, entre outras atividades, um legado social, histórico, político e de resistência negra. A partir de documentos, por exemplo, das atas dos associados, de suas deliberações e de suas interlocuções com entidades diversas, pode-se encontrar uma rica história e memória dos 190 anos da SPD. Segundo teorizações de Antonio (2019, p. 146): “As memórias não são manifestações do passado distante; muitas vezes são intervenções recentes e guardam o frescor e os limites do mundo secular e conjuntural.” O valor retrospectivo e prospectivo, na concepção do autor em pauta, é fundamental para os estudos relativos à SPD.

Localizada atualmente no Largo do Cruzeiro de São Francisco, onde se encontra desde 1887, número 82, a SPD sempre esteve presente no bairro do Pelourinho, localizado no centro histórico da cidade de Salvador, na Bahia. Sua primeira localidade de funcionamento foi na Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios, que fica nas imediações do bairro Santo Antonio. Em 1848, sua sede foi transferida para a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que fica na ladeira do Pelourinho, local que funcionava a Irmandade Nossa Senhora das Portas do Carmo. A SPD permaneceu por 20 anos nas dependências desta Igreja e, diante de um desentendimento com a outra irmandade que funcionava na Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, passou a ficar em um prédio na rua do Bispo, até se transferir em 1887 para onde permanece até os dias atuais.

Neste tocante, é importante nos apegarmos ao conceito de território, aqui entendido como “quadro de vida da população” (SANTOS, 2005, p. 255), e especialmente da população negra do Pelourinho. Uma parte da rica luta contra o trabalho escravizado, e as estratégias de sociabilidade dos associados no pós-abolição, está fixada na trajetória institucional da Sociedade Protetora dos Desvalidos e principalmente nas suas dinâmicas relações com o Pelourinho; lugar de violência física e simbólica contra negros e território importante nas dinâmicas da população negra no passado e na atualidade, principalmente para dinâmicas desenvolvidas pela SPD.

O Estado da Bahia foi o primeiro a ser “colonizado” pelos portugueses e, dentro desses limites, foi um dos locais mais importantes para economia colonial, no que acompanha a este processo, lugar de exploração e escravização de negros, na contramão do trabalho escravizado e da violência,

a Sociedade Protetora dos Desvalidos diz ou comprova pela sua data de fundação o papel associativo e político, o que é significativo para a presente pesquisa, que as respostas dos negros são históricas e pioneiras em terras baianas e nas formas de organização social. Em relação aos enfrentamentos é necessário pensar como a SPD trabalhou na dimensão de sua produção social, de resistência, entre 1983 à 1986.

Como parte das engrenagens da empresa colonial, a igreja fez parte do processo colonizador, sendo um dos principais instrumentos de conquista e ocupação do território. A igreja enquanto instituição legal, foi um espaço usado como ponto estratégico dos africanos para a preservação da cultural africana, reconhecidos por alguns autores como verdadeiros “nichos” (BASTIDE, 1971, p. 82), (SILVA, 1994, p. 56). As formulações teóricas, políticas e sociais de Abdias do Nascimento (2009) sobre Quilombismo são importantes para o nosso debate, pois o autor considera Quilombo quaisquer estruturas associativas negras, não apenas aquelas que estivessem em localidades de difícil acesso, como são dentro da história reconhecidos os Quilombos, mas também aquelas que eram organizações permitidas pelo poder dominante. Estamos compreendendo associativismo não só pela perspectiva de Abdias do Nascimento (2009), que considera qualquer associativismo negro como um Quilombo (Quilombismo), mas também pelas seguintes formulações teóricas das autoras Lucia Helena Oliveira (2019) e Regina Célia Lima Xavier (2019), que em suas palavras:

De fato, podemos entender o associativismo como as diversas formas de agenciamento da comunidade negra no exercício de organização e apoio para melhores condições de vida. Ele podia vir de uma relação de amizade, uma ajuda na obtenção de direitos, denúncia da exclusão, enfim podia englobar uma série de atividades coletivas como a criação de jornais, clubes, escolas, apoio à religiosidade e toda uma série de manifestações em favor da defesa e promoção do grupo. (OLIVEIRA; XAVIER, 2019, p. 2).

Como parte das organizações permitidas para o acesso de escravizados em período colonial e escravocrata – as igrejas sendo o espaço religioso de propagação da fé, mesmo sendo parte da peça colonial de instrumento na catequização de indígenas e africanos – as irmandades negras revelaram um novo uso deste sistema permitido; africanos e seus descendentes usando de mecanismos de organização colonial, ocidental, às avessas, para fins libertários. Tal processo diz respeito às ações, intervenções

e estratégias de muitas irmandades negras, associações, clubes de ajuda mútua no Brasil, nos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. As apropriações feitas pelos chamados homens de cor vão na contramão dos interesses escravocratas da época, e posteriormente no pós-abolição dos interesses racistas. Existe uma apropriação ou um novo uso de instituições, relevando a luta, sobrevivência e libertação da população negra. Há um uso feito para outros fins e além dos limites institucionais oficiais. Podemos dizer que há, em parte, uma contra cultura na dinâmica do Mundo Atlântico, conforme argumenta Paul Gilroy (2001), ou como nos reforça Milton Santos (2001), uma revanche.

Nas palavras de Nascimento (2009) no que diz respeito sobre o Quilombismo, que considera todo foco da resistência física e cultural da população negra como parte de uma luta Quilombola, mesmo aquelas que eram permitidas, o autor descreve das seguintes formas as irmandades negras, clubes e associações:

Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante em sua sustentação. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba e gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrado uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A esse complexo de significações, a essa *práxis* afro-brasileira, eu denomino quilombismo. (NASCIMENTO, 2008, p. 203)

Considerar a importância histórica e a complexidade de significados e estratégias que os negros fundadores, organizadores e associados à SPD criaram para superar os processos de violência no período de trabalho escravizado e, pós 1888, é relevante para nossa pesquisa.

Em relação aos enfrentamentos é necessário pensar como a Sociedade Protetora dos Desvalidos trabalhou na dimensão de sua produção social, de resistência, na década de 1980. Se houve no passado uma participação ativa, quais abordagens e enfrentamentos poderão nos dizer na delimitação temporal de 1983 a 1986; recorte que assegura possibilidades

investigativas e de interlocução com o advento da constituição de 1988⁷ e os 100 anos da abolição da escravidão, período que é também marcado pelos anos iniciais de existência do Movimento Negro Unificado (MNU)⁸, um período de muita efervescência da população negra, não apenas dos negros, como também dos movimentos sociais e outros grupos diversos participantes da retomada democrática do país com o fim da ditadura militar e nas lutas para o seu fim. As décadas de 70 e 80 são símbolos destas efervescências, as diversas organizações sociais negras na luta contra o racismo e afirmação positiva da identidade negra, como é exemplo no caso da Bahia a fundação do Bloco Afro Ilê Aiyê, criado em 1974, que é um marco significativo, para além do MNU, e que estão encruzilhados com o declínio da ditadura militar e os enfrentamentos políticos e sociais dos negros e da sociedade, como nos demonstra Gevanilda Santos (2009) destacando a fundação de organizações nesta época:

Nos marcos da ditadura militar, além do surgimento do MNU, foram fundadas novas organizações de expressão sociocultural e/ou política. O grupo Negro da PUC (1979), Quilombhoje Literatura (1980), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa) (1980), Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs) (1983), Núcleo Cultural Níger Okán (1894), Núcleo de Estudos Negros (NEN) (1986), União de Negros pela Igualdade (Unegro) (1988), Organização Nacional das Mulheres Negras (1988), Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988), Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap) (1989), Centro Nacional de Religiosidade e Africanidade Afro-Brasileiro (Cenarab) (1991), Soweto Organização Negra (1991), Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (1993), Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial CUT (1994), Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT (1995), Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq) (1996), Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Ceabra) (1997), Fundação Centro de Referência da Cultura Negra (1999), Kilombo – Organização Negra do RN (2000) e outras (SANTOS, 2009 p. 59).

Nesse sentido, pensar como estava a Sociedade Protetora dos Desvalidos no referido período, momentos dos quais marcam a fundação de entidades dos movimentos negros e sociais, que estavam travando lutas para afirmação positiva da identidade negra e luta contra o racismo e as desigualdades sociais, pautando políticas e se organizando para os enfrentamentos, se mostra relevante. Como se dão os posicionamentos

⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

⁸ Movimento Negro Unificado. 1978 – 1988: 10 Anos de Luta contra o Racismo. Editora, Confraria do Livro, São Paulo, 1988.

políticos da SPD neste momento de retomada democrática do país, momento de reabertura e surgimento de diversas organizações negras? Como a SPD se posicionava em torno dos debates raciais? Com quais possíveis instituições a SPD dialogou? E o que isto tem a nos dizer sobre a condução da SPD no que tange a luta contra o racismo? O que podem nos dizer as atas, requerimentos e o estatutos destes períodos, e no que toca a organização interna da SPD?

De todo o modo, as perguntas são pontos iniciais relevantes para justificar o objeto de pesquisa e a delimitação do recorte escolhido. Outra questão central diz respeito aos registros das atas e das reuniões, memória oral e espacialidade da Sociedade Protetora dos Desvalidos que foram sendo constituídos com o tempo em sua relação cultural e política com a sociedade mais ampla. A nossa hipótese, aqui delineada, supõe que os anos de 1980 guardam especificidades no que tange à SPD na luta contra o racismo, pois são momentos importantes de reconhecimento pela constituinte de 1988 das discriminações e desigualdades sofridas pela população negra no Brasil. Dentre outras questões, o limite da década de 1980, acaba escapando o olhar apenas do seu passado mais longínquo, revelando sua conjuntura organizativa mais recente, suas posições e ações. É relevante e significativo olhar para a trajetória da SPD como não sendo inalterada ao longo de sua existência, posto que o propósito institucional, ações e condutas dos associados se modificam, como se pode constatar a partir de evidências apresentadas em outros trabalhos sobre a Sociedade Protetora do Desvalidos.

Clóvis Moura (1990) em sua análise sobre o negro na historiografia Brasileira nos reforça que a população negra é mostrada sem dinâmica social, sendo excluída enquanto contribuinte para formação do Brasil. O autor pondera que uma nova visão crítica tem revisto “o papel social, político, econômico e cultural que o negro desempenhou para o desenvolvimento do Brasil (MOURA, 1990, p. 216). Esta renovação perpassa pelos estudos das irmandades negras, associações e clubes sociais negros, que são objeto de pesquisa e interesse acadêmico, pois podem responder a uma série de perguntas (estão respondendo) sobre a situação da população negra em diferentes momentos, sejam eles anteriores ao fim da escravidão, sejam eles posteriores.

Destacamos alguns dos trabalhos investigativos sobre as irmandades negras, que estão em sua grande maioria sendo pesquisados nos séculos XVII,

XVIII, XIX e anos iniciais do século XX, períodos que são marcados pela forte presença das irmandades negras em todo território brasileiro. Como nos demonstram os trabalhos de Lucilene Reginaldo (2005) sobre a irmandade dos Rosários dos Angolas na Bahia do século XVII; o trabalho de Antonia Aparecida Quintão (1997) sobre as irmandades negras do Rio de Janeiro e Pernambuco do século XVIII; Lidiane Mariana da Silva Gomes (2010) e o trabalho sobre Irmandades Negras em Minas Gerais do século XVIII; Maria da Conceição dos Santos (2006) e sua dissertação sobre Nossa Senhora do Rosário dos Homens Petros na cidade de São Paulo (1887-1907); Naiara Ferraz Bandeira Alves (2006) com a pesquisa sobre irmandades negras na Parahyba do século XIX; pesquisa de Silvio Adriano Weber (2009), sobre irmandade negra da Vila de Morretes do século XIX, localizada no Estado do Paraná.

Como nos comprova os presentes trabalhos citados no parágrafo anterior, podemos notar uma forte predominância das pesquisas entre os séculos XVII ao XIX. Os presentes estudos também mostram o alcance e a extensão das irmandades negras pelo território brasileiro, não sendo exclusividade de uma cidade específica ou de um Estado. O que leva muitos autores/as a escolherem as irmandades negras enquanto objeto de pesquisa se dá pelo rico material produzido pelos compromissos e estatutos, fontes das quais podem detalhar melhor os discursos, as diferenças, as formas que foram construídas as identidades, os embates com o poder vigente da época, sendo um “testemunho de uma notável resistência cultural” (REIS, 1996, p. 5). Os estudos tem relevância no que toca as pesquisas sobre as irmandades negras, na função de desmistificar a historiografia da escravidão, de que africanos e seus descendentes eram submissos, que não tinham um agenciamento ou dinâmica social, as fontes podem revelar dinâmicas, agenciamentos e são reveladoras de um período que se tem pouco conhecimento (ou que se tinha pouco conhecimento), trazendo novos olhares sobre os africanos e seus descendentes, resgatando: a importância que o negro desempenhou para o desenvolvimento nacional.

Na mesma labuta, as pesquisas sobre associações, clubes e a imprensa negra no Brasil oferecem atas, requerimentos, periódicos, fotos e outros registros das organizações e estruturas do associativismo da população

negra no pós-abolição, os periódicos dos jornais da imprensa negra são exemplos de fontes que são reveladoras dos embates políticos, econômicos e de afirmação da identidade negra. Como nos revela Antônio Liberac Pires (2006, p. 81):

A Imprensa negra foi movimento diversificado, que apresentou várias facetas ideológicas e esteve profundamente relacionada com os contextos econômicos, políticos e culturais do período. Esta imprensa ainda demonstra o engajamento político dos negros, não somente por suas causas étnicas, mas também por sua participação decisiva nos assuntos relacionados ao poder e aos modelos de organização social em debates na sociedade.

Não apenas a imprensa negra, mas os clubes e associações negras – mesmo que alguns não difundiram e criaram os meios de comunicação, ou seja, uma imprensa negra – revelam facetas de construção de caminhos para inserção social ou integração dos negros na sociedade brasileira, dentre outros debates importantes para o desenvolvimento da sociedade. Como no caso dos clubes negros e o associativismo, nos diz as autoras Silva e Xavier (2019, p. 5):

[...]...os clubes representaram outro espaço de mobilização fundamental para a comunidade negra. Eles tornaram o associativismo uma forma, por excelência, de debater questões como os direitos de cidadania, de lazer, além de vários outros aspectos importantes para o desenvolvimento de suas sociabilidades.

Tanto os trabalhos sobre a imprensa negra, tendo como pioneiros Roger Bastide (1973), Miriam Nicolau Ferrara (1986), ou sobre os clubes negros e associações negras, como exemplo de trabalhos o de Fernanda Oliveira da Silva (2011) e Júlio César da Rosa (2021), são investigações que tem o período do recorte entre os finais do século XIX e início do século XX, alguns abrangendo os períodos até metade do século XX, épocas em que estas organizações tiveram uma ascensão e maior participação na sociedade.

Num mesmo olhar sobre esses períodos, que são marcantes para as aparições destas organizações em território brasileiro, as pesquisas que foram feitas sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos estão seguindo uma mesma perspectiva e são recortes que cobrem o século XIX e meados do XX da instituição, como os trabalhos de Júlio Santana Braga (1987) que tem o recorte entre 1874 a 1956; o trabalho de Klebson Oliveira (2005) que se debruça sobre as atas da SPD, para compreender a escrita do negro no século XIX; os recentes trabalhos de Douglas Guimarães Leite (2017), com o recorte de 1831 a 1869, Lucas Campos Ribeiro (2018), que pesquisa entre os anos de 1861 a

1894; e Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo (2019), que pesquisou entre os anos de 1851 a 1934. Nossa proposta em pesquisar os anos de 1983 a 1986 que se diferencia dos recortes anteriores, pode nos oferecer os atuais posicionamentos da instituição, atualizando um período que ainda não foi estudado, que é as décadas finais do século XX, abrindo uma nova continuidade dos estudos sobre a SPD, buscando compreender os anos finais do século XX.

Os autores/as e os respectivos campos pertencentes de estudo que se dedicaram mais sobre o assunto das irmandades, associações e clubes negros, são da área da história e das ciências sociais, disciplinas que mais se destacaram sobre o tema e que tiveram um grande número de pesquisas. Como visto até o momento, as pesquisas se empenharam nos estudos das entidades na época relativa ao passado, ou seja, aos séculos XIX e meados da metade do século XX.

Outros campos de pesquisa interdisciplinares vêm oferecendo novos olhares e possibilidades de estudar as instituições que ainda existem e que continuam em atividade, sendo objeto de estudos atuais, que recuperam novos olhares com outras encruzilhadas explorativas, não deixando o papel histórico e social de lado, mas recuperando o papel destas instituições em um período mais recente na sociedade. É o que nos contam os trabalhos sobre a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, localizada na cidade de Cachoeira – Bahia, irmandade do século XIX que foi objeto de estudo de Armando Alexandre Costa de Castro (2005), que investigou a irmandade a partir da década de 1970, com o objetivo de compreender melhor o advento do investimento turístico na região do recôncavo que causou impactos para a revitalização da irmandade, mudando as dinâmicas sociais do turismo cultural. Como também a pesquisa de Wiltércia Silva de Souza (2007) é explorada a década de 1980, quando houve um conflito entre a irmandade e a Igreja Católica, conhecido como episódio do “sequestro das santas”; o conflito propiciou na investigação entender os sujeitos históricos e as negociações envolvendo a irmandade. Estes trabalhos são exemplos investigativos de como um passado mais recente do século XX podem revelar novas dinâmicas culturais e sociais, indicando ações e modos de atuações das antigas irmandades negras, em sua dinâmica, perante a sociedade. São, assim,

trabalhos que escapam dos domínios apenas da história e das ciências sociais, que estão na encruzilhada com estudos interdisciplinares, envolvendo novas abordagens históricas e sociais com o apoio de outros ângulos disciplinares.

Pesquisar os posicionamentos e ações da Sociedade Protetora dos Desvalidos se torna importante exatamente por revelar acontecimentos mais recentes da história da instituição e dos seus associados, no que pode vir a revelar no tocante deste período, como já mencionado anteriormente, a luta contra o racismo e dinâmicas sociais e culturais desenvolvidas em diálogo com instituições e com a sociedade de modo mais amplo.

O nosso caminho da pesquisa está sendo feito com análise e seleção de dados, a partir de uma leitura retrospectiva alusiva ao passado da Sociedade Protetora dos Desvalidos e, na mesma chave interpretativa, foi feita a prospectiva; isto é, a leitura capaz de revelar o presente da SPD, ou seja, propiciar o levantamento e estudos de arquivos, atas, requerimentos, registros gerais, fotos, teses e registros dialógicos da SPD com outras entidades negras e da sociedade mais ampla. As dissertações e teses alusivas à SPD terão lugar de apoio na compreensão do tema utilizado como parte da justificativa do recorte proposto, sendo o levantamento bibliográfico, auxiliar na pesquisa. O uso e a consideração aos trabalhos existentes, no caso em questão, têm a finalidade de compreender, no entendimento retrospectivo assegurado pelo passado da SPD, uma parte da história sistematizada por autores sobre a associação.

Respeitando esta perspectiva, as sistematizações de Klebson Oliveira (2005), sobre a escrita dos associados da SPD, tese de doutoramento de título “Negros e escrita no Brasil do século XIX; o trabalho de Douglas Guimarães Leite (2017), tese de doutoramento, “Mutualismo, Graças a Deus: Identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831 – 1869)”, a dissertação de Lucas Ribeiro Santos (2018), relativa à Sociedade Protetora dos Desvalidos: “Mutualismo, Identidade e Política Racial em Salvador (1861-1894)” e a dissertação de Emerson Cláudio Cordeiro (2019), sobre “Memória e associativismo mutualista em Salvador: um estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos”, focalizam os estudos num período compreendido entre o século XIX e metade do século XX, conforme já anunciamos. Os estudo pioneiros sobre a Sociedade Protetora dos

Desvalidos, realizados pelo antropólogo Júlio Santana de Braga (1987) também têm um recorte voltado ao século XIX e meados do XX e merece nossa atenção. Os debates anteriores sobre o tema servirão para alicerçar nosso recorte proposto, que buscou um olhar privilegiado sobre aspectos envolvendo a SPD na década de 1980, assegurando que os trabalhos realizados servirão de bibliografia, em especial, tanto para compreender o passado institucional e, num paralelo formativo, compreender como os trabalhos dos autores citados foram desenvolvidos.

A sociedade Protetora dos Desvalidos tem um arquivo institucional, que são as atas das reuniões dos associados. Coube em nossa investigação analisar as atas das reuniões do período privilegiado pela pesquisa. O foco tem, como papel investigativo, a função de compreender as posições institucionais, as deliberações dos associados e as estratégias estabelecidas. Avulta no contexto histórico, considerando o nosso recorte temporal o ascenso e reorganização do Movimento Negro e pela redemocratização do país.

Vale ressaltar, conforme debate Bacellar (2005), a necessidade metodológica que toda seleção de fonte documental deve ter em compreender os motivos que levaram o documento a ser escrito, quem escreveu e quais os motivos da existência da documentação. As atas das reuniões fazem parte da organização das ideias, debates e deliberações da SPD e foram nossas fontes de análise, especialmente no capítulo III. Embora o material que analisamos esteja compreendido no período supracitado, década de 1980, é importante salientar que os primeiros documentos produzidos pela instituição são do século XIX e marcam o papel decisivo dos negros no que concerne ao letramento escrito. No contexto é bem relevante o domínio da escrita em um período no qual a população negra não tinha acesso aos procedimentos oficiais de alfabetização. Os registros escritos feitos por negros, mesmo que de modo restritivo aos membros da SPD, desmistifica que libertos, africanos e seus descendentes não sabiam ler ou escrever no século XIX. A preservação das atas até os tempos atuais assegura o registro documental, como patrimônio e memória, adotado pela SPD. Por sua vez, o patrimônio e a memória viva dos membros da SPD constituem um arquivo dinâmico das transformações no tempo, no espaço e na socioespacialidade do Pelourinho e da cidade de Salvador.

Um dado pertinente, para revelar significados históricos e interlocuções com instituições congêneres, pode ser buscado nos registros, que revelem, no período estudado, quem foi o presidente, o tesoureiro, entre outros membros da diretoria da SPD e suas principais posições assumidas dentro da associação.

Outra chave para abrir o caminho ou os caminhos metodológicos foi feita a partir do geógrafo Milton Santos, que sistematiza bases para a análise do território, do lugar e do espaço. O geógrafo revela, no conjunto da sua obra, “que o território só tem validade como categoria de análise quando concebido como “quadro de vida da população” (SANTOS, 2005, p. 255), trata-se do “território usado” (SANTOS, 2002). Assim, o território terá notada importância para revelar as posições, as localizações e as agências ou posições assumidas pela Sociedade Protetora dos Desvalidos no passado e no presente. Milton Santos (2001) enfatiza, com palavras equivalentes, que para compreender a história da humanidade, ou de sociedades específicas, deve ser feita uma análise que considere, no espaço, os arranjos dados politicamente para os sistemas técnicos. Há a compreensão do espaço como instância social. A socioespacialidade revela a inseparabilidade do sistema técnico e da política, conjunto que produz a história, pois é dentro do espaço que as sociedades vão desenvolver ações com os objetos técnicos que possibilitam formas de organização de estruturas sociais, dinâmicas e construções políticas. O mesmo se revela no espaço interno dos associados, a existência de um conjunto de artefatos e objetos é revelador de suas ações, enquanto parte da memória e das interpretações. As atas, quadros, estátuas, as fotos que mostram as posições assumidas por antigos sócios no tempo de existência da SPD revelam o espaço como história. O espaço, como história, é o próprio território usado pelos membros da SPD, que se estende ou distende como parte memorial ou memorialista de significados no presente, que se relaciona com o passado.

Para a compreensão do espaço interno da instituição, além das formulações de Milton Santos, buscamos outras contribuições. Dessa forma, recorreremos às concepções que consideram o espaço interno como uma parte integral de um sistema. A concepção faz parte das produções da autora Juana Elbein Santos (1975). Em sua pesquisa, *Os Nãgô e a Morte*, a autora trabalha

com a perspectiva de olhar a cultura Nagô concebida como forma de um sistema dinâmico e iniciático. Extraímos de seu trabalho a forma metodológica de ver os objetos (símbolos) como parte integrante do nível factual; “Os elementos só podem ser vistos e interpretados num contexto dinâmico, não com um significado constante intrínseco, mas essencialmente como fazendo parte de uma trama e de um processo.” (SANTOS, 1975, p. 17). Como parte da análise dos elementos, serão as interpretações, segundo a autora, que partem de dentro para fora, ou seja, que o significado material factual só tem relevância quando suas tramas são compreendidas em conexão como um sistema, que podem revelar dinâmicas com o espaço externo, pois são frutos das relações pessoais e sociais.

Buscamos nas análises sobre as atas investigar e analisar ações e posições assumidas pela Sociedade Protetora dos Desvalidos. Aliás, o preservado; o arquivo-memória-luta, é o núcleo e parte do nosso trabalho para compreender o papel da instituição em nosso recorte. O espaço interno e seu conjunto podem ser reveladores da significância das ações e estratégias e suas sistematizações dentro do território usado pelos associados da SPD. Decorre daí o valor do espaço interno e externo, que se empiriciza na SPD, no Pelourinho e na cidade de Salvador – Bahia.

A Sociedade Protetora dos Desvalidos é uma instituição centenária, quase bi centenária, que carrega 190 anos de muitas ações, fundada em 1832, acompanhou as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais do território baiano e brasileiro. Dentre as transformações importantes e significativas do ponto de vista social e político, destacamos a revolta dos malês em 1835⁹, abolição da escravatura em 1888, e as mudanças e reconfigurações do trabalho, de uma ex-sociedade escravista no século XIX para uma sociedade de classes no século XX. Desse modo, a primeira associação civil negra do Brasil, fundada por homens pretos, livres e libertos, a SPD foi objeto de interesse acadêmico das ciências humanas, pois tem na encruzilhada de sua história, e no que chama atenção dos pesquisadores, a organização de homens pretos no período escravocrata e as novas maneiras

⁹ Ver o trabalho de: REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História dos Levante dos Malês em 1835*. Editora: brasiliense, 1986.

de reorganização da vida social e do trabalho em uma sociedade formada por classes nos percursos do século XX.

Para que possamos entender o nosso recorte de trabalho proposto, fizemos alguns apontamentos dos trabalhos já realizados por outros autores sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, procurando compreender a historiografia já sistematizada pelas pesquisas que foram feitas sobre a trajetória institucional da associação. Sobre isso, segue-se o primeiro capítulo desta dissertação. Logo após, dando prosseguimento ao desenvolvimento da pesquisa, o leitor será conduzido ao segundo capítulo, onde foi realizado um ensaio etnográfico considerando os aspectos visuais existentes no espaço interno da SPD, e uma cartografia mostrando a trajetória da associação. Posteriormente, apresenta-se o terceiro e último capítulo, onde realizamos as análises das atas de 1983 a 1986. Por fim, tecemos as considerações finais consideradas pertinentes.

CAPÍTULO 1

SISTEMATIZAÇÕES E APONTAMENTOS SOBRE A SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS, O QUE NOS DIZEM OS ESTUDOS ANTERIORES?

1.1 Abram-se os caminhos, Julio Braga e o estudo pioneiro sobre uma Irmandade de Cor

O primeiro pesquisador a se debruçar sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos enquanto objeto de pesquisa foi o antropólogo Júlio Santana Braga (1987). Seu trabalho de dissertação de mestrado apresentado à Universidade Federal da Bahia em 1975, de título “*Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor.*”, se tornou livro lançado em 1987 pela editora Lanamá, que manteve o texto de em sua versão original. O autor foca o período de sua pesquisa considerando o estatuto de 1874 da SPD, o mais antigo anterior à abolição da escravatura, que mostra o caráter organizacional dos associados, homens pretos, livres e libertos no período escravocrata, e o estatuto de 1956, que é a reorganização do estatuto em conformidade aos novos contornos políticos e sociais do século XX de uma sociedade de classes. Os estatutos são bases metodológicas usados por Braga (1987), além do seu aparato enquanto fonte, para um estudo comparativo, que mostram as principais mudanças, posições e ações que foram tomadas entre o século XIX e o século XX, tendo também o auxílio de atas e requerimentos do período estudado. O principal objetivo do autor, em sua análise é mostrar que a SPD em sua trajetória institucional era uma agência de prestígio.

Para que suas hipóteses fossem explicadas, Braga (1987) ressalta que as irmandades funcionavam como um local de construção participativa na sociedade, se tornavam importantes como parte de uma estratégia dos negros para conseguirem se projetar na sociedade baiana, pois as irmandades por serem organizações permitidas, as festas litúrgicas da Igreja Católica eram eventos que davam aos participantes total autonomia para a condução das festas, sendo tomado como um momento muito importante, de orgulho e de acesso a determinados espaços, que apenas eram possíveis participando dos

eventos. Em suas investigações sobre a participação dos sócios em eventos o autor destaca:

Observa-se ainda, com a leitura das atas, o desejo de muitos serem escolhidos para participar dessas comitivas, num sinal evidente de quanto tal participação poderia representar como evidência de prestígio intragrupal e projeção na Sociedade. Nota-se um cuidado muito especial de seus membros quanto às obrigações sociais para com as coirmãs e para com as festas públicas de toda espécie, nas quais a Sociedade Protetora dos Desvalidos deveria ser representada. Parece-nos que esse cuidado prende-se mais às oportunidades oferecidas nas ocasiões em que determinados membros estariam em condições de conviver numa sociedade, que muito raramente lhes dava acesso, do que propriamente ao interesse de elevar o nome da mesma, embora isto acontecesse por força de sua participação (BRAGA, 1987, p. 52)

Outro ponto explicativo usado por Braga (1987) de que a Sociedade Protetora dos Desvalidos era uma agência de prestígio é o próprio estatuto de 1874, que tinha como princípios nas exigências para admissão de novos sócios; “boa conduta, “... meio lícito de onde tirem um lucro suficiente para sua subsistência”, uma qualificação social, uma profissão digna.” (BRAGA, 1987, p. 55). No próprio estatuto da SPD de 26 de agosto de 1874, informa o artigo 1º:

- Podem ser admitidos sócios efetivos da Sociedade Protectora dos Desvalidos todos os cidadãos brasileiros de cor preta, que estejam no caso de ser, que tenham um meio lícito d'onde tirem um lucro suficiente para sua subsistência, e que sejam de idade nunca menor de 18 anos, nem maior de 50, e cuja conducta seja regular (BRAGA, 1987, p. 78).

Ou seja, existiam alguns critérios bem estabelecidos para ser membro, delimitando o perfil social e construído certo “status” para ser membro da SPD. Destaca Braga (1987) que a admissão de 243 novos sócios nas décadas posteriores à abolição da escravatura mostra uma forte procura para ser membro da Sociedade Protetora dos Desvalidos, destacando a importância e relevância da entidade.

Braga (1987) destaca bem o caráter mutualista da Sociedade Protetora dos Desvalidos e suas atividades exercidas, que dentro delas a instituição funcionou como junta e caixa de penhores, como um “sistema rotativo de crédito” (BRAGA, 1987, p. 23). Como demonstra o estatuto de 1874, estudado pelo pesquisador, os sócios eram auxiliados em caso de adoecimento ou invalidez, sendo que os órfãos e viúvas eram amparados em caso de falecimento dos irmãos, segundo o Art. 3º do estatuto:

Art 3º – A Sociedade Protectora dos Desvalidos tem os fins seguintes:

1 – Socorrer em comum aos socios que cahirem em indigencia, ou que, por algum acontecimento desastroso, se acharem privados de adquirirem a indispensável subsistência.

2 – Cuidar da subsistencia e educação dos filhos dos socios que faleceram, os filhos legítimos, e naturaes que forem perfilhados, na forma da lei, até a idade de 18 annos completos; só gosarão desse beneficio as filhas dos sócios em quanto se não casarem à idade de 118 annos.

3 – Prestar alimento às viúvas do mesmo socios, com a quantia de 8 \$ 000 mensaes, em quanto ellas tiverem disso necessidade e viverem na honestidade, que o público e a sociedade exigem. (BRAGA, 1987, p.78)

O autor que tendo como base em seus estudos o confronto entre os estatutos de 1874 e 1956, para além de procurar justificar a Sociedade Protetora dos Desvalidos como agência de prestígio, procurou compreender melhor as mudanças estruturais pelas quais passou a SPD e suas estratégias e ações, de uma instituição atuante em época de trabalho escravizado, a uma sociedade formada por classes, no pós-abolição. Braga (1987) pontuando as principais mudanças estatutárias, ressalta as alterações e ampliações do Artigo 3º do estatuto de 1874, que assegura os fins da SPD, e se estende da seguinte forma em 1956:

b) prestar assistência educacional, social, técnica, médica e dentária ao associado e pessoas de sua família (esposa e filhos), constantes de sua ficha de declaração de associado;

c) promover, sempre que puder, através do Centro Littero Recreativo “Manoel Querino”, o bem-estar social, com a realização de conferências, palestras, festivais, passeios de recreio, festas dançantes e jogos de salão;

d) auxiliar os desvalidos, propriamente ditos, isto é, estranhos ao quadro social uma vez por mês no mínimo, com a distribuição daquilo que o Conselho Administrativo julgar conveniente correndo esta despesa dos recursos orçamentários decorrentes dos auxílios ou subvenções recebidos dos poderes públicos.

e) fazer distribuir no mês de dezembro de cada ano, aos filhos dos desvalidos de que trata a alínea anterior, presentes de Natal, constituídos em roupas e víveres;

f) socorrer, através de auxílio, às pessoas reconhecidamente necessitadas que recorrerem a esta Sociedade, ocorrendo esta despesa na mesma forma de alínea d, deste artigo;

g) adquirir, por meio de donativos, jóias e mensalidades dos sócios, aluguéis de imóveis, auxílio e subvenções de poderes públicos, os recursos necessários à prática permanente da Beneficência e Recreação constantes do presente Estatuto, inclusive; para manutenção de novos imóveis e conservação e restauração de suas propriedades e tudo que constar de seu patrimônio. (BRAGA, 1987, p.

43-44)

Como podemos notar, o Artigo 3º do estatuto de 1956 e seus fins mantêm o caráter mutualista, acrescentando outras demais demandas que asseguram uma melhor qualidade de vida de seus sócios e familiares, sendo notável a ampliação de seus deveres. Dentre outras mudanças significativas presentes no Art. 3º é que não estão apenas estendendo a mão aos associados e parentes, mas também dando a mão à caridade, ajudando; “socorrer, através de auxílio, às pessoas reconhecidamente necessitadas que recorrerem a esta Sociedade” (BRAGA, 1987, p.44)

Outra mudança apontada por Braga (1987) e significativa é sobre as condições que devem ter os candidatos a novos sócios, que segundo ele:

Para ser admitido como sócio, de acordo com o estatuto de 1956, já não é mais condição essencial ser o candidato de cor preta como estabelece o artigo 1º do estatuto de 1874. Outrossim, salientamos o fato de que, embora nos dias atuais, mantêm a política de dar acesso ao seu quadro de associados a indivíduos de cor preta, guardando assim a tradição do século passado (BRAGA, 1987, p. 44)

Uma colocação importante descrita por Braga (1987) é que a Sociedade Protetora dos Desvalidos referente ao estatuto de 1874, contava com as figuras de sócio, sócio remido e protetores, sendo os protetores “por seu coração benfazejo... queiram voluntariamente proteger a esta Sociedade... conforme o Artigo 8º” (BRAGA, 1987, p. 45). Já em 1956 contava em sua estrutura com fundadores, efetivos, beneméritos, benfeitores, honorários e remidos. Dessa forma, para Braga (1987, p. 46): “De referência ao funcionamento da SPD, o estatuto de 1956 é mais completo, notando-se uma preocupação maior quanto ao processo eleitoral. Em 1874, a eleição era anual, passando a bienal em 1956.”.

O estudo comparativo entre os estatutos de 1874 e 1956 trazido por Braga (1987), revelou pontos significativos e alterações importantes na estrutura da Sociedade Protetora dos Desvalidos no decorrer do período de 82 anos, que correspondem entre os anos de um 1874 a 1956, evidenciando momentos importantes sobre a trajetória da SPD e da população negra entre os fins do século XIX e início do século XX.

1.2 Depois de 30 anos a SPD volta a ser estudada, a Tese de Doutorado de Klebson Oliveira

Depois de um intervalo de 30 anos desde a defesa da Dissertação de Mestrado de Braga (1987), a Sociedade Protetora dos Desvalidos voltou a ter atenção de um pesquisador, dessa vez para uma Tese de Doutorado no campo linguístico. Klebson Oliveira (2005) em seu trabalho intitulado “Negros e Escrita no Brasil do Século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico”, defendido na Universidade Federal da Bahia, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, procura compreender o papel da escrita e da alfabetização de africanos e seus descendentes na Bahia oitocentista. Tratando do rico material que as atas da SPD têm a oferecer, Oliveira (2005) dedicou seus estudos analisando 290 atas escritas no século XIX, que não só permitiu entender o português escrito por africanos e seus descendentes, como levou a outros desdobramentos que possibilitaram traçar o perfil dos associados e a estrutura da SPD no século XIX.

O diferencial da pesquisa de Oliveira (2005) para além das análises linguísticas das 290 atas da SPD, é seu aprofundamento maior sobre o perfil dos associados no século XIX, detalhando a partir dos requerimentos da década de 1850 a ocupação profissional de quem procurava a SPD, a cor e a origem dos requerentes e dos sócios, e se houve uma suposta procura de africanos. Em princípio, os desdobramentos sobre a estrutura da SPD e o perfil de seus sócios dizem respeito a questões fundamentais formuladas pelo autor, que são; “quais tipos de textos escreviam e quem aprendeu a ler e escrever” (OLIVEIRA, 2005, p. 149). Como é um estudo voltado para entender o português escrito por africanos e seus descendentes na Bahia oitocentista, os requerimentos deram um apoio para se conseguir analisar quem eram estes sujeitos que pertenciam a SPD e a estrutura desta entidade mutualista.

A propósito dos requerimentos, dos 332 requerimentos analisados por Oliveira (2005), é colocado pelo autor que (40.1%) se declararam de cor preta e (18.1%) crioulo, sendo considerado pelo autor um mesmo grupo, somando os 193 requerimentos de indivíduos que se declaram pretos, sendo o restante, 139 (41.8%) que não se declararam.¹⁰ Nas palavras de Oliveira (2005) referente aos 139 que não tinham declaração da cor:

¹⁰ Oliveira (2005) está considerando pretos e crioulos pertencentes ao mesmo grupo, somando os 193 dos requerimentos.

[...] a tabela deixa ver que um bom número, 139 (41.9%), não declarou a sua cor e isso pode dar margem a que se coloque em dúvidas a afirmação antes feita. Não se se fizer desse silêncio, ele próprio, objeto de uma pequena análise. Não aparecem em nenhum dos requerimentos as denominações *cabra* ou *pardo* que indicavam mestiçagem; da mesma forma, parece que nenhum branco também se candidatou, no período referido, a membro da Sociedade, senão o registro seria certo, pelo que se hipotetiza, então, que o grande número de requerimentos em que se fez a omissão da cor dos candidatos se deve ao fato de que preto era, de alguma maneira, consabido pelos requerentes, o que, provavelmente, para muitos casos, não careceu de registro. (OLIVEIRA, 2005, p. 151)

Oliveira (2005) demonstra que além desse critério apenas eram admitidas pessoas livres ou libertos, devido às condições que os membros sócios deveriam exercer junto à entidade, pois a arrecadação de dinheiro mensal dos membros era feita de forma rigorosa, para que conseguissem manter os fins da Sociedade. Os desfechos dos estudos de Braga (1987) que mostra a SPD como agência de prestígio são pontos importantes para Oliveira (2005) constatar que:

[...]...tende-se a aceitar que a não aceitação de escravos, no âmbito da SPD, relaciona-se com a cara rede de solidariedade ali estabelecida, cuja manutenção exigia proventos que fossem certos, mas também não pode ser deixada de lado a hipótese de Braga (1987): o fato de a SPD querer-se constituir como uma *agência de prestígio*, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. (OLIVEIRA, 2005, p. 143)

Como se sabe sobre a organização das irmandades negras no Brasil, eram entidades divididas em grupos étnicos, de acordo com suas origens, não que tenha sido uma regra, tendo algumas exceções de irmandades negras que comungaram de um mesmo local de participação mesmo sendo de origens diferentes, como no caso de Angolanos e Crioulos. Sobre as origens africanas ou brasileiras dos sócios da SPD, Oliveira (2005) mostra que os requerimentos apontam que 242 (72.9%) indivíduos são referidos como brasileiros, 28 (08.4%) cidadãos brasileiros e 62 (18.7) não se declararam. Estes que não especificaram sobre suas origens são entendidos pelo autor como possibilidade de serem estrangeiros, ou seja, africanos. Para Oliveira (2005) a

SPD não se constitui em sua fundação por um fechamento étnico, e sim o religioso:

Já se falou que, na SPD, não foram admitidos brancos nem mulatos, àquela altura designados *pardos* ou *cabras*. Constituiu-se, portanto, como uma irmandade composta exclusivamente por negros. Quanto à origem dos fundadores, Verger (1987, p. 517) identifica-os como africanos. Monteiro (1987, p. 63) também confirma essa procedência para os membros fundadores. Mesmo que se tenha como certa essa origem, tudo leva a crer que não foi o critério da etnia que congregou os primeiros membros da Sociedade para a sua fundação, mas sim um outro, de caráter religioso. Eram os fundadores negros muçulmanos ou islamizados ou, ainda, maometanos (Verger, 1987, p. 518-519; Monteiro, 1987, p. 63-64). (OLIVEIRA, 156-157).

Para além de Oliveira (2005) e Braga (1987) que estudaram diretamente a Sociedade Protetora dos Desvalidos, outros autores citados por eles, como no caso de Pierre Verger (1987) em seu livro “Fluxo e Refluxo Do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX”, e Antônio Monteiro (1987) no livro “Notas sobre negros malês na Bahia”, que não estudaram sobre a SPD, mas que em seus respectivos estudos citam sobre os fundadores da SPD e a própria instituição, e destacam que alguns membros eram africanos malês. Segundo Oliveira (2005):

A Sociedade Protetora dos Desvalidos destacou-se, dentre as irmandades negras da cidade de Salvador, por abrigar negros adeptos da religião que começou a ganhar corpo entre as gentes de cor na primeira metade do século XIX. Reis (1997, p. 15) menciona que africanos islamizados freqüentaram a Irmandade de Nossa do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo, mas a sua presença foi muito mais numerosa na SPD, àquela época, ainda com a designação de Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos. Segundo Monteiro (1987, p. 45) houve, à Rua do Bispo, nº. 20, uma mesquita para o culto muçulmano, palco de grande destaque na Revolta dos Malês, [...]. Aí se desenvolveram planos de guerrilhas e seus freqüentadores eram todos oriundos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, da qual a mesquita era uma espécie de filial. Acrescenta ainda que Manuel Vítor Serra, fundador da SPD, era malê e tinha honrarias de sacerdote no culto muçulmano. Da mesma forma, Luís Teixeira Gomes e José do Nascimento, também iniciadores da irmandade, tinham títulos honoríficos dentro da religião. Inclusive, quando da fundação da Sociedade, o assentamento do Conselho foi estabelecido em alas, seguindo um dos preceitos do islamismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 157)

Como uma irmandade fundada tendo a presença malês, inclusive sendo o seu principal idealizador supostamente, Manuel Vítor Serra um malês, passou-se a se intitular “prentemente Chiolos Liver de Cores pretas Naçidos

no Inperio do Barzelio” (OLIVEIRA, 2005, p. 158) e conforme vimos no Estatuto de 1874 que só “Podem ser admitidos sócios efetivos da Sociedade Protetora dos Desvalidos todos os cidadãos brasileiros de cor preta” (BRAGA, 1987, p. 42), mas não admitiria mais africanos como sócios? Oliveira (2005) busca na Revolta dos Malês uma explicação que passou despercebida para os demais autores e que na visão dele é decisiva para uma mudança na identificação da própria SPD. Diferente de Braga, Verger e Monteiro, Oliveira (2005) levanta uma hipótese de que a revolta dos malês pode ter sido decisiva para que o documento escrito em 1835, o mais antigo da instituição, que ainda se tem sobre os domínios da SPD, identifique que a Sociedade pertencia a crioulos livres de cores pretas:

A vinte Nove dia do Mez de Março de 1835 Estanto todos Corpos de Devoção, Reonidos Aprovamos prunananime Vondades oprez entre Comprimiço da nossa Devoção, Santiçi cima Verginal Senhora da Solidade dos Devalidos pretente Chiolos Liver de Cores pretas Naçidos no Inperio do Barzelio Ereta na Capella de Nossa Senhora do Ruazario do 15 Misterio Fergezia do Santo Antonio Alem do Carmo epor Achamos todos Corformes pretamos Nossa Fremeza de o bresevar e Faze obrecervar Nesta Valedoza Sidade da Bahia de todos o Santos Eu que Fis e Cobrequever Como Sacretario Manoel Victor Serra e Fis Sor berçerver¹¹

A hipótese levantada por Oliveira (2005) é de que devido à Revolta dos Malês e à perseguição contra os africanos na cidade de Salvador, o texto escrito em 29 de março de 1835, dois meses após a Revolta dos Malês, estaria demonstrando que:

[...] não seria desarrazoado propor que, como medida de precaução, ou, quem sabe, por imposição, a SPD tenha mudado, a partir de 1835, o perfil dos seus membros, quanto à origem, por conta das perseguições havidas na cidade de Salvador, após o levante. Dessa maneira, não parece ter havido ali, como se observou para tantas irmandades negras que se constituíram em Salvador, uma aliança interétnica entre africanos e crioulos; o (2001[1982]) mais provável de ter ocorrido, e a documentação primária demonstra isto, foi uma mudança radical em relação à admissão de membros de um momento em que a SPD era notadamente de feição africana – embora o critério para a sua fundação, como já se disse, não fosse étnico e sim religioso – , passa-se para outro em que ser crioulo, negro nascido no Brasil, era exigência para dela se fazer parte. (OLIVEIRA, 2005, p. 162-163)

A presente hipótese apresentada por Oliveira mostra que devido às perseguições contra africanos após a Revolta dos Malês, sobretudo para

¹¹ Livro de atas de 1832 (Relíquia da Sociedade Protetora dos Desvalidos). Acervo da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

aqueles de origem Malês, ou adeptos da religião Islâmica, teria feito com que a SPD adotasse medidas estratégicas de proteção de seus membros até mesmo da própria entidade, um caráter fechado apenas para homens pretos nascidos no império Brasileiro. Uma entidade que não recebia escravizados, apenas livres e libertos, devido às contribuições financeiras que seus membros deviam exercer. Sobre isso, é mostrado por Oliveira (2005), tanto como Braga (1987), que a SPD por ter se estabilizado como agência de prestígio, tinha se tornado no século XIX uma associação formada por uma “elite preta” da sociedade baiana. Um exemplo é a escolha dos novos sócios, que um dos possíveis critérios analisados era a profissão que os candidatos exerciam, não sendo escolhido qualquer tipo de sócio em qualquer posição de trabalho.

Para se ter um panorama, os 332 requerimentos novamente são apresentados por Oliveira (2005) para se ter uma noção do quadro ocupacional dos candidatos a sócio, apresentando-se em maior número as profissões listadas como qualificadas, sendo em sua maioria as profissões de 91 (27.1%) pedreiros, 61 (18.4%) carapina, 38 (11.4%) alfaiate, 37 (11.1%) marceneiro, 23 (06.9), as demais profissões aparecem em números menores, tendo apenas um ou outro profissional da área, sendo de sua grande maioria profissões qualificadas. Tendo como base as profissões dos requerentes, conclui o autor que a SPD se tratava de associação formada por uma “elite negra” oitocentista de Salvador:

Mas a SPD, entre os seus, selecionou, em tempos em que negros estavam, sobretudo, ocupados em ofícios que não careciam de qualificação, em que negros exerciam várias profissões ao mesmo tempo, porque a sobrevivência assim exigia, os mais bem situados socialmente, os mais qualificados profissionalmente. A Irmandade, se se levar em consideração o quadro geral desenhado para os livres e libertos [...], congregou, propositadamente, uma ‘elite negra’ da Salvador oitocentista. Quis e se tornou, como já disse Braga (1987), uma *agência de prestígio* e parece ter feito tudo quanto fosse possível para que assim permanecesse ao longo do século XIX. (OLIVEIRA, 2005, p. 174)

No que se sabe sobre a presença de mulheres como sócias, isto se deu na metade do século XX, sendo que no ano de 2015 Ligia Margarida foi a primeira mulher eleita presidente da SPD, conseguindo a reeleição e ficando à frente da entidade por mais dois anos. Oliveira (2005) em sua pesquisa, mostra o contrário, revelando alguns indícios sobre a participação das mulheres na SPD desde a década de 40 do século XIX, sendo feita a participação das

mulheres de forma discreta. O autor aponta os vestígios que encontro nas documentações sobre as mulheres na SPD de que:

- As mulheres eram admitidas como membros, embora de maneira não formalizada.
- Quando da admissão das sócias, eram elas submetidas a critérios, ainda desconhecidos.
- Assim como os homens, também as mulheres eram rigorosamente observadas nas suas obrigações, principalmente no que dizia respeito ao pagamento das suas entradas e mensalidades.
- As mulheres estavam submetidas às mesmas penalidades que os homens.
- Parece terem ocupado as mulheres alguns cargos dentro da irmandade. (OLIVEIRA, 2005, p. 186)

O trabalho de Klebson Oliveira por se tratar de uma Tese de Doutorado, se torna um trabalho longo e mais detalhado do que de Julio Braga, inclusive pelos próprios caminhos que o autor quis buscar em sua pesquisa. Os 332 requerimentos são apresentados de forma didática, em formatos de quadros, esse talvez seja para além da análise linguística das 290 atas da SPD, um outro diferencial.

Oliveira é também responsável junto com Tânia Lobo pela organização de um livro em 2009, de título; *“África à vista Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX”*, sendo o texto introdutório do livro escrito pelos/as organizadores, que apresenta em linhas gerais a importância dos estudos sobre textos escritos por africanos e seus descendentes no Brasil e como as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos são importantes para compreender o processo de letramento, alfabetização e escrita de africanos e seus descendentes e o processo da escrita do português brasileiro. Como sendo uma análise gramatical, o livro analisa 55 atas regidas entre 1832 a 1842. Klebson Oliveira veio a falecer no ano de 2014, Tânia Lobo que foi sua orientadora na tese de doutorado organizou um livro junto com Charlotte Galves, o livro lançado em 2019 de nome: *“O português escrito por Afro-Brasileiros no século XIX. As atas da Sociedade Protetora dos Desvalido.”*. Tal obra é uma continuidade do livro; *“África à vista”* que contém análises gramaticais de atas entre 1835 e 1894. Desse modo, existem três livros que abordam sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, sendo um de Braga lançado em 1987, outro organizado por Oliveira e Lobo, lançado em 2009, e um último lançado em 2019, sendo escrito por Lobo e Galves.

1.3 Outros olhares sobre a trajetória institucional da SPD, o trabalho de Douglas Guimarães Leite

Procurando entender as estratégias adotadas pelos membros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, a Tese de Doutorado de Douglas Guimarães Leite (2017), com o título *“Mutualistas, graças a Deus”*: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831 – 1861), defendida pela Universidade de São Paulo, discute o mutualismo e os mecanismos de inserção social de trabalhadores negros na metade do século XIX, pegando a fase em que a instituição era Irmandade e posteriormente Sociedade. Nestas circunstâncias, Leite (2017) traça um panorama entre as tradições religiosas e o mutualismo popular na Bahia do século XIX, verificando que os integrantes dos Desvalidos construíram uma Irmandade numa época de decadência das confrarias¹², mas representam uma nova apropriação étnica e institucional, havendo uma espécie de hibridismo entre as tradições religiosas e as novas formas de associações de tipo moderno, no caso as civis. Nas palavras do autor:

Num ambiente sociopolítico de crescente afirmação do indivíduo e de fortes sinais anticorporativistas, cumpre enfatizar que as alterações nas formas de associação a partir da década de 1830 interessam não apenas na materialidade das suas práticas, mas também nas inflexões que a própria mudança dos contextos pode ter produzido, ao atribuir novos lugares e papéis sociais aos seus integrantes. Os Desvalidos são sintomáticos nesse sentido porque se constituíram como irmandade numa época de alegada decadência das confrarias religiosas de leigos, de certa forma representando uma nova apropriação étnica desse tipo institucional. (LEITE, 2017, p. 21)

A presente Tese de Leite tem como fontes documentais as atas, registro de sócios, demonstrativos financeiros, testamentos e outros demais

¹² Segundo Leite sobre o declínio das Irmandades e o crescimento das associações mútuas no Brasil: “Costuma-se atribuir o florescimento das mútuas no século XIX à proibição legal da atividade das corporações de ofício no Império Brasileiro, e à incompatibilidade entre a estrutura das irmandades e a organização do trabalho livre. Fala-se também no progressivo desaparecimento e desprestígio desse tipo de associação religiosa. Um enquadramento mais geral do problema no âmbito da “era das revoluções”, na leitura de Alvin Gouldner, permite encarar o “rápido desenvolvimento” das mútuas como uma “resposta ao declínio da antiga sociedade hierárquica e à necessidade de os integrantes dos novos grupos compensarem seu crescente anonimato”. Antecipando-se, com a cautela de Norbert Elias, a “estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais”, é possível considerar que os diversos tipos de sociabilidade, como “partes individuais” de um “todo” em acelerada mudança, recompunham-se e se redefiniam reciprocamente no processo de transformação social.” (LEITE, 2017, p. 56-57)

arquivos sobre a SPD que o pesquisador encontrou no Arquivo Público do Estado da Bahia. Como já argumentado na introdução deste trabalho, Leite (2017) separa a SPD em dois momentos distintos, o primeiro de quando foi fundada sob o nome de Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, que perdurou até 1848, momento este em que se teve uma ruptura entre os antigos irmãos e criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos em 1851, que acaba sendo regulamentada 10 anos depois, em 1861, pela Lei dos Entraves. Diferente de Braga e Oliveira que tratam as palavras Irmandade e Sociedade como sinônimos, Leite no decorrer da escrita de sua Tese deixa bem clara a separação, as diferenciando quando se refere aos momentos de quando foi Irmandade e Sociedade.

Sobre a luz de novas fontes, sendo um jornal de 1849 e um livro de caixa de penhores, Leite (2017) descreve que ocorreu um conflito entre os irmãos que teria como pano de fundo o destino do cofre, se deveria ser removido da Igreja dos XV Mistérios e transferido para a Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros. Diferente de como a historiografia sobre a SPD até então tinha sido sustentada de que a Irmandade passou a ser Sociedade tendo uma mudança de localidade e reforma no seu estatuto, Leite averiguou que teve uma disputa judicial em torno do destino do cofre:

Avançando-se os anos, a abertura de um “Livro de Caixa dos Penhores”, em 1851, dá outra medida do conflito entre as duas “Casas”: a Devoção, “ereta” na capela da Igreja dos XV Mistérios, e a Sociedade, então instalada no Rosário da Baixa dos Sapateiros. O livro é fruto da determinação de que se procedesse ao levantamento dos penhores constantes do cofre, até ali depositado na Tesouraria Provincial em função do processo que corria no Tribunal da Relação. O evento de 1848 e a contabilidade dos penhores, em 1851, oferecem talvez uma das únicas balizas mais objetivas a respeito do conflito no interior da Irmandade dos Desvalidos: um período no interior do qual “irmãos” e “sócios” disputaram judicialmente a posse do patrimônio material e simbólico construído ao longo daquelas duas últimas décadas. (LEITE, 2017, p. 51)

A disputa pelo destino do cofre e o conteúdo que estava dentro parecia denunciar, assim, tanto seu valor utilitário, enquanto peça fundamental na arrecadação e mantimento dos fins institucionais, quanto seu valor simbólico, enquanto patrimônio material.

Em outro livro guardado pela Sociedade é possível tomar conhecimento do teor da decisão definitiva do Tribunal da Relação na arbitragem da contenda entre os dois grupos da irmandade. Em setembro de 1851, a notícia do provimento judicial é transmitida em

ofício por um dos “sócios” aos seus colegas. O termo utilizado no documento evidencia a transformação das partes em disputa – e pela disputa – ao final separadas em irmãos e sócios. Nele, o “sócio” José Pedro da Silva Paraguassu alerta para os inconvenientes de um eventual recurso contra a decisão que determinara a divisão por igual dos valores do cofre. Calculando custos e desgastes já sofridos, o “sócio” sublinhava a impossibilidade de que se efetivassem os socorros devidos (e atrasados) pela associação, caso se mantivesse o litígio sobre a disponibilidade do seu patrimônio. Nesse documento, nota-se, a perspectiva já era outra. É que Paraguassu, ex-Providor da Irmandade dos Desvalidos, passara a atender como consócio de Henrique Cardozo, na associação “ereta” no Pelourinho. (LEITE, 2017, p. 51-52)

Conforme é mostrado por Leite, a Irmandade não passou a ser Sociedade por causa de uma reforma estatutária e sim por um desentendimento entre os antigos irmãos que parou na justiça, que acarretou alguns anos mais tarde na fundação da Sociedade Protetora dos Desvalidos, em 1851.

Leite (2017) busca nas análises sobre as Irmandades e Associações um pré-sindicalismo, sendo o associativismo mutualista negro importante para a inserção de trabalhadores na sociedade baiana oitocentista. O aprendizado que associações herdaram das Irmandades, das experiências de ajuda mútua e de proteção, como pode se verificar no caso da SPD, que em época de irmandade era o religioso e o étnico, com a dissidência entre os irmãos e fundação da Sociedade, os antigos irmãos preferiram manter o mesmo caráter de fechamento racial e o de timbre profissional, pois tinham aprendido na experiência da própria Irmandade uma estratégia da sobrevivência dos seus pares e do fazer político, como se resultou com o passar do tempo no século XIX como vimos nos trabalhos de Oliveira e Braga se tornando uma agência de prestígio:

O caso dos Desvalidos é sintomático desse tipo de ruptura e se encaixa muito adequadamente à chave do mutualismo associativo, porque não há mobilização operária, mas antes “busca por amparo e proteção social”, além de afirmação racial. Não há consciência moderna de classe, mas há pretensão de prestígio e poder investida na criação de uma sociedade mutualista de cor (a Sociedade Protetora dos Desvalidos), cuja ruptura com a Irmandade, em 1851, traduziu uma aposta na modernização associativa, e na sua adaptação aos espaços institucionais de poder, expressa sobretudo pela admissão numerosa de sócios protetores e honorários, e pela diversificação da movimentação econômica da entidade. O ingresso de “honorários” seria, inclusive, uma das decisivas novidades em relação à estrutura da confraria da qual haviam se separado. Assim, muito embora estejamos diante de uma mutual étnica ou “identitária”, como se usa dizer – afinal tratava-se de uma associação exclusiva de indivíduos pretos – nada disso impede que os Desvalidos sejam

também analisados em termos de classe, afinal, como se demonstrará oportunamente, a fundação da SPD importou o enriquecimento da associação, sua inserção nos círculos de poder oficial e a progressiva redução do número de trabalhadores pobres no seu quadro de sócios. (LEITE, 2017, p. 79)

Do mesmo modo que Braga e Oliveira, Leite por ter estudado o período conforme vimos entre os anos de 1831 a 1861 investigou o perfil dos primeiros fundadores da Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, posteriormente Sociedade Protetora dos Desvalidos. Como salientamos, Leite (2017) não apenas argumenta que devemos olhar a instituição enquanto dois momentos distintos da história, a primeira sendo Irmandade e a segunda enquanto Sociedade, como também para ele, não existia a presença africana Malê na Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Vale enumerar alguns argumentos usados por Leite (2017) para não considerar que tenha havido presença Malê entre os membros fundadores da SPD; 1) é que Monteiro e Verger não apresentam fontes sustentáveis, sem terem o apoio documental, sendo que Braga e Oliveira usaram as mesmas fontes e caindo no mesmo erro, segundo o autor, ao identificar uma presença Malê na SPD (iremos falar destas fontes no próximo subcapítulo, estas fontes merecem uma discussão à parte); 2) para Leite (2017) Oliveira tratou bem em não deixar passar despercebido a Revolta dos Malês, acontecimento importante que os outros autores não se atentaram, mas não concorda em ser a SPD, a antiga Irmandade, uma aliança interétnica entre africanos Malês e pretos nascidos no Brasil. Mesmo que sendo as alianças comuns entre grupos de origem da África Central como no caso dos Angolanos e Crioulos que são descendentes de africanos nascidos no Brasil, não se tem nenhum vestígio de uma possível aliança entre africanos Malês e Crioulos, muito menos quaisquer tipos de evidências que mostrem os Malês abrindo mão de suas devoções para adesão ao catolicismo predominante na Bahia oitocentista da década de 1830; 3) O documento de 1835 que foi escrito 3 meses depois da Revolta dos Malês – usado por Oliveira como hipótese de uma possível mudança institucional estratégica para assegurar a segurança da Irmandade e de seus irmãos Malês, devido às perseguições contra africanos –, é apontado por Leite (2017) como documento que não se mostrava ocasional, sendo muito comum desde 1833

propostas de reformas no estatuto que já estavam sendo elaboradas. O texto de 1835 já vinha sendo escrito desde 1834, para Leite (2017, p. 112):

Iniciada em 20 de julho de 1834, com a apresentação de um projeto por Manuel Victor Serra, a reforma levaria à criação de uma Comissão, no dia 1º de novembro; à primeira convocação da Junta, no dia 7 de janeiro do ano seguinte, que deliberaria sobre emendas ao projeto; à segunda convocação da mesma Junta, 8 dias depois (15 de janeiro); e à aprovação das mudanças no dia 08 de fevereiro de 1835. Fato extremamente singular é que a sessão chamada para a aprovação da reforma deveria se realizar em 25 de janeiro de 1835, nada menos do que o dia em que estourou a Revolta dos Malês. A sessão, claro, não ocorreu, e a aprovação do projeto se deu duas semanas depois. Mas podemos especular: ou mais essa circunstância indica que nada tinham os Desvalidos com a causa, ou então seria preciso conceber que os malês dos XV Mistérios se valeram de um engenhoso subterfúgio documental para fazer crer às autoridades que, no dia D, planejavam se ocupar regular e inocentemente do exercício de sua atividade devocional e associativa.

Ao examinar algumas documentações referentes aos irmãos fundadores, usando de exemplos de matérias disponíveis, Leite os identifica como brasileiros, chegando às seguintes conclusões:

O que também é possível afirmar, a partir dessa documentação, é que a sociabilidade desses homens não estava apoiada nos supostos que lhes atribuíram Verger, Braga e Oliveira. Isso significa que provar a nacionalidade brasileira de alguns dos seus fundadores é lançar forte dúvida sobre a interpretação que os toma como um grupo de africanos, saídos da experiência da escravidão e coesos em torno da fé islâmica. Juntamente com os demais indícios que sugerem o completo ineditismo de uma configuração malê/crioulo numa irmandade pós-1835, essa hipótese parece confirmar que estamos, de fato, diante de “crioulos livres de cores pretas nascidos no Império do Brasil”. Como, a propósito, diz a ata de 1835, registrando um capítulo fundamental da história dos Desvalidos. (Leite, 2017, p. 117)

O trabalho de Leite traz novos debates sobre o que até então se tinha de conhecimento sobre o passado da SPD, fazendo com que parte do que foi defendido pelos estudos anteriores sobre a presença Malê na SPD seja questionada. Não apenas o questionamento sobre a identidade dos fundadores da SPD, como também o autor trouxe fontes que revelam um conflito em torno da Irmandade e, dessa dissidência, a criação da Sociedade, fazendo uma leitura e análise de separação dos respectivos momentos. É um trabalho que recupera a importância das experiências vividas dentro das Irmandades Negras como parte importante do fazer político para a criação do mutualismo das associações que começam a pipocar no final do século XIX. Parte fundamental

do trabalho é, portanto, entender o mutualismo exercido pela população negra com o objetivo de inserção social.

O desenvolvimento da pesquisa de Leite acontece 17 anos depois do trabalho de Oliveira finalizado em 2005, se assim podemos dizer nesta cronologia na qual eu me refiro, não incluindo o livro organizado por Lobo e Oliveira lançado em 2009 que é desdobramento de sua citada tese. Este intervalo de tempo de pesquisas sobre a SPD agora nos dois próximos trabalhos será menor, veremos uma sequência de diferença de 1 a 2 anos.

1.4 Lucas Campos revela o jogo político da Sociedade

O trabalho de dissertação, em História, de Lucas Ribeiro Campos (2018), com o nome de “*Sociedade Protetora dos Desvalidos: Mutualismo, Política e Identidade Racial em Salvador (1861 -1894)*”, defendido pela Universidade Federal da Bahia, faz uma análise mais profunda sobre a construção da identidade racial e seu caráter mutualista e as formas de solidariedade entre os associados da SPD, dedicando o primeiro capítulo de seu trabalho sobre o assunto. Com um recorte temporal entre os anos de 1861 a 1894, Campos (2018) estuda o primeiro estatuto regulamentado pela Lei dos Entraves e o último estatuto a que teve acesso no século XIX. O trabalho consiste em compreender melhor as estratégias do associativismo negro dos trabalhadores associados à SPD, e suas deliberações políticas para conseguir acesso à cidadania.

No que toca os assuntos importantes abordados por Campos (2018) no primeiro capítulo de sua dissertação, que versam sobre as atividades executadas pelo mutualismo entre os sócios, destaca-se a existência de um projeto escolar que pudesse dar assistência aos órfãos. Demonstra o autor que existia uma grande preocupação com os órfãos por parte dos associados, pois o medo era que poderiam ficar sem supervisão, abandonados. Como descreve Campos (2018, p. 33-34):

Outra preocupação constante da SPD era a instrução desses órfãos. Alguns indícios inclusive nos mostram que existia um projeto de educação naquele espaço. De acordo com o artigo 49 do estatuto de 1874, todo rendimento da bolsa de caridade e da multa dos sócios seria “destinado para adjutório da educação dos órfãos que pertencerem à Sociedade”. Esses menores eram supervisionados e incentivados pelos dirigentes da SPD a estudarem. No ano de 1864,

foi aprovada a proposta de resgate de alguns órfãos que andavam sem supervisão, “para a sociedade tê-los debaixo de suas vistas e mandá-los educar em qualquer dos estabelecimentos Pio”. Na época, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Manoel José de Figueiredo Leite, que também era sócio protetor da SPD, entregou ao então presidente Manoel Leonardo Fernandes “uma relação constando faltas de órfãos daquele Pio estabelecimento para ser procurado em diversos lugares”.

Para além da preocupação com a educação dos órfãos, se tratando de uma entidade que tinha como critérios políticos um fechamento racial, sendo permitida apenas a entrada de homens pretos, era exigido o letramento e domínio da escrita de seus sócios, pois todas as suas atribuições eram constituídas por homens pretos, sem a presença de homens brancos ou pardos, sendo as autorias textuais de homens pretos, como argumenta Oliveira e Lobo (2009, p. 44):

Destaca-se ainda, com base na documentação remanescente, que a política corrente não permitiu que nenhum branco ou pardo se tornasse membro, por isso se pode concluir que são remotíssimas as chances de que os textos ali produzidos tivessem sido escritos por mãos brancas. (OLIVEIRA; LOBO, 2009, p. 44)

Para Campos (2018, p. 34): “Era essencial para os sócios da SPD, formados majoritariamente por trabalhadores de ofício, que tinham certa autonomia no mercado de trabalho, dominarem a leitura e a escrita”. Devido às condições para se ter o domínio da escrita e da leitura, a preocupação era de que os sócios também tivessem acesso aos mecanismos de alfabetização. Argumenta o autor que a existência de muitos sócios que exerciam a profissão de professores colabora para com a ideia do “projeto educacional voltado para os homens de cor” (CAMPOS, 2018, p. 34).

Campos (2018) demonstra que os espaços educacionais voltados para os órfãos e sócios tinha como objetivo garantir acesso à cidadania. Isto porque saber ler e escrever nos finais do século XIX era uma aquisição importante quando se pensa em acesso à cidadania e melhores oportunidades de trabalho para a população negra. Nas palavras do autor:

Diante desses exemplos, é interessante pensar que o esforço de constituir no espaço da SPD a educação aos órfãos pode ser lido como uma estratégia de torná-los cidadãos em uma sociedade marcada pela restrição aos homens de cor. Os membros da SPD buscavam defender a instrução como uma forma de assegurar o voto negro, que era um instrumento importante de barganha. Havia um projeto político dos membros da SPD, que buscava garantir a cidadania, sobretudo em um novo regime que estava surgindo. (CAMPOS, 2018, p. 38)

Campos explora as participações políticas dos associados a SPD na cidade de Salvador e as disputas políticas internas para se obter o “poder” de liderança na SPD. No segundo capítulo de sua dissertação expõe o que ele denomina de “jogo político entre as lideranças de cor da SPD, alianças, conflitos e redes de proteção” (CAMPOS, 2018, p.39). Como se sabe da estrutura da SPD, nunca foi permitida a entrada de sócios brancos, apenas a admissão de homens pretos. No entanto, mesmo que internamente não tenha sido permitida a entrada de sócios brancos, a SPD contou em sua estrutura com uma rede de proteção, que segundo o Artigo 8º do próprio estatuto de 1874; “todas aquelas pessoas que por seu coração benfazejo, segundo suas altas representações, queiram voluntariamente proteger a esta Sociedade” (BRAGA, 1987, p. 80). Demonstra Campos (2018) que esta rede de proteção foi decisiva para as dinâmicas e decisões políticas, tendo um peso maior para decidir quem deveria ficar à frente da SPD. Segundo Campos (2018, p. 39):

Entre eles estavam políticos e figuras influentes da sociedade baiana, como presidentes de província, senadores, deputados, desembargadores, advogados, militares, médicos e outros. Os dirigentes da SPD estabeleceram alianças com estes protetores, que eram sustentadas através de uma política de favores, acordos e relações de compromisso. Essas estratégias, na maioria das vezes, decidiam as disputas pelo controle da associação, pois aqueles que constituíam alianças mais consistentes com os protetores eram os que estavam mais blindados no poder e permaneciam mais tempo no comando da associação.

Explica Campos (2018) que os resultados das votações políticas passavam pelas mãos do governo da corte ou pelas mãos do Presidente da Província, conforme a lei, “artigo 29, parágrafo 5º, do decreto nº 2.711, 19 de Dezembro de 1860, que dizia que os montepios seriam responsáveis pela eleição ou nomeação de seus quadro administrativos” (CAMPOS, 2018, p.41). As redes de proteção operavam como parte significativa das relações para quem queria estar à frente da SPD, sendo necessário não apenas desenvolver um jogo político interno para se ter o apoio dos associados e seus votos, como também estar externamente bem nas relações com figuras importantes que faziam parte da rede de proteção da SPD e que tinham influências na cidade de Salvador, pois as decisões políticas conforme a lei passava por aprovações.

É demonstrado por Campos (2018), ainda, que as lideranças da SPD tiveram participações políticas fora da associação, inclusive com a participação

partidária na época, se fazendo presentes em determinadas discussões e debates. Parte importante pela busca de cidadania e de uma política que contemplasse os interesses destes homens pretos, a política exercida nesta época pelos sócios da SPD passava por um jogo de interesses, que se retirava bons proveitos políticos:

Nas estreitas avenidas de participação política e de cidadania, alguns negros como Manoel Leonardo Fernandes, Antonio José Bracete, Marcolino José Dias, Manoel Querino e outros, exploraram ao máximo os espaços de atuação possíveis. Esses indivíduos disputavam o jogo político e partidário do Segundo Reinado e dos primeiros anos da República, através de redes de proteção, que se constituíram em uma política institucional da associação. Essas estratégias consolidavam o poder de barganha de determinadas lideranças de cor, a partir de uma agenda específica para os negros. Ser sócio da SPD significava ter a possibilidade de uma atuação efetiva na política baiana daquele momento. Mas, acima de tudo, ser sócio da SPD significava um orgulho pessoal da condição de homens de cor preta. (CAMPOS, 2018, p. 65)

Esse jogo político descrito por Campos (2018) nos dá ideia de quão complexas eram as estratégias lançadas para que sócios de uma associação formada apenas por homens pretos conseguissem se consolidar e se manter de pé adquirindo acesso à cidadania durante as décadas finais do século XIX. Não apenas isso, o trabalho de Campos é fundamental para a compreensão do associativismo negro e da construção de identidade por parte destes homens pertencentes à SPD.

Fechado este ponto, olharemos o último trabalho realizado sobre a Associação Protetora dos Desvalidos, parte importante para a compreensão de como a instituição trabalha sua memória.

1.5 “Esquecimento da Irmandade e sua posterior lembrança”, o trabalho de Emerson do Carmo.

Em seu trabalho de dissertação de mestrado em História, de título “*Memória e associativismo mutualista em Salvador: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934)*”, defendido na Universidade do Estado da Bahia, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, Emerson Cláudio Cordeiro do Carmo (2019), procura fazer uma reconstituição histórica da Sociedade Protetora dos Desvalidos, se concentrando entre os anos de 1851 quando se torna Sociedade, até 1934, quando se comemorou

tardiamente o centenário da instituição, dois anos após a data quando, de fato, deveria ser comemorado, isto é, 1932. Em seu trabalho podemos encontrar três dimensões da associação no entendimento do autor: “[...] a dinâmica associativa, a estratégia mutualista e o complexo processo de construção e reconstrução da memória que ora separa, ora liga a Irmandade de Nossa Senhora Amparo dos Desvalidos, fundada em 1832, e a SPD, dissidência aberta em 1851 no interior da devoção” (CARMO, 2019, p. 8).

Destaca o autor que as fontes das décadas posteriores à década de 1860, apontam para o “esquecimento” da Irmandade por parte dos sócios. Carmo (2019) investiga o processo de rememoração da Irmandade feita pela Sociedade, havido entre os anos de 1851 a 1934, e que, segundo ele, tratou-se de um processo de “vituperação, silenciamento e posterior lembrança” (CARMO, 2019, p.) da Irmandade, ocorrendo uma disputa de memórias.

As investigações de Carmo (2019) revelam idas e vindas entre os anos de 1909 e 1916, sendo visível tanto pelas atas como pelas comemorações que a Sociedade ainda não tinha retornado às suas comemorações e ligações com a antiga Irmandade. É entre os anos de 1917 e 1929 que a Sociedade restabelece tanto institucionalmente com uma mudança no estatuto, como pelos discursos dos líderes em menções, a uma história contínua com a Irmandade. Sobre o estatuto e sua mudança em 1929, além dos festejos em comemoração ao centenário em 1934:

Institucionalmente, o passo final foi dado quase três anos depois quando da reforma dos estatutos em 5 de junho de 1929. No primeiro parágrafo do documento, sobre a Sociedade e seus fins, estava expresso: “instalada na Cidade do Salvador em 16 de setembro de 1832 sob a proteção de N. S. do Amparo.”⁸⁴ Além desse, outro item, o §1º do art. 37 incluiu uma indiscutível disposição sobre a realização das sessões magnas determinante para a ocorrência da reunião solene do centenário que seria realizada em 1932 e as comemorações de 1934: “§ 1º. A sessão magna será a que solenizar o aniversário da Sociedade devendo ter lugar no dia 16 de setembro, sendo dia santificado, ou no primeiro domingo.” (CARMO, 2019, p. 44)

Emerson do Carmo, diferente de Douglas Guimarães Leite que não pesquisou o começo do século XX da SPD, identifica que mesmo que a Irmandade e Sociedade poderiam ter algumas diferenças, no arcabouço histórico, “Sociedade e Devoção compartilhavam o mesmo processo histórico e a conformação do passado se encontra com a necessidade de reforçar laços

de identidade no presente” (CARMO, 2019, p. 44). O trabalho de Carmo revela contornos importantes sobre o papel da memória e das narrativas dentro da Sociedade Protetora dos Desvalidos, processo marcado pelo “esquecimento e posterior lembrança” da Irmandade, parte fundamental para se ter a compreensão da instituição na atualidade. Como salienta o autor:

Se de algum modo essa experiência dos desvalidos pode iluminar o debate em torno de dinâmicas e estratégias de associativismo, a discussão sobre a memória como um processo de continuidades e descontinuidades ou um espaço de construção de identidades e laços de coesão aparece como fundamental e particular naquela organização. Assim, a partir das descobertas reveladas pelas fontes exploradas por Douglas Guimarães Leite que sugerem uma releitura dos acontecimentos que antecederam os anos de 1851 e, portanto, apontam para uma cisão entre os irmãos desvalidos separando-os entre a Irmandade e a dissidente Sociedade Protetora, em contraste com a versão defendida no histórico de 1934, procurei percorrer o caminho em que o silêncio vai dando lugar ao esquecimento e este, por sua vez, é rompido por uma memória subterrânea que emerge em momentos singulares da experiência do grupo e, por fim, se impõe na disputa de narrativas como vitoriosa, (re)construindo uma imagem monolítica do passado em que a Irmandade e a Sociedade compartilharam a mesma trajetória. (CARMO, 2019, p. 86)

Como podemos notar, a Sociedade Protetora dos Desvalidos sempre desenvolveu um mutualismo entre seus membros que foi muito importante para a organização dos homens pretos ou africanos, trabalhadores, livres e alforriados, que encontrassem dentro da SPD caminhos para que pudessem ser inseridos dentro de uma sociedade que os excluía. Os arranjos políticos e suas obrigações e preocupações demonstram que a SPD foi pioneira, não apenas se preocupava com a indigência de seus membros, como também da educação dos órfãos e da saúde daqueles que ficavam desamparados. Como também ajudou os necessitados que procuravam a instituição.

Os caminhos que cada autor buscou não se mostram hegemônicos, revelando que a SPD não só causou divergências entre os estudiosos sobre o tema, mas o seu próprio processo histórico é marcado por idas e vindas, lembranças e esquecimentos, embates políticos e estratégias de luta, que no decorrer dos anos, períodos e décadas, foram se adaptando diante dos novos desafios políticos e sociais da sociedade brasileira e baiana.

É importante destacar que a maioria dos trabalhos realizados sobre a SPD – refiro-me aos trabalhos de Braga (1987), Oliveira (2005), Campos (2018) e Carmo (2019) – foram feitos em território baiano, ou seja, as

pesquisas foram executadas sob os domínios das universidades federais e estaduais da Bahia. Apenas o trabalho de Leite foi realizado fora do Estado, sendo a pesquisa realizada sob os domínios da USP, situada em SP. De certo modo, nosso trabalho se apresenta como uma continuidade dos estudos da SPD, que se intensificaram entre os anos de 2017 e 2019. No caso específico deste nosso trabalho, abre-se uma nova página sobre uma época que ainda não foi abordada nos estudos anteriores, os anos finais do século XX.

É dessa forma que nosso recorte temporal de 1983 a 1993, pode mostrar as transformações, os embates políticos e sociais, como se configura o perfil social dos membros da época estudada, quais formas de mutualismo ainda existem dentro da SPD. O que podem nos dizer as atas, as reuniões? Estaria a Sociedade Protetora dos Desvalidos articulando com outras entidades nacionais ou locais? diante da luta do movimento Negro. São possíveis caminhos que trataremos nos próximos capítulos.

1.6 As fontes Orais de Verger e Monteiro.

Este último tópico se trata de uma análise sobre as fontes usadas por Pierre Verger e Antonio Monteiro. Fontes que são parte importante para as principais argumentações sobre uma existência de africanos Malê na Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos e que fizeram com que os demais autores como Julio Braga e Klebson Oliveira usassem destas referências para embasar suas argumentações sobre uma presença africano-malê entre os primeiros fundadores da instituição. A propósito, se tratam de fontes orais que se tornam o principal alvo das críticas de Douglas Leite sobre uma criação de uma “África fora do lugar” pelos respectivos autores, contestando a falta de apoio escrito documental que pudesse apresentar indícios sobre uma presença Malê na SPD. Esta falta de apoio enxergada por Leite (2017) é a desconsideração de sua parte frente às fontes orais, apostando, portanto, na perspectiva de que apenas as fontes escritas teriam status de documento a ser considerado.

Cabe em nossa análise compreender como é a metodologia do primeiro trabalho que traz a primeira referência de uma presença africana Malê entre os fundadores da SPD. O primeiro abordar sobre o assunto é Pierre

Verger em seu trabalho *“Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos, do século XVII ao XIX”*; tese de doutorado defendida em 1966, resultado de uma pesquisa com mais de 20 anos de estudo, sendo apenas lançada em formato de livro no Brasil em 1987. Tal pesquisa foi desenvolvida e assumida em termos metodológicos, tendo como base fontes escritas documentais, conforme relata o autor sobre os documentos usados em sua pesquisa:

Este trabalho é fundado sobretudo em documentos de arquivos. Para o século XVIII, muitas informações provêm do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Documentos complementares, particularmente sobre Uidá, foram encontrados no Archive Nationales de Paris e no Public Record Office de Londres. (VERGER, 2021, p. 31)

Não existe nenhuma problematização de Verger sobre o uso de fontes orais em sua pesquisa, sendo um trabalho declarado como realizado apenas com fontes escritas, conforme se verifica. O mesmo funciona sobre a pesquisa de Monteiro, não existe indicação de que algumas referências usadas pelo autor, são de fontes orais.

No entanto, no corpo do trabalho há indícios de que Verger tenha se beneficiado em suas análises de informações obtidas por meio de conversas que estabeleceu com alguns de seus contemporâneos. O autor chega a descrever quem são esses sujeitos e a origem de seus antepassados:

Fato um pouco ignorado, sob aparências tão católicas, o de que muitos membros dessa confraria eram ao mesmo tempo cristãos e muçulmanos. Conheci pessoalmente dois deles que estavam nesse caso: um era Manoel Nascimento de Santo Silva, chamado Gibirilu (Gabriel) do lado muçulmano, filho de José Maria do Santo Silva, nascido em Ifé, na Nigéria, conhecido sob o nome de Alufá Salu, e de Marcolina Constância da Silva, cuja mãe, Felicidade Constância da Silva, fora trazida de Lagos para a Bahia; o outro era Tibúrcio, igualmente muçulmano, filho de um africano vindo da região dos tapa. Os dois faziam parte da sociedade em questão e, mesmo sendo mulçumanos, eram também membros da Confraria de Nossa Senhora do Rosário das Pessoas de Cor, no Pelourinho. (VERGER, 2021, p. 604)

Isto foi munição para que Leite (2017) tecesse suas críticas a respeito da pretensa presença de africanos nos primeiros tempos da Irmandade dos Desvalidos, questionando a validade documental (via fontes orais) de Verger:

Ainda que em relação a alguns aspectos da formação da irmandade Verger seja confirmado pela documentação, há um problema em relação ao conjunto das informações. Ele reside no fato de que sua formulação tem como origem a história contada por seus

contemporâneos, discípulos longínquos de Manuel Serra que, ouvidos mais de um século depois da fundação da irmandade, e traduzidos pelos intrincados meandros da memória, podem ter recriado uma África fora do lugar. (LEITE, 2017, p. 90)

No trabalho de Monteiro; *“Notas sobre negros Malês na Bahia”*, as fontes usadas pelo autor são também questionadas por Leite (2017), de modo que temos nos trabalhos de Monteiro e Verger a mesma crítica realizada pelo autor, isto é, a pretensa falta de referências documentais:

A propósito dessas hipóteses, duas observações importantes se impõem. A primeira é a falta de referências que indiquem, em ambos os trabalhos, sequer uma aproximação dos primeiros Desvalidos com o islamismo. A afirmação de Monteiro de que a irmandade dos Desvalidos mantinha como filial uma mesquita na rua do Bispo, nº 20, onde se reuniam os conspiradores, todos eles pertencentes à confraria, é tão detalhada quanto falta de apoio documental. (LEITE, 2017, p. 93)

As afirmações de Monteiro, que para espanto de Leite tenham muitos detalhes sobre uma mesquita na rua do Bispo, são frutos de depoimentos, fontes orais. Não se sabe se Monteiro teve acesso aos mesmos testemunhos que Verger teve. O livro de Monteiro é de 1987, o livro de Verger foi lançado no Brasil no mesmo ano, em 1987, tendo a pesquisa levado 20 anos para ficar pronta, cuja Tese foi defendida 1966, conforme afirmamos. Com isso, temos que entre a pesquisa de Verger e a de Monteiro há um intervalo de 34 anos, de 1946 a 1980, o que nos leva à hipótese de que Monteiro tenha ouvido outros testemunhos que afirmam não apenas uma presença africano Malê na SPD, como também um suposto envolvimento conspiratório de alguns Desvalidos na Revolta dos Malês. Vamos encontrar uma outra passagem sobre o assunto no trabalho de Oliveira (2005), que cita as afirmações de Monteiro sobre a filial da SPD na rua do Bispo, de número 20, e uma suposta participação de alguns irmãos Desvalidos na Revolta dos Malês. O interessante dessa passagem é a descrição de que Manuel Vitor Serra, Luís Teixeira Gomes e José do Nascimento tinham honrarias de sacerdote no culto muçulmano:

Segundo Monteiro (1987, p. 45) houve, à Rua do Bispo, nº. 20, uma mesquita para o culto muçulmano, palco de grande destaque na Revolta dos Malês, de que já se falou no capítulo anterior. Aí se desenvolveram planos de guerrilhas e seus frequentadores eram todos oriundos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, da qual a mesquita era uma espécie de filial. Acrescenta ainda que Manuel Vitor Serra, fundador da SPD, era malê e tinha honrarias de sacerdote no culto muçulmano. Da mesma forma, Luís Teixeira Gomes e José do Nascimento, também iniciadores da irmandade, tinham títulos honoríficos dentro da religião. Inclusive, quando da

fundação da Sociedade, o assentamento do Conselho foi estabelecido em alas, seguindo um dos preceitos do islamismo. (OLIVEIRA, 2005, p. 157)

Da seguinte elaboração sobre os membros serem divididos em alas, Oliveira (2005, p. 157) deixa claro que “o autor não informa a fonte que lhe consentiu fazer essa afirmação”. O esquema das alas é apresentado do seguinte modo:

Os da ala direita - 1) Luiz Teixeira Gomes, Escrivão Definidor; 2) Gregório M. Bahia, Conselheiro; 3) Manoel da Conceição, Tesoureiro; 4) Inácio de Jesus, Conselheiro; 5) Bernardino S. Souza, Conselheiro; 6) Pedro Fortunato Farias, Provedor geral; 7) Gregório do Nascimento, Conselheiro; 8) Baltazar dos Reis, Conselheiro; 9) José Maria Vitela, Conselheiro.

Os da ala esquerda - 1) José do Nascimento, Conselheiro-mor; 2) Manoel Sacramento Conceição Rosa, Conselheiro; 3) Barnabé Álvaro dos Santos, Conselheiro; 4) Teotônio de Souza, Conselheiro; 6) Daniel Correia, Conselheiro; 7) José Fernandes do Ó, Conselheiro; 8) Manoel Martins, Conselheiro. (OLIVEIRA, 2005, p. 157 apud MONTEIRO, 1987, p. 64)

Uma informação importante sobre o trabalho de Monteiro só é vista no livro organizado por Lobo (2009) e Oliveira (2009); “*África à vista*”, que deixa claro que o autor usou o recurso das fontes orais para coletar uma série de testemunhos que o possibilitaram no desenvolvimento da pesquisa fazer determinadas afirmações sobre os Desvalidos e suas ligações com os Malê. Tanto que algumas informações carregam uma série de detalhes e não sendo possíveis de serem encontradas nas documentações escritas. A informação que é de suma importância não se encontra na Tese de Oliveira (2005), como informamos, apenas no livro de 2009. Braga não utilizou como referência o trabalho de Monteiro, são pesquisas paralelamente desenvolvidas na mesma época, os livros são lançados no mesmo ano de 1987, pela mesma editora, *Ilanamá*. Pela nossa falta de acesso ao livro de Monteiro durante a pesquisa, não sabemos se Monteiro fez a leitura do livro de Verger, mesmo que a obra de Verger tenha sido lançada no mesmo ano de 1987 aqui no Brasil. Braga, por sua vez, utilizou da pesquisa de Verger demonstrando que teve acesso mesmo antes dela ser impressa no Brasil.

Estamos trazendo estas informações, pois se tratam de dados relevantes para a nossa análise, por se tratar de uma citação definidora do trabalho metodológico de Monteiro e reveladora de outros desdobramentos. Descrevem Oliveira e Lobo sobre o trabalho de Monteiro (2009, p. 44):

Monteiro (1987, p. 67-96) lista uma série de indivíduos que confirmaram ter tido o muçulmanismo vida longa dentro da irmandade, muitos deles pertenceram – o autor se comprometeu a publicar o livro depois que todos os seus informantes morressem – ou tiveram ancestrais sócios da SPD.

Não sabemos quem são os indivíduos pertencentes à lista que está sendo dita, mas pelo teor de como é trazido o conteúdo para nós, por Lobo e Oliveira, existe um conjunto de pessoas muito maior do que apenas dois informantes conforme foi o caso da experiência vivida por Verger em seu trabalho. Os relatos de Monteiro revelam que o muçulmanismo esteve presente dentro da SPD por muito tempo. Não apenas isso, seu trabalho que teve uma série de testemunhos só poderia ser publicado quando todos os seus “informantes morressem” (OLIVEIRA; LOBO, 2009, p. 44), um fator crucial para que a pesquisa pudesse ser publicada. No mínimo intrigante que alguns dos informantes estivessem preocupados com os seus relatos e fizessem um pedido dessa magnitude para Monteiro.

Podemos fazer algumas suposições de que os testemunhos sobre uma presença africano Malê dentro da SPD não pegassem bem, ou por falta “de provas documentais escritas” ficassem os sujeitos sendo vistos como mentirosos ou farsantes. Talvez pudessem os testemunhos comprometer os indivíduos politicamente dentro da SPD. O único que poderia melhor dizer sobre os testemunhos ouvidos é Monteiro. Em relação as documentações, seguindo os mesmos passos da hipótese de Oliveira (2005) sobre uma mudança no Estatuto da SPD, em 1835, de forma com que fez a instituição adotasse um caráter fechado apenas para homens pretos nascidos no Brasil, devido as perseguições contra africanos após a Revolta dos Malês. Por questões de segurança da própria SPD e dos supostos africanos Malê que faziam parte da Irmandade, é normal que não exista nenhum documento referente a presença Malês na instituição. Mesmo que não exista nenhuma documentação sobre os Malês na SPD, não se pode ignorar os testemunhos orais ouvidos por Verger e Monteiro, que são peças importantes que apontam uma presença Malê dentro da história da SPD. Ficando aqui, algumas suposições de nossa parte sobre o assunto.

Como o nosso objetivo principal é analisar as fontes usadas por Verger e Monteiro, fontes estas conforme vimos se tratam de testemunhos orais, a

principal fonte que descrevem a presença de Malês na SPD, dentre outros assuntos que ligam aos Malês e a SPD.

Como sabemos, o uso de fontes orais na historiografia brasileira é algo ainda recente. Tal recurso foi, por muitas vezes, marginalizado pelas disciplinas acadêmicas, por ser a tradição oral a principal forma de transmissão de conhecimento, como no caso das sociedades africanas. Como relata a professora Sandra Petit (2015, p. 109):

Infelizmente, as sociedades de tradição oral, como são as africanas, têm frequentemente sido consideradas inferiores às ocidentais modernas por não darem precedência à escrita e ao livro como veículos do saber e da herança cultural. Ora, como sublinha Vansina (1982, p. 157), a oralidade é sobretudo “[...] uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade”.

A tradição oral, o uso de fontes orais, é inclusive um dos métodos importantes para os estudos africanos e afro-diaspóricos. Uma das principais referências de trabalho sobre o uso de fontes orais como metodologia e teoria para os estudos africanos e afro-diaspóricos é o livro “História Geral da África Volume: I, Metodologia e pré-história da África”, lançado em 1981. Junto com outros 7 volumes, a coleção História Geral da África teve seus 8 Volumes traduzidos e lançados no Brasil em 2010.

A falta de domínio no uso da historiografia oral e até mesmo o preconceito consiste em ter exclusivamente o documento escrito como a única fonte essencial de pesquisa na História. Exemplos de Historiadores e pesquisadores como Cheiak Anta Diop, Ki-Zerbo (2010), Obenga (2010), Vansina (2010), Hampaté Bâ (2010), tem trabalhos importantes para os estudos africanos, trabalhos de referência do ponto de vista de uso de outros métodos e teorias de pesquisa que estão além do uso convencional de documentos escritos. Estes autores servem de exemplos importantes para a renovação de fontes de pesquisa, inclusive trabalhos que versam o modo de uso de fontes orais, suas implicações metodológicas e teóricas. Por se tratar de uma instituição conduzida por homens pretos livres e alforriados – e, possivelmente, africanos Malê se levarmos em conta as considerações iniciadas por Verger (1987) e Monteiro (1987) e seguidas por Braga (1987) e Oliveira (2005) –, a Sociedade Protetora dos Desvalidos não deixa de estar dentro destas referências de estudos africanos e afro-diaspóricos, tanto que a instituição e seus fundadores foram citados nos livros dos já referidos Verger e

Monteiro, livros que estão dentro do panorama de estudos africanos, ou que dizem respeito à história e cultura de africanos e seus descendentes no Brasil. Neste sentido, cabe a observação de que os relatos provenientes de fontes orais que contribuíram aos trabalhos desses autores ocupam um papel secundário nas referidas obras e o mesmo questionado por Leite (2017). Mediante tais considerações, parece-nos prudente relativizar as críticas de Leite nesse tocante e, de fato, assumir tais relatos como legítimos, se não como evidências incontestes da presença de africanos Malê na Irmandade no início de sua existência – algo sobre o qual realmente não se pode inferir – ao menos assumi-los como pistas importantes capazes de nos conduzir a outros caminhos especulativos, provocando a abertura de possibilidades investigativas ao invés de fechá-las em absoluto. Afinal, parece proveitoso nos perguntar sobre os silenciamentos nas fontes escritas em relação à pretensa presença Malê na Irmandade. E mais: nos perguntar sobre o que levaria homens e mulheres, contemporâneos e interlocutores de estudiosos como Verger e Monteiro, a insistirem na afirmação de possíveis ligações na SPD de pessoas pertencentes ao islamismo. São questões sobre as quais a presente pesquisa não irá se debruçar por não configurar interesse direto do objeto que a sustenta, mas que se colocam como importantes considerações sobre o cuidado que se deve ter para não hierarquizar os tipos de fontes de pesquisa e, em especial, não se negligenciar a potência das fontes orais.

CAPÍTULO II: CONHECENDO O ESPAÇO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS DESVALIDOS

2.1 Meu primeiro encontro com a Associação Protetora dos Desvalidos.

Não teria como começar este percurso do ensaio etnográfico sem antes dizer como eu conheci a Associação Protetora dos Desvalidos. Como qualquer outra pessoa que anda pelo pelourinho, inclusive eu, nascido no interior do Estado de São Paulo, sempre quando visitava o Parque Histórico da cidade de Salvador, sempre acabava me deixando levar em ir para os locais clichês que ali se encontram, sem ao menos ver ou nem se quer ter visto uma menção ou indicação da existência da SPD em um território tão importante para história e cultura da Bahia.

Como estudante pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, instituição que eu me encontrava desde o ano de 2015 quando fui ingressante no curso de Bacharelado em Humanidades, depois de formado e cursando o curso de Licenciatura em História entre os anos de 2017 a 2019, muitas das vezes em que adentrei os espaços existentes no pelourinho foram por razões de estudos de campo e visitas com a UNILAB. Assim, foi em uma aula de campo do componente curricular “Fundamentos Sócio-Histórico e Psicológico da Educação”, disciplina administrada pela professora Erica Kawakami, se não me engano no ano de 2017, que conheci a Associação Protetora dos Desvalidos. Naquela ocasião parei para pensar como nunca tinha observado o prédio na rua Largo do Cruzeiro de São Francisco, no Parque Histórico de Salvador, como também não tinha visto nenhuma indicação sobre a SPD.

Naquele dia, eu e os demais estudantes paramos para ouvir a história da SPD, uma aula sobre a trajetória daquela instituição que sempre esteve ali presente, no pelourinho, desde 1832. Não dá para dizer tudo que aprendemos naquele dia, o mais importante era que contemplava os objetivos das aulas que estávamos tendo durante aquele semestre, de que a população negra sempre teve seus modos de organização mesmo em épocas escravocratas.

Durante a visitação foi mostrado o cofre das 3 chaves. Para além deste objeto um tanto intrigante, observei na época a forma como estava organizada a sala que fomos recepcionados em seu conjunto um tanto peculiar, pois do outro lado do mesmo andar, tinha uma outra sala, sala que na época perguntada sobre ela foi respondida sendo a sala das assembleias administrativas. A sala das reuniões administrativas nunca foi modificada, ou seja, o seu conjunto de formato nunca foi alterado, aparentemente. Parte desta sala e do cofre das três chaves são caminhos importantes para a nossa etnografia, é parte significativa trabalhar com o conjunto de elementos presentes dentro do prédio, são os caminhos visuais, do que se encontram e que fazem com que este capítulo tente apresentar o seu conjunto de forma e ideias.

2.2 – Cartografia, os caminhos trilhados pela SPD dentro do Parque Histórico do Pelourinho.

Figura 1 – Igreja dos XV Mistérios



FONTE:<https://www.facebook.com/SPDesvalidos/photos/a.1050533651656767/4020511867992249/> [foto editada pelo autor] acessado em: 08/08/2022

Parte inicial deste ensaio etnográfico é uma apresentação dos caminhos que a Associação Protetora dos Desvalidos trilhou desde 1832 dentro do Parque Histórico do Pelourinho e, portanto, esta apresentação tem como efeito realizar uma cartografia de exibição, colocando o trajeto percorrido institucionalmente pela SPD, de modo que possa ser identificado o território e as localidades apresentadas. A cartografia tem o objetivo de passar uma visão geral de forma didática dos locais que foram citados em algum momento ao longo da pesquisa.

Os caminhos trilhados pela Associação Protetora dos Desvalidos e pelos seus associados envolve um local de organização e de encontros para definir as estratégias para os objetivos definidos ao longo de sua trajetória. Os primeiros passos institucionais foram desenvolvidos como Irmandade Negra. As Igrejas foram espaços institucionais possíveis em período colonial e escravocrata em que eram permitidas a entrada de negros/as. As duas Igrejas que a SPD ocupou em sua trajetória e os dois imóveis que serviram como sede da instituição ficam dentro do Parque Histórico do Pelourinho.

O desenvolvimento da colonização portuguesa no Brasil sempre foi acompanhado pela presença da Igreja, que desempenhou o papel de propagação da cultura ocidental e da missão civilizadora, que foi a base de justificativa na tomada de poder de outras terras, sendo a colonização uma missão de salvação dos “povos amaldiçoados” e expansão das terras da coroa, sendo o poder de Deus exercido pelas igrejas na face da terra. A colonização portuguesa no Brasil e a ocupação do território sempre se deu em conjunto com a escravidão, sendo a mão-de-obra escravizada parte fundamental na manutenção e exploração das novas terras invadidas. A Bahia que teve a cidade de Salvador como primeira capital do Brasil, recebeu milhões de africanos sequestrados de suas terras natal. O desembarque de africanos ao Porto de Salvador não ficava muito longe do local de açoitamento de escravizados; o Pelourinho que historicamente serviu como local de castigo para os escravizados desobedientes, que eram espancados em praça pública para servirem de exemplo para os demais escravizados. O território onde se

encontra o Pelourinho é marcado por uma forte presença das Igrejas, que não só funcionaram como propagadoras das ideologias ocidentais, como também na manutenção do controle, convertendo africanos e seus descendentes aos costumes ocidentais e cristãos.

Se torna o território do Pelourinho um local importante exatamente por este cruzamento entre a presença das Igrejas, instituições que permitiram à época a construção das Irmandades Negras e seus funcionamentos. Na contramão do açoitamento, foi neste mesmo território em que os irmãos Desvalidos se organizaram para criar condições de se ajudarem e ajudar outros “Desvalidos” na compra de alforrias. Foi neste mesmo território que homens pretos decidiram criar uma rede de ajuda mutua e possibilitar ao longo da existência da SPD, formas de sociabilidade e inclusão social. Mesmo com as transições que a instituição passou ao longo de sua trajetória, tendo sede em duas Igrejas e em dois imóveis, a SPD nunca deixou de fazer parte do Pelourinho.

Figura 2 – Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos



FONTE: <https://www.facebook.com/SPDesvalidos/photos/a.1050533651656767/4020511867992249/> [foto editada pelo autor] acessado em: 08/08/2022

Fundada no dia 16 de setembro de 1832, com o nome de Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, a, posteriormente nomeada, SPD teve como seu primeiro local de organização a Igreja dos XV Mistérios (figura 1), localizada atualmente na praça dos XV Mistérios, no bairro de Santo Antônio. Como se viu no trabalho de Douglas Leite (2017), devido a um desentendimento entre os irmãos Desvalidos em torno do destino do cofre, em 1848, parte dos antigos irmãos e futuros sócios teriam sua sede nas dependências da Igreja de Nossa Senhora dos Rosários dos Pretos (figura 2), ali permanecendo até 1868.

Em 1868 os Desvalidos tiveram uma desinteligência com a outra irmandade que funcionava na Igreja dos Rosários dos Pretos, tendo que se mudar e se instalar em um prédio na rua do Bispo, ficando neste prédio até o ano de 1887, quando resolvem se instalar no prédio (figura 3) localizado no Largo de São Francisco, local onde se encontram até os dias atuais.

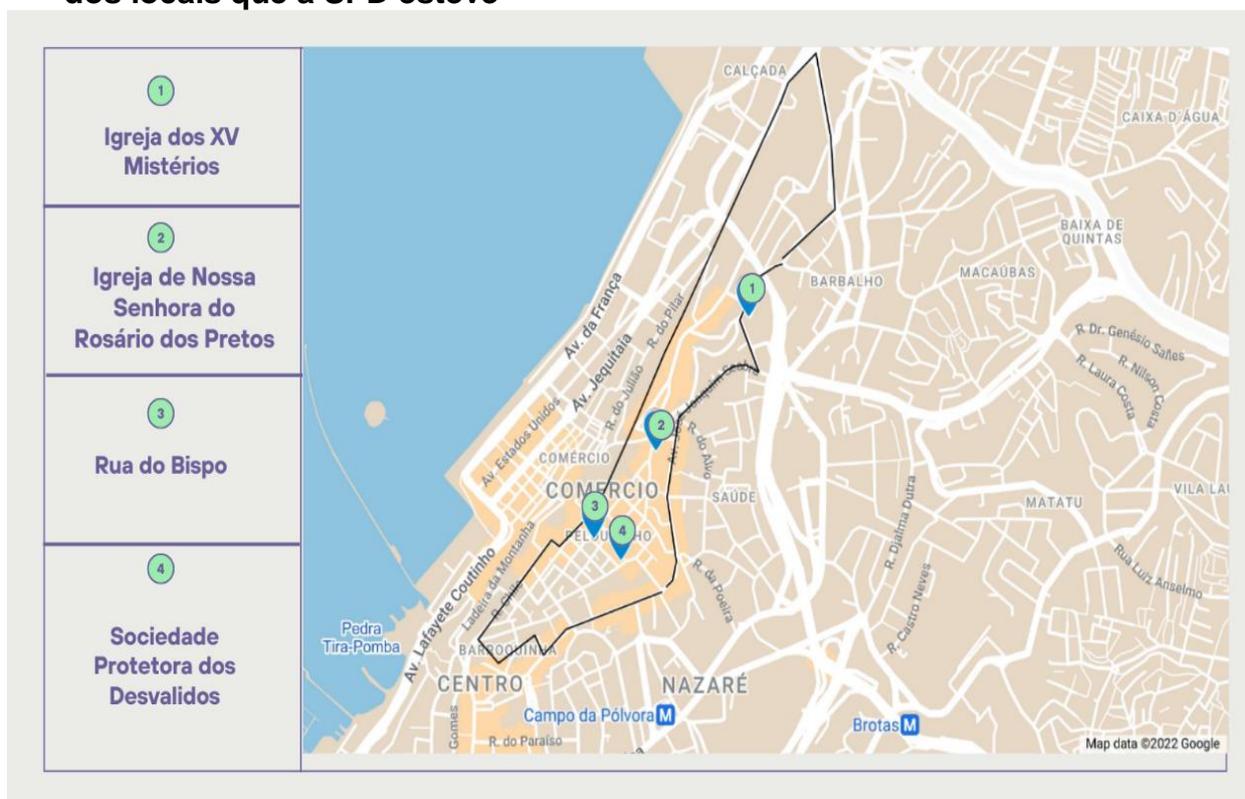
Figura 3 – Prédio da SPD de fachada azul, no largo do Cruzeiro de São Francisco



FONTE: Foto de Emanuel Paiva.

Criamos uma cartografia usando a ferramenta do google maps, de modo que é possível ver no mapa a seguir os pontos citados até o momento, revelando suas proximidades e distâncias. O google maps não fornece com exatidão as localidades, de qualquer modo é uma ferramenta útil e que serviu para montagem de nossa cartografia. É possível ver dentro do primeiro mapa (1) a marcação em linhas pretas o que é considerado como Parque Histórico do Pelourinho.

MAPA 1 – Parque Histórico do Pelourinho com a identificação no mapa dos locais que a SPD esteve

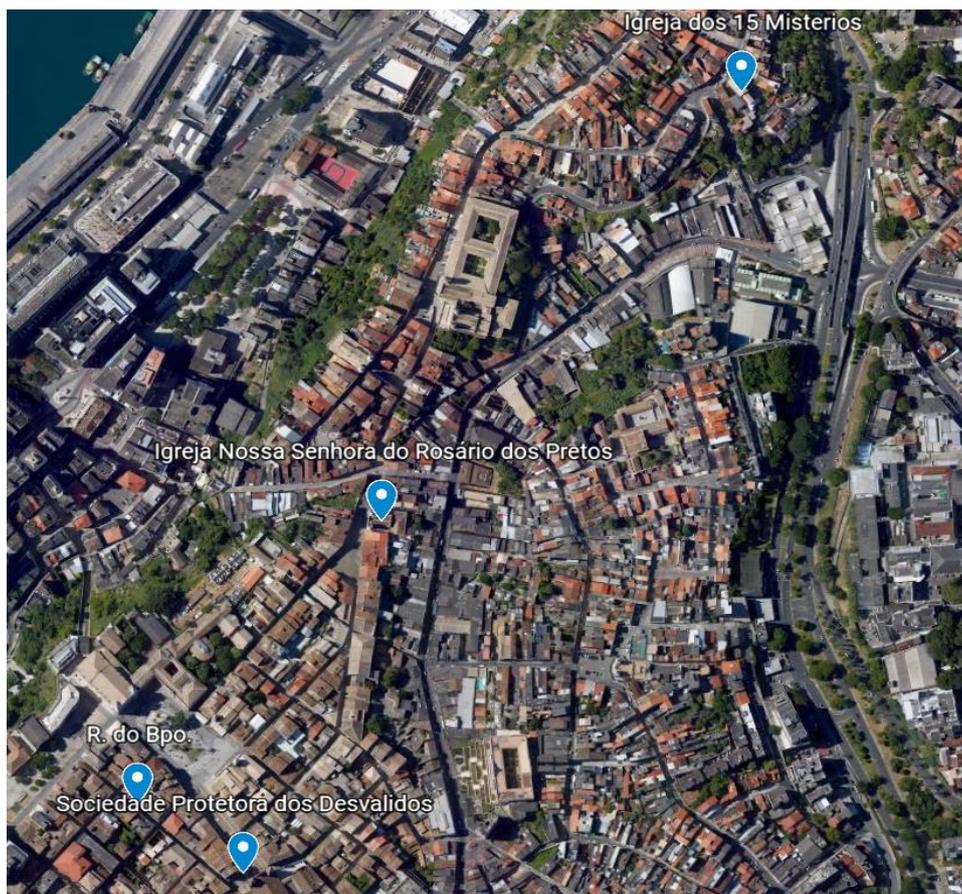


FONTE: Google maps

Fica visível a poucos metros de fora da marcação do Parque Histórico do Pelourinho, no ponto 1 do mapa se encontra a Igreja dos XV Mistérios (pontos 1), sendo as demais localidades, pontos 2, 3 e 4 localizadas dentro do Parque Histórico do Pelourinho. A rua do Bispo (ponto 3) algumas vezes citada ao longo do texto, fica atrás do prédio da SPD (ponto 4), inclusive esta rua foi descrita por Monteiro (1987) como local de uma possível mesquita frequentada por mulçumanos, sendo uma espécie de filial da SPD, na especulação do autor. Nesta mesma rua do Bispo a SPD esteve em um breve período, antes

de conseguir estar no Largo de São Francisco, localidade atual. Criamos uma segunda cartografia usando a mesma ferramenta do google maps, só que dessa vez usando o recurso 3D, o mapa em 3D mostra as localidades com seus nomes já descritas no mapa e a projeção da cidade, junto com os monumentos, ruas e árvores.

Mapa 2 – Mapa 2d do google earth



FONTE: google maps earth

A construção da cartografia revelou o território do Pelourinho, as Igrejas e os Imóveis que a SPD ocupou ao longo de sua trajetória institucional. Faremos a descrição de algumas características visuais da instituição, revelando o espaço interno da SPD. O trabalho de campo foi realizado entre os meses de agosto de 2022 e outubro de 2022, sempre realizados com duas visitas na semana em dias específicos, às segundas-feiras e quartas-feiras, sendo entre os horários das 09:00 às 12:00¹³.

¹³ Tal rotina de trabalho de campo foi definida em comum acordo com a administração da SPD que dispôs, durante o período, de uma pessoa para me acompanhar nas visitas.

2.3 – Aspectos visuais da SPD

Figura 4 – Porta de acesso ao prédio da SPD com as inscrições e data de fundação



FONTE: <https://aloalobahia.com/notas/sociedade-protetora-dos-desvalidos-lanca-campanha-de-financiamento-coletivo-para-producao-de-documentario> acessado em: 08/08/2022

Depois de chegar ao Largo do Terreiro de Jesus (figura 5), uma praça larga, onde estão presentes alguns pontos turísticos do pelourinho, entre eles, do lado esquerdo dessa praça se encontra a Igreja Ordem Terceira São Domingos Gusmão, ao fundo se enxerga a Igreja e convento de São Francisco. É seguindo em direção a esta Igreja que se tem acesso à rua do Largo do Cruzeiro de São Francisco, local onde se encontra o prédio da SPD.

Seguindo sempre a diante, tem-se local de acesso apenas para pedestres, composto de um conjunto de hotéis e restaurantes. No centro do trajeto tem-se, numa praça, um monumento em formato de cruz (figura 6), feita de mármore, fazendo-se bem visível. É neste ponto que olhando à direita pode-se ver um prédio de cor rosa e outro de cor azul. O prédio de cor rosa é o prédio da Sociedade Beneficente Monte Pio dos Artistas¹⁴, o prédio azul é o da

¹⁴ A Sociedade Beneficente Monte Pio dos Artistas foi fundada em 1853, segundo SILVA (p.35, 1981) seu surgimento se deu depois de uma cisão entre os membros da Sociedade dos Artífices. Artífices que foi contemporânea da SPD, tendo sido fundada em 16 de dezembro de 1832. A sociedade Beneficente Monte Pio dos Artistas ainda se encontra em funcionamento. Para mais informações sobre a Sociedade Beneficente Monte Pio dos Artistas, ler o trabalho de Dissertação de Mestrado de Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva (1981), de título; “A

Sociedade Protetora dos Desvalidos. Ao lado do prédio da SPD, de cor castanho claro se encontra um outro prédio da instituição, que se chama espaço Manoel Victor Serra (figura 7).

Figura 5 – Largo do Terreiro de Jesus com a Igreja Ordem Terceira de São Domingos Gusmão à esquerda e ao fundo ao lado direito a Igreja e Convento de São Francisco



FONTE: <https://arquiocesalvador.org.br/confira-os-dias-e-os-horarios-das-missas-e-atividades-religiosas-na-igreja-sao-domingos-de-gusmao/> acessado em: 06/08/2022

O prédio que tem o nome de Espaço Manoel Victor Serra, é uma homenagem ao idealizador e fundador da SPD. Durante a realização da pesquisa, por conta de ser ano de eleição, o Espaço Manoel Victor Serra estava funcionando como acolhimento de candidaturas negras. Por questões de ordem de urgência acabei não entrando dentro deste prédio para conhecer. É possível ver na foto (figura 7) a faixa escrita; “SPD – Acolhe Espaço MANOEL VICTOR SERRA, AS CANDIDATURAS NEGRAS”.

Figura – 6: Largo do Cruzeiro de São Francisco e a cruz de mármore ao fundo a Igreja e Convento de São Francisco



FONTE: <https://br.pinterest.com/pin/351280839679743529/>
acessado em: 07/12/2022

Figura 7 – Da esquerda para à direita, os prédios: espaço Manoel Victor Serra, SPD e Sociedade Beneficiente Monte Pio dos Artistas



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Olhando a fachada do prédio da SPD, o visitante se depara com uma grande entrada, e em cima da porta tem as inscrições; “Sociedade Protectora dos Desvalidos, fundada em 16 de setembro de 1832” (conforme vimos mediante figura 4). O térreo é o primeiro andar de acesso. Ao adentrar o prédio, o visitante se depara com um conjunto de banners, alguns presos por um fio que os liga até o teto, outros em cima de bases que os dão sustentação. Os banners são comuns dentro da SPD, sempre trazem informações sobre personalidades negras importantes para a história e cultura da sociedade brasileira, baiana e até mesmo de nível internacional. Dentre outros banners, têm-se aqueles que trazem informações de alguns ex-sócios. Os que estão no andar de acesso do prédio, em sua maioria fazem referência a mulheres, como Tia Ciata¹⁵, Nina Simone¹⁶, Carolina Maria de Jesus¹⁷ e Luísa Mahin¹⁸. Um outro banner contém os nomes dos 19 fundadores e uma foto da ata de fundação.

Neste mesmo andar, ao lado direito no teto, tem uma pedra esculpida, objeto que contém cravado os nomes da diretoria de 1932 da SPD, a escultura foi feita em comemoração aos 100 anos de existência da SPD. Antes de subir as escadas que levam o visitante até o andar de cima, há duas palavras acima da porta, na parede; “Caridade e Fraternidade”, embaixo na porta de madeira há escrito “SPD” (figura 8).

Subindo as escadas de madeira, em formato de U, que levam até o primeiro andar do prédio, antes de chegar no fim das escadas, pode-se avistar um banner da Luiza Bairos¹⁹. O banner se encontra preso em uma grade de ferro, depois dessa grade de ferro pode-se ver uma grande sala. Olhando para o lado esquerdo, avista-se um corredor e uma outra sala menor. Próximo ao

¹⁵ Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como Tia Ciata, nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação em 1854. Tia Ciata era sambista e ficou conhecida por ter influenciado no surgimento do samba carioca.

¹⁶ Eunice Kathleen Waymon, que ficou conhecida pelo seu nome artístico de Nina Simone, foi uma ativista negra e cantora Afro-estadunidense. Cantava e tocava os ritmos do Jazz, blues, soul e gospel.

¹⁷ Carolina Maria de Jesus foi uma escritora e poetisa negra, ficou conhecida pelo clássico livro da literatura brasileira; “*Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*”, lançado em 1960.

¹⁸ Não se sabe ao certo o local de nascimento ou a origem de Luísa Mahin, sabem que foi uma escravizada que viveu por volta do XIX, que conseguiu compra sua própria liberdade. Apontam que ela teve envolvimento na Revolta dos Malês em 1832. Luísa Mahin foi mãe do famoso abolicionista Luís Gama.

¹⁹ Luiza Helena de Bairos foi uma ativista e intelectual do movimento negro. Exerceu o cargo de Ministra da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial entre 2011 a 2014.

banner de Luiza Bairros, logo ao lado esquerdo, se encontra o cofre das três chaves.

Figura 8 – Porta e escadas que levam ao primeiro andar. O lema, caridade e fraternidade escritos na parede.



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Algo que é muito recente dentro da instituição, em todos os cômodos do prédio se encontram com algum nome, seja de um ex-sócio, ou de alguma personalidade importante para a história do Brasil. Temos na sala principal da SPD, que tem a aparência de uma sala de eventos, cômodo este que tem o nome de Salão Nobre. Falaremos primeiro deste Salão Nobre (Figura 9 e 10), cômodo que recebe eventos, local que tem muitos retratos e quadros, sendo o principal lugar de recepção de visitantes.

Figura 9 – Salão Nobre



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Figura 10 – Parte do fundo do Salão Nobre



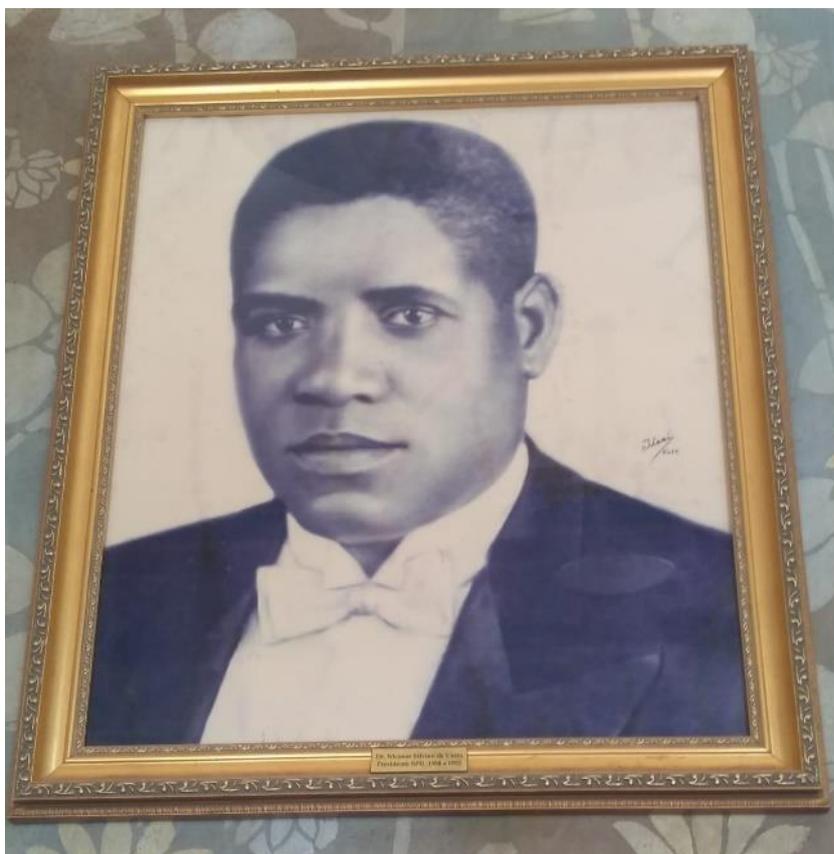
FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

O Salão Nobre é como se fosse uma espécie de auditório, ao mesmo tempo que tem um ar memorialista, por causa dos retratos e quadros

referentes a ex-sócios entre outras figuras importantes para a história da SPD e para o Brasil. As cadeiras de madeira, que carregam os símbolos da SPD, se encontram em fileiras, cadeiras destinadas para a plateia, de frente para elas tem uma mesa e 7 cadeiras que estão ao fundo da mesa, além de ter um altar no alto fixado na parede. Do lado esquerdo se encontram as bandeiras do Brasil, do Estado da Bahia e da SPD. Nesta mesma sala, só que do outro lado, ao fundo da sala do lado esquerdo, praticamente em outro cômodo que liga o Salão Nobre a um altar que contém a imagem de Nossa Senhora Aparecida e na parede do lado direito, imagens de orixás.

Os quadros e retratos que estão nas paredes são de ex-sócios como de Manoel Querino, Henrique Sodré, Afonso Maria de Freitas, Nícanor Silvino da Costa (figura 11) e também o retrato como de Castro Alves que foi sócio protetor.

Figura 11 – DR. Nícanor Silvino da Costa – Presidente da SPD, 1950 a 1952



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Nota-se também nas paredes os retratos de Luiz Gama e José do Patrocínio, figuras importantes para o Abolicionismo. Já os retratos que estão no fundo são de registros de algumas diretorias e seu quadro administrativo da época. Temos inclusive no livro de Braga (1987) um relato do autor sobre um retrato de um quadro emoldurado, que podem ser possivelmente um dos primeiros a serem feitos pelos sócios. Os retratos e quadros (figura 12) são tidos na visão de Braga (1987) como prova de reconhecimento de alguns sócios pelos serviços prestados a SPD:

Um dos primeiros membros a merecer o reconhecimento dos seus pares pelos serviços prestados à causa da Sociedade foi o Sr. Felipe Benício, Presidente do Diretório no exercício de 1892. Em Assembléia Geral, reunida em 9 de agosto daquele ano, um grupo de associados apresentou uma proposta pedindo que se colocasse o seu retrato no salão nobre como prova de reconhecimento merecimento. (BRAGA, 1987, p. 31)

Figura 12 – Diretoria de 1930, quadro referente aos 100 anos de SPD



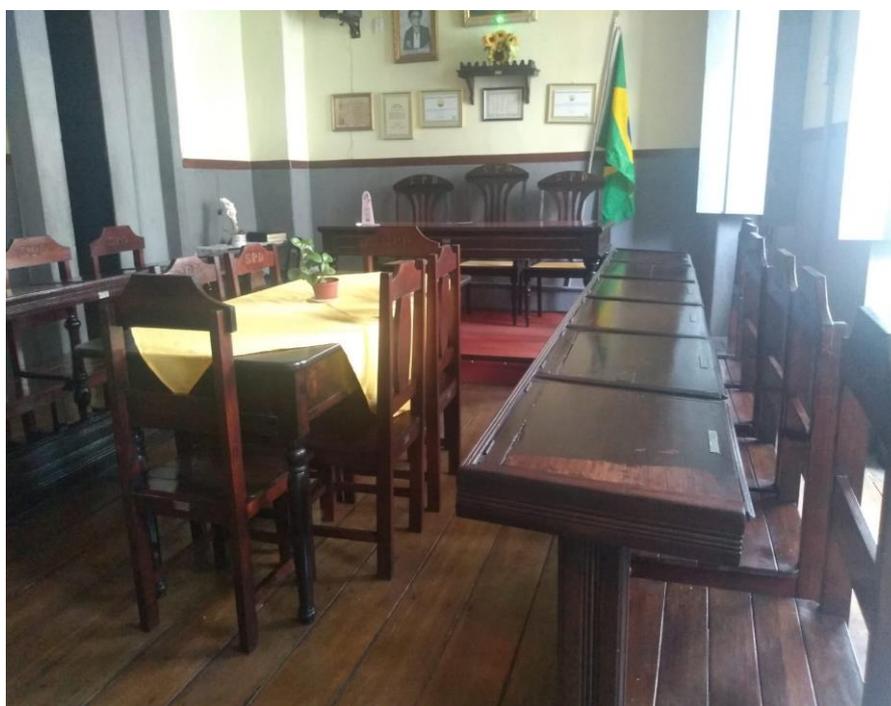
FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Sobre o quadro emoldurado feito em 1896 pelo então ex Primeiro Secretário Sr. Felipe Benício:

Era a recompensa que recebia o Sr. Felipe Benício pela dedicação à Sociedade. O mesmo Felipe que, em 1886, quando ocupava o cargo de primeiro Secretário, ofereceu um quadro emoldurado com o nome de todos os membros do Conselho daquele ano e dos respectivos suplentes. (BRAGA, 1987, p. 31-32)

Apesar de não ter na parede o quadro referente à data de 1886, olhando os quadros de outras épocas é possível que se tenha construído uma tradição memorialista, que funciona como guardamento de imagens das posições exercidas pelos sócios nas administrações da SPD. Os quadros que tem fotos em registro 3x4, com algumas informações dos sócios como nome, cargo ocupado e período da administração. Apesar de algumas informações estarem apagadas por questões de desgaste do tempo, são significativas para a memória da SPD, que revelam para os visitantes a composição do fechamento étnico dos homens pretos.

Figura 13 – Sala das assembleias administrativas



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

A sala menor que fica localizada também no primeiro andar, sala que tem o nome de Sala das Assembleias Administrativas (figura 13), fica do outro

lado do mesmo andar do Salão Nobre, para se chegar a esta sala tem que passa por um corredor largo, que assim como o restante do prédio suas paredes contam um pouco da trajetória institucional da SPD.

No corredor temos as fotos das localidades em que a SPD esteve ao longo de sua trajetória institucional, imagens das já citadas Igreja dos XV Mistérios, Igreja dos Rosários dos Pretos e do imóvel ocupado na rua do bispo, além do retrato do próprio imóvel atual no Largo do Cruzeiro de São Francisco.

A Sala da Assembleia Administrativa é também formada por cadeiras de madeira tendo uma mesa na frente, no centro algumas cadeiras e uma mesa, ao fundo três cadeiras e uma mesa. No alto da parede no fundo tem algumas condecorações que a SPD ganhou ao longo dos tempos por reconhecimento dos seus serviços prestados para a história da Bahia e do Brasil. No alto se enxerga também o retrato de Lídia Margarida Gomes, a primeira Presidenta da SPD.

Figura 14 – Escada que leva até o segundo andar



FONTE: Acervo da SPD. Foto tirada pelo autor.

Para chegar ao segundo andar do prédio, é preciso subir uma escada de madeira que fica próxima ao Salão Nobre, escada em formato parecido com o espiral, a escada (caminho) tem o nome de Caminho dos Muçumanos (figura

14). O cômodo que fica antes do Caminho dos Mulçumanos, tem em suas paredes quadros com pinturas de orixás.

Figura 15 – Súplica de Muhammad para Deus e quadro com a pintura dos Malê



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Quando se chega no final do Caminho dos Mulçumanos o visitante encontrará no primeiro cômodo um conjunto de referências aos Mulçumanos, uma delas é um quadro de pintura tendo a representação dos africanos Malê, a outra é um quadro com a súplica de Muhammad para Deus (figura 15). Neste mesmo cômodo tem ao lado esquerdo no final das escadas do Caminho dos Mulçumanos uma outra escada de madeira que leva até ao terceiro e último andar do prédio.

No segundo andar todas as salas tem nomes sendo possível ver suas identificações na parte de fora das salas, os nomes estão gravados em um suporte de madeira. As salas tem nomes como de; Fagundes João da Cruz, Luiza Helena de Bairros, Maria Felipa de Oliveira e Luiza Mahin (figura 16). As salas em sua maioria se encontram vazias, com apenas alguns banners referentes aos nomes citados contendo informações sobre os indivíduos/as, outras salas não tem nada. O cômodo maior do segundo andar tem o nome da Ligia Margarida Gomes de Jesus, tendo um grande quadro pintado com o retrato dela na parede. Outras pinturas existem na Sala, não tendo alguma relação.

Figura 16 – Sala com os nomes



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Para se chegar ao terceiro e último andar do prédio é preciso subir as escadas que ficam no primeiro cômodo do segundo andar. As escadas em seus primeiros degraus, ao fundo na parede se consegue enxergar um banner de Tereza de Benguela. O último andar do prédio se chama Alcova²⁰, o nome se encontra em todas as salas junto com o nome de outros personagens da história e cultura da Bahia e do Brasil, como ocorre nos demais andares do prédio. Temos as salas Alcova Manoel Querino, Alcova Dandara, Alcova Zeferina e Alcova Aqualtune. O último andar no passado serviu de aposento, sendo a sala Alcova Manoel Querino a única de uso diferente, cômodo que foi em algum momento usado para aulas, possivelmente envolvendo o processo de alfabetização de associados e pessoas relacionadas à SPD (figura 17). É

²⁰ Alcova é um conjunto de aposentos pequenos que servem de dormitório.

possível ver nessa sala um conjunto de cadeiras e mesas, que dão alusão que foram usadas para os fins escolares.

Figura – 17: Alcova Manoel Querino



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Realizado o desdobramento dos aspectos visuais e a descrição interna da SPD, iniciaremos um novo ponto de nossa etnografia, focando alguns objetos enquanto parte de uma dinâmica que os liga uns aos outros.

2.4 O número 3 como chave interpretativa da organização interna da SPD

Nosso capítulo que consiste em um ensaio etnográfico, neste ponto de encerramento usamos parte de um caminho desenvolvido pela autora Juliana Elbein dos Santos (1976) em seu trabalho de Tese de Doutorado “Os Nàgô e a Morte”. Nesse trabalho desenvolvido sobre o culto da morte na cultura Nagô, a autora compreende os símbolos, elementos como parte de um sistema iniciático, que não podem ser interpretados fora de um significado, de um contexto, visto que os símbolos e elementos são partes da trama, da dinâmica

Os elementos só podem ser vistos e interpretados num contexto dinâmico, não com um significado constante intrínseco, mas essencialmente como fazendo parte de uma trama e de um processo. O significado de um elemento está em função de suas relações com

outros elementos. O significado de um elemento é uma função e não uma qualidade. (SANTOS, 1976, p. 17)

Pois bem, alguns dos objetos que foram apresentados ao longo deste capítulo estão fazendo parte de uma trama, de uma dinâmica, um sistema único que os liga uns aos outros na SPD. Cabe aqui explicar que o método usado por Santos (1976) consiste em uma análise etnográfica desde dentro, iniciada aos preceitos Nagô que a possibilitou estar desde dentro, aprendendo de forma iniciada a complexidade dos elementos que foram apresentados. Mesmo com algumas ressalvas, como a autora mesmo nos lembra:

O etnólogo, com raras exceções, não tem desenvolvimento iniciático, não convive suficientemente com o grupo, suas observações são, na maioria das vezes, efetuadas “desde fora”, vistas através de seu próprio quadro de referências; raramente ele fala a língua de seus pesquisados e freqüentemente recebe informações por intermédio de tradutores que, por sua vez, conhecem mal a língua do etnólogo. A observação parcial, a pouca convivência, não lhe permitem distinguir os fatos acidentais ou excepcionais nem distinguir os ciclos ou seqüências, nem as relações entre objetos dispersos de uma terminologia vinda de sua própria área cultural ou profissional o levam, às vezes, a deformar o material observado (a célebre interpretação dos fenômenos de possessão em crise de epilepsia, para citar apenas um exemplo). Isso leva a descrições fragmentárias – ou mesmo totalmente deturpadas, obscuras – que podem induzir a graves erros àqueles que utilizam esse material como base de construções teóricas. Os exemplos abundam (SANTOS, 1976, p. 18)

A nossa análise não poderá ter o mesmo processo de vivência que Juliana Elbein teve. Infelizmente, não é possível que eu seja um associado à SPD. Para justificar o nosso olhar “desde dentro” mesmo não sendo integrado enquanto um associado, apenas como visitante, partiremos do ponto de vista da ideia afrocêntrica de localização epistemológica, que tem como base de localização centrada na África e sua Diáspora. O principal pensador da Afrocentricidade Molefi Kante Asante (2009) explica:

Começamos com a visão de que a Afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultura e de acordo com seus próprios interesses humanos. (ASANTE, 2009, p. 93)

Antes de tudo, é importante explicar o que o autor usa como entendimento de ser “africano”, para que essa noção possa ficar esclarecida. Asante que nasceu na diáspora africana, conceitualiza a palavra, tem a compreensão e sentimento “africano” da seguinte forma:

O primeiro aspecto que se deve enfatizar é o que significa “africano”. Não se trata de um termo essencialista, ou seja, não é algo que se baseie simplesmente no “sangue” ou nos “genes”. Muito mais do que isso, é um construto do conhecimento. Basicamente, um africano é uma pessoa que participou dos quinhentos anos de resistência à dominação europeia. Por vezes pode ter participado sem saber que o fazia, mas é aí que entra a *conscientização*. Só quem é conscientemente africano – que valoriza a necessidade de resistir à aniquilação cultural, política e econômica – está corretamente na arena da Afrocentricidade. Não significa que os outros não sejam africanos, apenas que não são afrocêntricos. Assim, ser afrocentrista é reivindicar o parentesco com a luta e perseguir a ética da justiça contra todas as formas de opressão humana. Em outro nível, falamos dos africanos como indivíduos que sustentam o fato de seus ancestrais terem vindo da África para as Américas, o Caribe e outras partes do mundo durante os últimos quinhentos anos. Há uma conexão africana interna, assim como conexão externa. Os que vivem no continente constituem a conexão interna; os que vivem fora dele, a conexão externa. (ASANTE, 2009, p. 102)

Mais do que ter a preocupação em dar um agenciamento ao nosso trabalho, algo que estamos trabalhando ao trazer autores como Abdias do Nascimento e Clovis Moura que concebem a importância da história e cultura da população negra para a sociedade, economia, as artes e etc. Que trabalham a importância de retratar e tratar africanos e seus descendentes como protagonistas de suas narrativas. O nosso interesse é estar em defesa dos elementos culturais africanos nesta empreitada, pois a localização é um método que tem como referência a ocupação histórica, cultural de um determinado indivíduo ou grupo. A localização da Afrocentricidade serve como método para estar “desde dentro”, pois esta perspectiva é um conceito que considera a minha experiência no mundo, partindo da minha localização;

O conceito de centro (também *localização, lugar*) ocupa, como se poderia esperar, uma posição fundamental no aparato conceitual afrocêntrico. Baseia-se essencialmente na convicção de que a história, a cultura e a ancestralidade determinam nossa identidade. Esta, por sua vez, tanto material quanto espiritual. Conceber-se de uma forma compatível com a sua história, cultura e ancestralidade é estar centrado, ou proceder a partir de seu centro. (MAZAMA, 2009, p. 121-122)

A minha localização, portanto, serve como parte da minha interpretação de alguns símbolos (objetos e elementos) que fazem parte da composição visual da Associação Protetora dos Desvalidos. Estes objetos e elementos tem uma ligação constituída pelo número 3, antes de reapresentá-los usando o número 3 como chave interpretativa, temos que antes explicar

como será usado o número 3, como fizemos para chegar neste número e sua ligação com alguns conjuntos de objetos existentes dentro da SPD.

Figura 18 – O Cofre das Três Chaves



FONTE: <https://www.facebook.com/SPDesvalidos/photos/a.1050533651656767/4165156590194442> [foto editada pelo autor]

Falamos anteriormente que subindo as escadas para se chegar ao primeiro andar do prédio, do lado esquerdo no final das escadas se encontra o Cofre das 3 Chaves (figura - 18), Cofre responsável no século XIX pelo depósito das economias dos membros da SPD para seus fins mutualistas e dentre outras manutenções previstas em seus Estatutos. Cofre que foi palco da principal dissidência entre os irmãos Desvalidos em 1841, sendo disputado na justiça nos anos posteriores. O Cofre é um objeto importante que sintetiza os principais objetivos da instituição no começo de sua fundação. A propósito, o Cofre é um marco em sua fundação, sendo citado na reunião de fundação da Irmandade; “Ainda na Primeira reunião da fundação da Irmandade, foi referendada a deliberação anteriormente tomada, a de se guardar a caixa-cofre em casa do Vigário Joaquim José de Sant’Anna, mencionado na ata, [...]” (BRAGA, 1987, p. 26). Como mostra Braga (1987) nesta primeira reunião ficou deliberado por votação usando o sistema de favas, que o cofre ficaria na casa

do Vigário Joaquim José de Sant'Anna, até que uma nova deliberação fosse novamente aberta. No entanto, o Cofre não tinha apenas uma chave para acessá-lo, só poderia ser aberto com a utilização de 3 chaves, que ficaram na responsabilidade dos irmãos Juiz Manoel Victor Serra, o Escrivão Luiz Teixeira de Gomes e do Procurador Geral José do Nascimento.

Mesmo que o sistema de 3 chaves tornava o cofre mais seguro para sua abertura, não se sabe ao certo como aconteceu a escolha de quem ficaria com as chaves. Não há nenhuma suposição ou relato trazido pelos autores que estudaram a SPD no século XIX sobre a escolha do cofre, ou das escolhas dos irmãos que ficariam responsáveis pelas chaves. No entanto, sabemos com quem ficaria o cofre, o cofre ficaria na responsabilidade de terceiros, sendo por votação escolhido, em 1832, o Vigário Joaquim de Sant'Anna até que novas deliberações fossem abertas e mudassem a decisão.

Diante disso, poderíamos supor que o cofre não teria necessidade em ter 3 Chaves, por estar sob a responsabilidade de terceiros, poderia ter o cofre apenas 2 chaves se não fossem outros registros do século XIX que mostram ser comum a existência de cofres com 3 trancas. Sobre isso, vale fazermos menção à Dissertação de Raphael Chaves Ferreira (2015), de título; “*As três chaves do juízo: o cofre dos órfãos e o crédito nos tempos do declínio do ouro – Vila de São João Del-Rei (1774-1806)*”, cuja pesquisa gira em torno de um cofre que tinha 3 chaves para o seu abrimento, que resguardava economia para os órfãos e funcionava como crédito para empréstimos. Segundo o autor, o sistema estabelecido para o funcionamento do cofre dos órfãos e da arrecadação de dinheiro, data de 1538, em suas palavras;

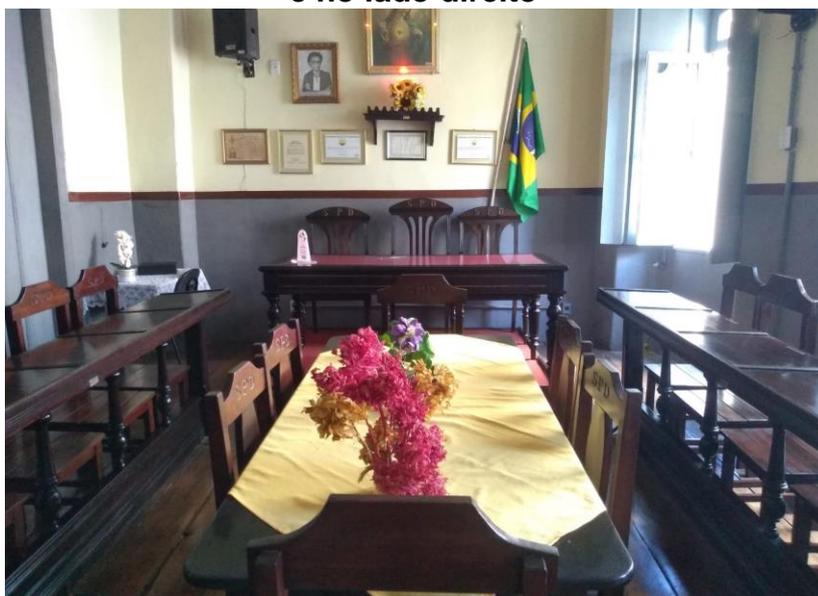
As respostas obtidas o fizeram optar pela primeira opção, apresentando às Cortes de 1538 o Regimento que regulamentava a forma da arrecadação do dinheiro dos menores. Desde então, mandava-se a todos os juizes de órfãos que se fizesse, às custas do dinheiro dos órfãos, uma arca fechada com três chaves – ficando uma sob a guarda do juiz, uma sob a guarda do escrivão de órfãos e outra em mãos de um depositário. Dentro da arca seria recolhido todo o dinheiro, joias e títulos pertencentes aos menores tutelados, assim como dois livros em que o escrivão do cargo lançaria, respectivamente, receitas e despesas. (FERREIRA, 2015, p. 39)

Podemos notar um sistema próximo do que existiu dentro da SPD, ficando as chaves com o Juiz e a outra com o Escrivão, sendo diferente na SPD que o responsável de uma das chaves era o Procurador Geral e não o depositário. Mesmo que a escolha do cofre em ter 3 fechaduras tivesse sido

comum para a época e sua utilização para depósito de dinheiro e de outros objetos de valor, na SPD o cofre vai desempenhar para além desse fim entre outros já mencionados, um outro papel, que está relacionado à função e relação dele com outros elementos existentes dentro da SPD. Esta relação está fixada em uma numerologia, sendo ela o número 3.

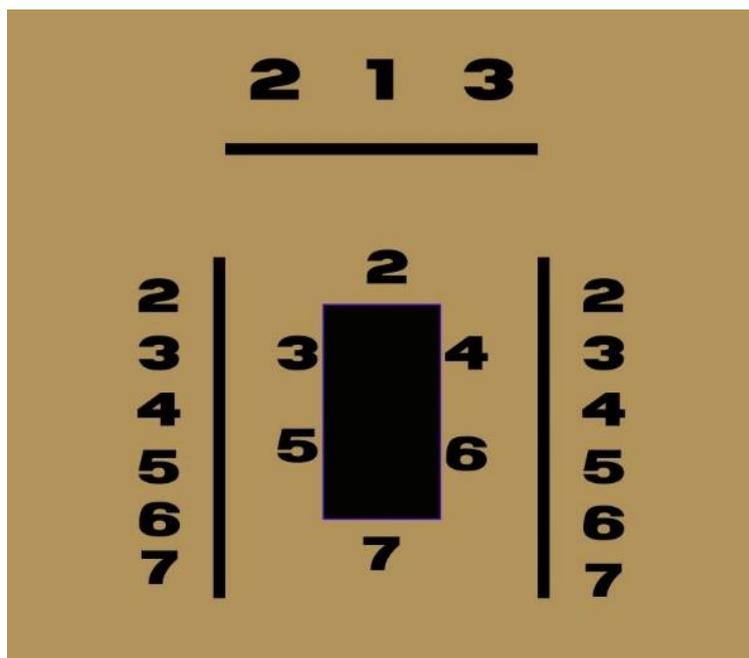
O primeiro elemento com relação ao número 3 se encontra na Sala das Assembleias Administrativas. No centro da sala tem como posição central 3 cadeiras (figura - 19), as cadeiras estão na mesma posição, formando uma mesma linha, uma tríade, enquanto o conjunto do restante da sala com cadeiras e mesas se encontram em um segundo plano. As 3 cadeiras não têm um mesmo formato, a cadeira do meio é maior e as outras duas menores, sendo que se diferenciam das demais cadeiras existentes no mesmo cômodo. Cada cadeira da formação da tríade tem sua coluna (linha), sendo que temos em cada linha 6 cadeiras, sem contar as principais do centro, contando junto com as do centro, formam em cada coluna 7 cadeiras. Criamos uma imagem para mostrar como é a sala sendo olhada de cima (figura – 20), tendo as 3 principais cadeiras e as demais cadeiras, representadas por números.

Figura 19 – Sala das assembleias administrativas, as cadeiras ao centro formando uma tríade e suas colunas, na esquerda, no centro e no lado direito



FONTE: Acervo da SPD. Foto do autor.

Figura 20 – Criação da vista de cima da Sala das Assembleias Administrativas



FONTE: Imagem criada pelo autor.

Para além da relação do número 3 como centro da sala, representada pelas 3 cadeiras principais, existe outro aspecto que une em uma contagem numérica as demais linhas das cadeiras com as 3 principais. Ao me dar conta, na experiência etnográfica, de uma presença do número 3 nas dependências da SPD, que extrapola o próprio cofre com suas 3 chaves, achei por bem perseguir mais tal percepção e para tanto recorri ao recurso numerológico, segundo o qual, toda somatória de números deve acabar entre os números de 1 ao 9, ou seja, sempre deve acabar entre 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 ou 9. Um exemplo de uso, mesmo que uma somatória de números acabe com o final 32, são somados os números 2 + 3 sendo o resultado final 5, chegando desse modo ao cálculo final. O uso da numerologia é de comum uso para olhar a data de nascimento, juntando o mês, ano e dia de nascimento de uma pessoa e fazendo o cálculo. Ao flertar com tal exercício para o cálculo da data de fundação da SPD, eis que me deparei com algo instigante. Construí um esquema com dois exemplos de uso da numerologia para se fazer a somatória dos números. O quadro, esquema, foi proposto para que fique de forma didática a forma que foi feita a contagem, mostrando o passo a passo.

QUADRO 1 – DATA DE FUNDAÇÃO DA SPD E A SOMATÓRIA DOS NÚMEROS USANDO A NUMEROLOGIA.

Exemplo 1	Exemplo 2
16/09/1832 (data de fundação da SPD)	16/09/1832
$1+8+3+2= 14$ (ano)	$1+6+0+9+1+8+3+2= 30$ (anula o 0) fica apenas o 3
$1+6+0+9= 16$ (dia e mês)	
$16 + 14 = 30$ (anula o 0) fica apenas o 3	

FONTE: Quadro criado pelo autor.

Como podemos ver no exemplo 1 da tabela, temos a somatória da data de fundação da Associação Protetora dos Desvalidos dividida em partes, primeiro somando da esquerda para direita o ano de 1832, que tem como resultado o número 14, depois somamos o dia e o mês 16 de setembro (mês 9), que tem como resultado o número 16. Depois de somados $14+16$ chegamos no resultado final que é 30, o número 0 é cortado, pois como já explicado na numerologia se busca o resultado final que tenha entre 1 e 9, chegando, assim, ao resultado de número 3 na somatória de 16/09/1832. Outra forma possível para se ter o resultado final na numerologia é fazendo a somatória de todos os números, como no exemplo 2, chegando assim ao mesmo resultado final.

Assim, tem-se que o número 3 aparece tanto no número de chaves do principal objeto da SPD, o cofre, quanto a data de sua fundação. Junto a isso, há que se registrar que as cadeiras principais na Sala das Assembleias Administrativas formam uma tríade, sempre pensando que são elas ocupadas por sócios. Os assentos que fazemos referência talvez sejam dos 3 principais cargos existentes no passado, que eram o Juiz, o Escrivão e o Procurador Geral, inclusive estes responsáveis pelas chaves. Sendo em tempos atuais, tendo como suposição que os assentos sejam ocupados pelo Presidente, Vice Presidente e Primeiro Secretário. Os demais assentos devem ser ocupados por

outros cargos administrativos dentro da SPD. É a somatória de todas as cadeiras que se encontram na Sala das Assembleias Administrativas, que chegaremos novamente ao um número final, sendo ele o número 3. A somatória de todas as cadeiras se conclui no número final 21, sendo que ao se fazer o cálculo $2+1$ chega-se ao resultado de número 3.

Interessantemente, a logo usada pela SPD também tem a presença do número 3, entre outros símbolos importantes que remetem à trajetória da instituição. Não sabemos em que momento a logo passou a existir, se é uma construção recente ou antiga dentro da SPD. Durante a busca de fontes da década de 1980, achamos um boletim informativo do movimento negro de 1983, com uma entrevista com o Presidente da SPD da época. No boletim informativo é possível ver o mesmo símbolo que iremos tratar. Dentro da logo temos o nome por extenso da SPD (Associação Protetora dos Desvalidos), duas mãos se cumprimentando, um laço de fita vermelho e um ramo de plantas nos cantos, talvez sendo a planta arruda. No centro em plano de fundo, temos um martelo deitado e um compasso em pé, pode ser que seja uma outra ferramenta que não seja o compasso, o martelo e o compasso formam uma espécie de triângulo (figura - 21). O triângulo possui 3 lados, na matemática é representado como tendo 3 lados e 3 ângulos.

Figura 21 – O Logo da SPD



FONTE: <https://www.facebook.com/SPDesvalidos/> / acessado em: 08/08/2022

O número 3 carrega uma simbologia em algumas tradições ao redor do mundo, por conta do contato direto da SPD com a Igreja Católica no início de sua fundação, por ter tido sua base de proteção uma Santa Católica ainda existente dentro da SPD, a primeira tríade que nos vem à cabeça é a da santíssima trindade, que é constituída pelo Pai, Filho e Espírito Santo, ou Pai, Mãe e Filho (outra leitura possível). Segundo a própria doutrina cristã sobre a santíssima trindade, Deus se manifesta em tríade ou trindade, sendo o Filho e o Espírito Santo uma única manifestação ou vontade de Deus. Quando citamos Ferreira (2015), que disserta sobre um cofre, que quase tem aproximações com o que existiu na SPD, inclusive em sua estrutura, tendo que ter 3 chaves para abri-lo, o texto mostra que foi estabelecido em 1538 pela Corte, no caso uma Corte Portuguesa, que todos os cofres que tivessem destinados ao levantamento de dinheiro para os órfãos tivessem 3 chaves, apresentando de modo comum para época a existência dos cofres. Sabendo da relação e o papel que a Igreja Católica desempenhou na sociedade portuguesa, podemos relacionar a forte tradição sobre a santíssima trindade com o envolvimento determinante para a existência dos cofres com 3 chaves, representado o símbolo da trindade. Não sendo a escolha dos cofres em ter 3 chaves por motivos de segurança e sim pelo que representa a santíssima trindade.

Por efeito, poderíamos recorrer a santíssima trindade para teorizar de que seria essa a razão do cofre da SPD ter 3 chaves, ou trazendo como referência final para o debate. No entanto, existe uma tríade muito mais antiga do que a que se estabeleceu pelo cristianismo, ela remete não apenas ao Egito Antigo, sendo feita por Osíris, Ísis e Hórus, como também envolve a estrutura de concepção de existência do mundo da África negra tradicional. Na África negra tradicional, o princípio de tríade existe na complexidade da cosmovisão africana e suas relações que estão em uma mesma encruzilhada. As relações se dão pelo mundo divino, o segundo pela existência humana e o terceiro composta pela natureza. Este mesmo esquema pode ser encontrado em toda África negra tradicional, como explica Bas'illele Malomalo (2014) sobre o sistema filosófico da cosmovisão africana, tendo como chave de interpretação o Ubuntu:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, Ubuntu retrata a cosmovisão negro-africana. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino

(Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Este pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas. (MALOMALO, 2014, p. 95)

Refletindo sobre o universo desenvolvido pelo Mooyo²¹, explica Nei Lopes (2005, p. 24): que “[...] o ser humano vive em três mundos diferentes: o da realidade concreta, o dos valores sociais e o da autoconsciência que não se pode se exprimir”. E quase no mesmo esquema de Malomalo, só que com outras palavras, apresenta Lopes sobre os três mundos:

O primeiro é o mundo dos seres vivos, da natureza cósmica e dos fenômenos naturais. O segundo é o mundo dos valores que regem os processos espirituais e mentais do homem e sua comunidade. O terceiro é o dos poderes espirituais, inatingíveis e inexprimíveis. (LOPES, 2005, p. 24-25)

O Historiador e Antropólogo Cheick Anta Diop (1982) em seu trabalho de título “A unidade cultural da África negra: esfera do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica” descreve quase a mesma estrutura da tríade apresentada por Lopes e Malomalo, para descrever a importância da concepção de tríade “Céu-Terra-Vegetação” como princípio trino de estrutura estabelecido pelos povos meridionais²².

[...] Com efeito, sabemos com toda a certeza que, com a descoberta da agricultura, a Terra afigurou-se como uma divindade periodicamente fecundada pelo Céu por intermédio da chuva. A partir desse momento, a função do segundo é determinada e é este que alimenta as sementes depositadas no seio da primeira; dá origem à vegetação. Daí a Tríade ctónico-agrária: Céu-Terra-Vegetação. Em alguns países, tal como o Egito, esta acabou por ser identificada com uma tríade de semideuses: Osíris-Ísis-Hórus. A assimilação do papel da terra na origem da vegetação ao da mulher no nascimento da criança é evidente. Esta tríade contribuiu para a formação das ideias dos povos meridionais relativamente à herança biológica, tal como esta é acima descrita. [...] (DIOP, 1982, p. 40)

Não teríamos como dispensar a importância que a tríade, no caso o número 3, tem para o desenvolvimento da cosmovisão de mundo para os povos negro-africanos e o quanto pode ter influenciado tanto pela data de fundação da SPD, como pela existência do cofre e suas ligações com outros

²¹ “[...]mooyo é a palavra que significa “vida”, “energia vital”. E, no mesmo universo lingüístico, muntu – “homem”, “indivíduo” – é a força vital realizada, existente, pulsando; é o ser, enfim. (LOPES, 2005, p. 5)

²² Diop trabalha com duas noções de povos na antiguidade para o desenvolvimento do seu trabalho, o “berço meridional” que viviam na região meridional do planeta, ao Norte da África. E o “berço Setentrional” que é a região euro-asiático.

elementos existentes e apresentados por nós. Relembrando os testemunhos orais coletados por Monteiro (1987), que dizem ser os fundadores da SPD Malê, sendo Manoel Victor Serra tendo horarias de sacerdote ao culto mulçumano, assim como Luiz Teixeira de Gomes e José do Nascimento, ambos os três portadores iniciais das 3 chaves. Não sabemos como funcionava o culto Malê em 1832, e por serem sacerdotes, se carregariam algum tipo de conhecimento tradicional tendo como base a mesma cosmovisão negro-africana compartilhada pelos autores.

Nossa tentativa não é procurar uma justificativa final, mas trazer elementos que não poderiam faltar em nossa análise etnográfica, ficando em aberto as suposições iniciadas pela teoria e presença marcante da santíssima trindade, devido à forte presença da Igreja e suas doutrinas em período colonial no Brasil. Assim como a relação da tríade presente na cosmovisão negro-africana. Sabemos que muitas das tradições negro-africanas que vieram para o Brasil e as Américas, criaram meios e formas de continuar seus cultos e crenças em território diaspórico, por isso não descartamos em hipótese alguma que o número 3 tenha servido de criação dentro da SPD para trazer elementos existentes da cultura negro-africana.

As relações desenvolvidas pelo número 3 tem como ponto marcante a data de fundação da SPD, 16/09/1832 e a existência do cofre. O cofre que foi concebido para fins mutualistas e emancipatórios, que serviu de ajuda na compra de cartas de alforria e no amparo de quem procurou ajuda da instituição ao longo dos anos do século XIX. O número 3, as 3 chaves se desenvolveram em uma relação que faz parte da organização interna da SPD, tanto que é possível notar essa correlação da tríade, do número 3 presente ao centro da Sala das Assembleias Administrativas e na contagem de todos acentos existentes na sala. Sala responsável pela organização dos objetivos e propostas que dizem respeito aos associados. A logo da SPD apresenta a mesma relação do número 3 tendo o triângulo ao centro, formados pelo martelo e o compasso.

CAPÍTULO III: DIÁLOGOS DA SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS COM OUTRAS ENTIDADES NEGRAS NA BAHIA, AS ATAS DE 1983 a 1986.

3.1 Desafios na pesquisa de campo

Tendo em vista que as pesquisas existentes sobre a SPD privilegiaram a trajetória da instituição ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, achamos por bem investir no corpo desta pesquisa um olhar privilegiado para as décadas finais do século XX; um contexto importante marcado pelo surgimento do Movimento Negro Unificado e os debates que estavam acontecendo, dentre eles o declínio da ditadura militar e as diretas já, momentos que envolveram a organização do MNU dentre outras entidades, assim como a sociedade mais ampla.

Durante o trabalho de campo tive acesso aos arquivos da SPD que ficam dentro de um armário. O arquivo não se encontrava organizado, foquei em principio achar quaisquer documentos que dissessem respeito às décadas de 1970, 1980 e 1990. Diante das dificuldades apresentadas pelo difícil manuseio das gavetas do armário que estavam cedendo, consegui encontrar apenas um livro referente à década de 1983 a 1997. Na capa do livro consta a seguinte informação: “Livro de ata do conselho administrativo da S.P.D 29/09/1983 até 1997, livro tem 200 páginas”. Não me foi possível ter acesso ao Estatuto próximo ao referido período, nem tampouco documentos de requerimentos, apenas donativos financeiros que não seriam de utilidade para nossa pesquisa. Ocorreu que durante a pesquisa, por conta de a SPD estar se organizando para fazer um filme documentário sobre sua história, os responsáveis pela execução do filme contrataram um arquivista para que pudessem melhor reorganizar as documentações. Com a reorganização dos documentos, apareceram outros referentes à década de 1960 e 1970. No entanto, já estávamos focados com o livro de 1983 e permanecemos com ele.

Algumas dificuldades foram encontradas, não tínhamos tempo para abranger do ano de 1983 até 1997, devido aos prazos da dissertação e do tempo que deixaram a nossa disposição para ter acesso às atas. Só tínhamos

disponível as segundas-feiras e quartas-feiras, sempre no horário das 09:00 às 12:00. Um outro problema foi o deslocamento para fazer a pesquisa, por eu estar morando em São Francisco do Conde e ter que ir até Salvador, acabava sendo um custo financeiro muito alto, que nem sempre eu podia estar fazendo. Entre outras dificuldades, quando a doença Covid 19 apareceu já estava no primeiro semestre do programa, não foi necessário refazer nenhuma alteração metodológica no projeto. No entanto, devido ao isolamento apareceram outras dificuldades devido ao estresse, falta de concentração, dificuldades na leitura e no aprendizado, para além de outros problemas pessoais. Devido a esta e outras questões pontuadas, temos como principal fonte as atas de 1983 até 1997, sendo que foi utilizado aquilo que ficou dentro do possível. Encontramos online dois boletins de notícias do MNU da Bahia, tendo uma entrevista com o Presidente da SPD em 1984 e um outro boletim com informações sobre a existência da SPD de 1981, que serviram de apoio para compreender o posicionamento político da SPD e suas propostas.

3.2 O surgimento do Movimento Negro Unificado

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial foi criado para que os direitos dos homens negros sejam respeitados. Como primeira atividade, este Movimento realizará um Ato Público contra o Racismo, no dia 7 de julho às 18h30min horas, no Viaduto do Chá. Seu objetivo será protestar contra os últimos acontecimentos discriminatórios contra negros, amplamente divulgados pela Imprensa.²³

Devido ao assassinato de Robson Silveira da Luz, jovem negro, trabalhador, morto dentro de uma delegacia em Guaianazes, em São Paulo, em 1978. E a discriminação contra quatro jovens negros, barrados ao tentarem jogar pelo time de vôlei infantil do Clube de Regatas Tietê. Estes dois acontecimentos e demais problemas que já vinham sendo vivenciados pela população negra, foram um estopim, para que o ato público marcado no dia 7 de julho, que reuniu entidades negras do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, artistas e militantes negros se organizassem e fundassem o Movimento Negro Unificado. A carta de convocação para o ato deixa claro

²³ Movimento Negro Unificado. Carta convocatória, 1978.

“Todos ao ato público contra o racismo contra a discriminação racial contra a opressão policial pelo fortalecimento e união das entidades afro-brasileiras”²⁴.

O fortalecimento das entidades negras já existentes deveria vir pela união e organização dos objetivos que já tinham em comum, a luta contra o racismo e a desigualdade social. Segundo Regina Pahim Pinto (2013) foram realizadas três assembleias nacionais pelo MNU, sendo o terceiro realizado na cidade de Salvador. Os encontros nacionais tiveram como objetivo a elaboração da Carta de Princípios, do programa de ação e dos Estatutos. Sobre a Carta e seus princípios, descreve Pinto (2013, p. 326):

Segundo a Carta de Princípios, após a constatação da existência da discriminação racial nos campos político, econômico, cultural e social; das péssimas condições de vida, subemprego ou desemprego do povo negro; das condições subumanas dos presidiários, da repressão e violência policial; da exploração sexual e econômica da mulher negra; do abandono e tratamento desumano dos menores, negros em sua maioria; da colonização; da descaracterização da cultura negra e do mito da democracia racial, o movimento resolveu concentrar a sua luta em defesa do povo negro em torno das seguintes questões:

- maiores oportunidades de emprego;
- melhor assistência à saúde, à educação e à habitação
- reavaliação do papel do negro na História do Brasil;
- valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção
- extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que o negro é submetido;
- liberdade de organização e de expressão do povo negro.

O programa de ação do MNU é muito maior do que está sendo citado por nós, o esboço aqui trazido é para revelar alguns dos princípios que o MNU organizou em 1978 e seus principais objetivos na luta do povo negro e as reivindicações e propostas de melhores condições de vida da população negra. Mesmo que o ponto marcante para fundação do MNU tenha sido o assassinato de um jovem negro e a discriminação sofrida pelos jovens que foram barrados, não sendo apenas casos isolados e sim do cotidiano enfrentados pela população negra. Fica evidente no programa que o MNU estava pensando as demais diversas áreas sociais para serem combatidas, mesmo que não trazendo o conceito teórico como conhecemos em tempos atuais, o MNU já apontava para a existência do racismo estrutural no Brasil.

²⁴ Idem.

3.3 O Movimento negro na Bahia, O Bloco Afro Ilê Aiyê

Na década de 1970, o Brasil ainda estava sob os domínios políticos da ditadura militar, que proibia e perseguia quaisquer manifestações políticas e culturais que fossem diferentes dos padrões estabelecidos. Foi no clima de insegurança que o movimento negro na Bahia tem como marco a criação do primeiro bloco afro do Brasil. Criado em 1974 por Antônio Carlos dos Santos (Vovô) e Apolônio de Jesus Filho (Popó), o Bloco Afro Ilê Aiyê nasceu na cidade de Salvador, no bairro da liberdade, bloco formado apenas por negros. O Bloco Ilê Aiyê foi criado quatro anos antes do MNU, se destacou usando a música como forma política de organização das massas negras nas ruas, com instrumentos de percussão e adereços africanos, o bloco levou a mensagem de afirmação positiva da identidade negro-africana.

Mesmo com a negação do racismo no Brasil, o bloco foi alvo de perseguições por parte de alguns setores brancos da sociedade baiana, como anunciava a nota do jornal A Tarde de 1975; “BLOCO RACISTA, NOTA DESTOANTE”²⁵, a notícia trazia os dizeres de que o bloco tentava imitar os norte-americanos, que estavam tentando criar o racismo no Brasil, sem de fato existir o racismo como nos Estados Unidos da América. O bloco quando saiu em sua primeira apresentação em 1974, trazendo a canção “Que Bloco é Esse”, escrita por Paulinho Camafeu, despreveria a importância que teria o primeiro Bloco Afro do Brasil, o Ilê Aiyê foi para os negros baianos ponto forte de expressão negra, trazendo símbolos de afirmação positiva da negritude e canções que tocavam e falavam sobre o cotidiano da população negro baiana, de fato incomodaria os defensores da democracia racial brasileira.

A criação do bloco afro foi de suma importância para a consolidação do MNU na Bahia, Segundo Silva (1988, p. 12):

O surgimento do Ilê Aiyê, em 1974, propiciou todo um clima para a afirmação do Movimento Negro da Bahia. O diretor de teatro Godi, que na época, com o Grupo Palmares Inãron, realizava trabalhos voltados para a temática negra, afirma que a efervescência de 1978 (quando se criou o Movimento Negro Unificado) foi resultado da movimentação cultural já em curso na primeira metade dos anos 70.

²⁵O texto na íntegra acessado em: <https://brasiliamaranhao.wordpress.com/2012/01/30/carnaval-racista-salvador/u>

Desse modo, o Bloco Afro Ilê Aiyê é um marco para o movimento negro baiano, pois serviu de experiência para as demais entidades dentro e fora da Bahia e não foi apenas uma mera expressão cultural de afirmação da identidade negra, o bloco representa um posicionamento político de coragem em época em que se era proibido manifestações culturais.

3.4 Antecedentes

Existe a noção por parte de alguns autores em considerar o Movimento Negro Unificado não sendo a única experiência de organização feita por negros no Brasil. Em princípio se tem a consideração dos Quilombos como primeiras formas de experiência organizacional dos negros no Brasil. Os Quilombos que eram formados por um conjunto de escravizados fugidos, que se juntavam em localidades urbanas ou rurais, tinham como propósito lutar pela sobrevivência e criavam um elo de pertencimento com aqueles que estavam sendo submetidos as mesmas condições desumanas. Segundo Moura (1987, p. 11):

Quilombo era, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Dessa forma, no Brasil, como em outras partes da América onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos

Clovis Moura mostra que os Quilombos eram um sinal de protesto dos negros escravizados em resposta à escravidão e à forma desumana que estavam sendo submetidos. Em um mesmo sentido trazendo o conceito desenvolvido por Abdias do Nascimento (2009) sobre quilombismo, o autor trata os Quilombos não apenas como formas de garantia de sobrevivência, os Quilombos eram uma organização que tinham como princípios a luta por uma nova sociedade, sendo para eles mais livre. Para Nascimento (p. 202-203, 2009):

Dessa realidade é que nasce a necessidade urgente para o negro de defender sua sobrevivência e assegurar sua existência de ser. Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. A multiplicação dos quilombos fez deles um autêntico movimento, amplo e permanente. Aparentemente um acidente esporádico no

começo, logo se transformaram de uma improvisação de emergência em metódica e constante vivência dos descendentes de africanos que se recusavam à submissão, à exploração e à violência do sistema escravista.

Os Quilombos são colocados pela memória afetiva da população negra, como símbolo de orgulho, sendo o Quilombo dos Palmares, o maior Quilombo existente no Brasil e o líder de Palmares, Zumbi dos Palmares, como símbolos de resistência e de organização da sociedade, referências de luta dos antepassados que foram submetidos ao trabalho escravizado, mas que resistiram, criando uma forma de organização política, sendo colocados por intelectuais como as primeiras organizações dos negros no Brasil.

Nossa abordagem inicial não é uma tentativa de construir um elo entre o MNU e os Quilombos, apesar de serem meios determinantes para a construção de um sentido de organização grupal entre os negros, de não serem tão destoantes em suas finalidades, mas são de épocas diferentes em que as formas de organização da sociedade eram outras. Apesar disso, o associativismo negro desenvolvido pelo conceito de quilombismo de Abdias do Nascimento (2009), trabalha com a noção levando em consideração exatamente o legado histórico e social dos Quilombos. O quilombismo considera todo associativismo negro como ramificações dos ideais dos Quilombos, as instituições legalizadas como autor trabalha, foram outras possibilidades de construção organizacional em que os negros puderam lutar pelos seus anseios, tendo a liberdade e dignidade como fundamentos principais dos negros.

A continuidade dessa consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo a exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico, circunstância que impôs aos quilombos diferenças em suas formas organizativas – porém, no essencial se igualavam. (NASCIMENTO, 2009, p. 204)

Temos os Quilombos como importante símbolo nacional de libertação e de organização da sociedade para a população negra no Brasil. Em nossa busca de informações que pudessem trazer ligações entre o MNU com a Sociedade Protetora dos Desvalidos, encontramos um acervo online com

alguns boletins informativos do MNU na Bahia e de outras regiões do país. O acervo chamado NEGRITOS²⁶, o arquivo;

[...] é um projeto de memória, de comunicação, de educação e de resistência. É um projeto para fortalecer a memória negra que construiu o Brasil. É parte do nosso desejo de contar nossas histórias e de registrar as vozes daqueles que chegaram antes de nós.²⁷

Os arquivos estão cobrindo os anos de 1981 a 2002, a maioria é de Pernambuco, sendo apenas um de Salvador, Bahia. Este achado precioso, o boletim informativo chamado Nêgo, do MNU da Bahia, em sua primeira edição fala de seus objetivos; “O boletim informativo “NÊGO”, pretende ser um órgão através do qual os aspectos da vivência, luta histórica dos negros em Salvador e no interior do estado, possam ser levantadas, discutidos e divulgados.”²⁸. Neste primeiro boletim informativo do Nêgo, não apenas há informações sobre o que era o MNU, como também trouxe informações sobre os considerados antecedentes, que seriam outras formas de organização social negra que existiram antes do MNU, exaltando a importância das revoltas e insurreições do passado histórico da população negra no Brasil. Entre os antecedentes temos os Quilombos, os terreiros de candomblé, blocos afros, escola de samba, o teatro experimental do negro, frente negra brasileira e a imprensa negra. Das referências importantes de entidades negras dentro da Bahia destaca o boletim; “Na Bahia também se registra a existência de grupos e entidades negras, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos (criada em 1832), o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, e mais recentemente a Sociedade Malê de Cultura e Arte Negra.”²⁹. Já o boletim Nêgo de 1984, que tem mais de duas páginas sobre a SPD, sendo uma entrevista com os principais líderes da SPD, proclama na capa do boletim; “SPD Histórias de lutas negras” (Figura - 22).

O reconhecimento de outras organizações negras e suas contribuições são importantes para pensar como a Sociedade Protetora dos Desvalidos será olhada pelo movimento negro baiano e por outras entidades pertencentes ao território baiano. Pois a admiração e o reconhecimento da importância histórica e social que algumas entidades desenvolveram no passado, assim como os

²⁶ Para mais informações, acessar o site; <http://negritos.com.br/>

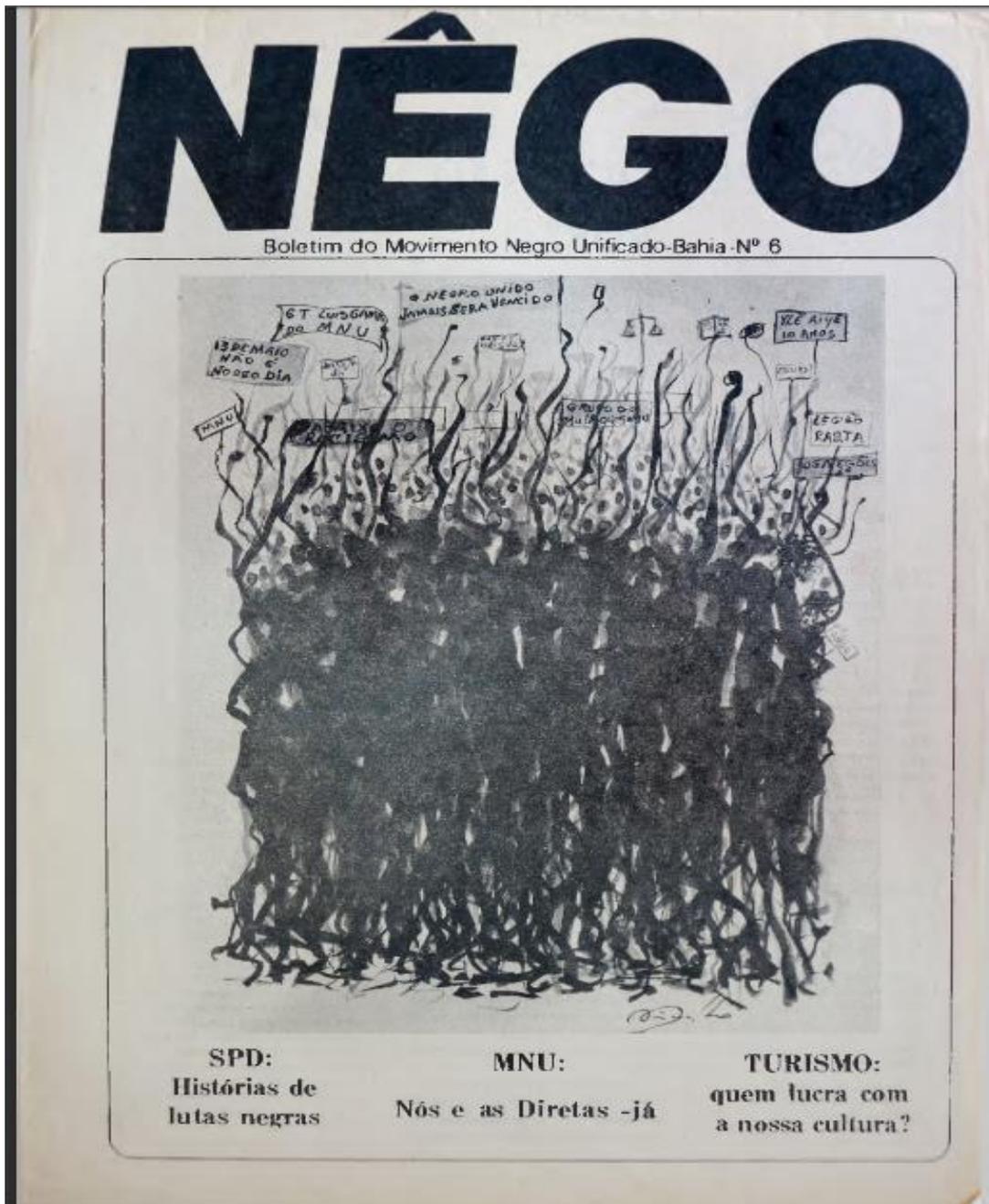
²⁷ <http://negritos.com.br/apresentacao/>

²⁸ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro unificado – julho de 1981, p. 1.

²⁹ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – julho de 1981, p. 6.

Quilombos, são fundamentais para a compreensão da história e cultura da população negra e do Brasil.

FIGURA 22 – Boletim do NÊGO de 1984



FONTE: Boletim do movimento negro unificado, 1984, n°6. Desenho da capa: Nilvado Brandão

3.5 Os convites de outras entidades negras.

Na pesquisa de Julio Braga é mostrado que a SPD recebia convites de suas congêneres, se tornando um momento importante de projeção para os sócios, tendo se tornado a SPD uma agência de prestígio nas décadas finais

do século XIX. As atas estudadas por mim tendo como início o ano de 1983, revelam convites para comemorações festivas feitos por outras entidades negras para a SPD. Como no caso do convite de comemoração dos dez anos de fundação do Bloco afro do afoxé – Ilê Aiyê. Como revela a ata da sessão ordinária de 27 de outubro de 1983;

Expediente: apresentação de um convite do Áfoxé-Ylê-Ayê, referente a comemoração dos dez anos de sua fundação, cuja programação era mais ou menos o seguinte: missa e ação de graça no dia 1º de novembro na Igreja de São Bento às 20:00 horas na sede social haverá apresentação de danças afros, grupos de teatro com temas da cultural negra, festival de músicas entre compositores e cantores de blocos afros e afoxés etc. Tendo reservado para o dia 20 de novembro uma comemoração toda especial dedicada à morte do grande líder e herói negro “ZUMBI DOS PALMARES” – cuja a data também se comemora o DIA NACIONAL DA CONSCIENCIA NEGRA.³⁰

O expediente do dia 27 de outubro de 1983, teve como primeiro assunto abordado na reunião o convite feito pelo Ilê Aiyê à SPD, convite alusivo à comemoração de 10 anos do referido bloco afro. A ata além de trazer informações sobre o local e data do evento, descreve o que teria no dia da festa, como danças, teatro e música. Outro compromisso da SPD tratado no expediente tem relação com o 20 de novembro, data de comemoração ao dia nacional da consciência negra e da morte de Zumbi, sendo destacado na ata e em aspas os nomes de Zumbi dos Palmares.

Não sendo de muito incomum, outros convites são citados nas atas, alguns como no caso citado anteriormente, são próximos ao mês de novembro. Como na sessão ordinária de 29 de novembro de 1984;

convite do Bloco Carnavalesco Malê Debalê para IIIº Corrida Rustica Zumbi dos Palmares dia 25 de novembro de 1984 referente ao dia Nacional da Consciência Negra e dos 150 anos da Revolta dos Malês 1835 à 1985.³¹

Tem também o convite de outras Sociedades, como o convite da Sociedade Monte Pio dos Artistas, entidade que tem sua sede ao lado do prédio da SPD.

Um convite da Sociedade Beneficiente Monte Pio dos Artistas para solenidade e Posse da nova Diretoria no dia 23 de Fevereiro 1986 em

³⁰ ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, 27 de outubro de 1983.

³¹ ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, 29 de novembro de 1984.

sua sede social com as seguintes programa 9:30 Missa 10:30 Posse da mesa e 11:30 coquitel [sic].³²

Os convites são aproximações importantes e revelam que a Sociedade Protetora dos Desvalidos gozava (assim como goza atualmente) de notável prestígio. Além das entidades negras se encontra nas atas um convite da Prefeitura de Salvador para uma reunião com a SPD em 1986. Não se sabendo de que assunto trataram. Estes são indícios importantes de que a instituição, gozando de pleno reconhecimento, estava inserida em rede junto a outras instituições dos movimentos negros, assim como ao poder público municipal.

3.6. Associativismo Negro e território, a importância da SPD dentro do Pelourinho

Mostramos no segundo capítulo de nosso trabalho com a construção da cartografia, as sedes da SPD e sua trajetória de organização, que foi realizada e ainda é realizada dentro do território do Pelourinho. Abordamos inicialmente que o Pelourinho em período escravocrata era lugar de açoitamento dos escravizados. É importante em nossa análise falar de como estava o Pelourinho em 1980, ou próximo desta época, pois terá o prédio da SPD um uso importante para o acontecimento de debates e encontros de outras entidades negras.

O centro antigo de Salvador no século XX é apontado como sendo um local que se encontrava vivendo um completo abandono, devido às consequências das migrações anteriores ao século XIX das elites brancas para outras regiões da Bahia e do país. Se antigamente o centro antigo era marcado pela presença das elites brancas, se tornava, gradativamente ao longo das décadas do século XX, uma localidade de presença marcada pela população negra, não apenas no cotidiano das ruas, mas uma presença muito forte nas moradias.

Com as criações de políticas de preservação do antigo centro histórico de Salvador, por volta das décadas de 1960, 1970 e 1980, sendo comandadas pelos Governadores eleitos indiretamente pela ditadura militar, Luís Viana Filho e posteriormente Antônio Carlos Magalhães. Nos explica Brito (“s.d”, p. 5):

³² ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, 20 de fevereiro de 1986.

Ainda em 1967, quando a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural (FPAC) estava em processo, o Jornal da Bahia publicava “Pelourinho: um sonho vai a Paris e pode voltar transformado em dólares”, no qual explicitava o entusiasmo dos políticos baianos, – em anos de Regime Militar – com as promessas de investimentos estrangeiros direcionados ao Centro Histórico de Salvador.

O artigo de Brito (“s.d) é centrado sobre as práticas culturais do antigo centro histórico de Salvador entre os anos de 1965 e 1985, anos que foram marcados pela ditadura militar e pelas políticas de preservação dos patrimônios históricos. Revela o autor que as instituições e a mídia local construíram narrativas de marginalização das populações que se encontravam dentro do centro histórico de Salvador. Como revela o autor;

Nos anos seguintes o discurso enunciado pelos noticiários dos jornais baianos sobre o Pelourinho versaria sobre dois temas recorrentes: os investimentos e projetos do governo municipal, estadual e federal na preservação do centro histórico arruinado e sobre a degradação social e cultural que o bairro vinha sofrendo, denunciando a proliferação da violência, prostituição e tráfico de drogas causadas por aqueles que lá habitavam. Vale destacar que ambos os discursos, institucionais e midiáticos se corroboram em vários aspectos, notadamente quando defenderam que a expulsão dos moradores “degradados” seria a melhor solução para o Pelourinho. (BRITO, “s.d”, p. 6)

Estes cidadãos, bem como sabemos são de maioria negra, os jornais e as instituições apontavam que seriam estes sujeitos o empecilho para que o projeto de preservação e transformação do antigo centro histórico em um espaço turístico acontecesse. As críticas e a marginalização da população negra no decorrer dos anos acabaram tendo sucesso para aqueles que queriam a limpeza populacional daquelas áreas. Sendo que o ano de 1991 é marcado pela recuperação do centro histórico, sendo que foi realizado junto com a recuperação dos edifícios uma limpeza social. Como descreve Ribeiro (2014, p. 472-473):

O programa de Recuperação do Pelourinho, iniciado em 1991, foi um marco no que diz respeito à substituição populacional na área. Seu objetivo era recuperar as estruturas físicas em um projeto a ser realizado em etapas. Esse projeto foi duramente criticado pela forma como foi executado. O mérito do programa consiste no fato de ter recuperado diversas edificações que se encontravam em estado de ruína. No entanto, junto com isso foi realizada uma limpeza social da área para que a mesma pudesse se enquadrar aos moldes do turismo. Essa expulsão dos moradores mais pobres agradou considerável parte da classe média, que se sentia incomodada com o fato de ser o Pelourinho local de prostituição, alta criminalidade e frequentado por uma população sem recursos. De qualquer modo, foi essa população expulsa que, em conjunto com a ação de

empresários locais, gerou bases para a efervescência cultural do lugar. Trata-se de diversas manifestações artísticas e populares, que se deram a partir de meados da década de 1980. Um exemplo dessas manifestações é Benção do Pelô, que foi a base para o surgimento da famosa banda percussiva Olodum.

Se torna exatamente importante a SPD na década de 1980 dentro do Pelourinho por ser um lugar não apenas de referência histórica e social para outras entidades, como vimos pelos recebimentos dos convites para as datas comemorativas. A existência do Salão Nobre e por todo o significado que tem a SPD, a instituição recebera pedidos para o uso do salão por outras entidades negras. Além de organizações de palestras feitas pela própria SPD em conjunto com outros atores sociais.

O quilombismo do associativismo negro institucionalizado, ou “permitido”, sempre dependeu de um espaço privado para a construção de suas organizações e encontros. Diferente dos Quilombos que tinham suas terras levando em consideração a filosofia negro-africana, da terra ser um bem público e não privado. Mesmo que alguns espaços que foram usados por associações, clubes, blocos e outras entidades negras possam ter sido de uso comum, até mesmo do uso de lugares públicos, sempre dependeram de espaços privados, pois seguem as regras criadas pelo poder estabelecido na sociedade.

Milton Santos (2001) considera que não existe divisão entre território, história e objetos técnicos, sendo que devemos compreender a política a partir da dinâmica desenvolvida pelos objetos técnicos no território. Para o autor, toda produção de ferramentas criadas na história humana, são objetos técnicos. Os objetos técnicos, são parte da produção de organização da sociedade, no caso as tecnologias (técnicas) não estariam disseminadas para o uso hegemônico, apenas de uso exclusivo de poucos atores sociais. Estamos considerando o prédio da SPD e demais prédios, localidades ou espaços, sejam de uso público ou privado, como parte das produções técnicas. Se torna um diferencial para o associativismo negro de como será realizado o uso dos espaços de suas instituições. O associativismo negro sempre utilizou de seus espaços para construção de objetivos comuns, ao mesmo tempo que funcionou como espaços educadores. Temos como exemplo o Teatro Experimental do

Negro, os terreiros e associações, Gomes (2017, p. 13) trabalha com a noção de que “O Movimento Negro é um educador.”.

A SPD não deixar de estar dentro desse processo de construção de um espaço que não apenas fosse de uso de seus sócios, mas que funcionasse para atender aos anseios da sociedade mais ampla. O boletim Nêgo, do MNU da Bahia em sua edição de número 6, trouxe para suas páginas informativas uma entrevista com os principais líderes da SPD. Na descrição sobre o que era a Sociedade Protetora dos Desvalidos fica evidente os objetivos da instituição em 1984 e a importância que tinha a SPD dentro do Pelourinho.

Sua sede, situada no número 17 da Praça Anchieta, possui a seriedade e imponência de quem pode falar do alto de mais de um século e meio de existência. Hoje, a SPD é basicamente uma entidade beneficente. Auxilia os associados na invalidez, presta-lhes assistência educacional, social e médico-hospitalar; contribui com o auxílio funeral, paga pensões e também auxilia "desvalidos" estranhos ao seu quadro social. Sempre que possível, realiza conferências, palestras e festividades através do "Centro Lútero Recreativo Manoel Querino".³³

O trecho de apresentação sobre a instituição feita pelo boletim Nêgo, deixa claro que a SPD tem um compromisso de realizar palestras, conferências e festividades. Mesmo mantendo seu caráter de ajuda mútua, não deixa de auxiliar os estranhos que a procuram.

Nas atas estudadas por nós, dentre muitos ofícios, se encontra um do ano de 1985, com um pedido do Movimento Negro Unificado para usar o Salão Nobre; “Ofício do Movimento Negro Unificado sessão Bahia pedindo o espaço para um debate aqui em nosso Salão Nobre no dia 21 de março de 1985 às 19:00hs.”. Uma outra ata de dezembro de 1986, tem a discussão sobre os imóveis, os associados estão procurando soluções para fazer uma reforma e reparos, devido à preocupação com os móveis, o associado Sr. Ricardo Nogueira sugere; “que devemos usar uma almofada em cima das cadeiras para uma melhor conservação devido reunir-se aqui todos os grupos do Movimento Negro”³⁴.

O Salão Nobre pelo tamanho do espaço e pela localização do prédio da SPD, se torna uma utilização importante para o MNU e outras entidades que a procuraram, além de favorecer a projeção de eventos promovidos pela própria

³³ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – junho, 1984, p. 4.

³⁴ ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, dezembro de 1986.

instituição. Sobre isso, chama-nos a atenção um evento organizado e realizado pela SPD no Salão Nobre, que teve como propósito debater e montar um Comitê Anti-apartheid da África do Sul. Sendo inclusive a iniciativa elogiada pelos vereadores/as de Salvador:

Expediente Prefeitura Municipal de Salvador, 12 de agosto de 1985. O vereador João Dantas integrante da bancada do P.M.D.B na sessão ordinária, o teve realizada, ocupou a tribuna, para solicitar a inserção na ata dos trabalhos, de uma nota de congratulações com essa Sociedade, pelo lançamento no próximo dia 13 de agosto, comitê anti-apartheid, à política racial vigente na África do Sul. Os vereadores Sergio e Paulo Fábio, associaram-se ao pronunciamento do João Dantas, que do assunto, solicitou ser dado conhecimento a protestos de apreço. de 29 de Agosto de 1985.³⁵

Reforça a Vereadora Lídice da Mata:

Senhores cumpre-nos informar-lhes que, a vereadora Lídice da Mata, líder da bancada do P.M.D.B, na sessão ordinária, realizada nesta data, ocupou a tribuna, para solicitar a inserção, na ata dos trabalhos do seguinte pronunciamento: Expresso votos de congratulações com a Sociedade Protetora dos Desvalidos, digna representante da raça negra no Estado da Bahia, particularmente, pela brilhante iniciativa de haver fundado aqui em Salvador, o Comitê Anti-apartheid, a qual terá como finalidade pressionar o Governo brasileiro, a cortar as relações diplomatas com o regime racista da África do Sul. Ao concluir seu pronunciamento, a líder Lídice da Mata solicitou, que o assunto fosse dado conhecimento ao Movimento Negro Unificado.³⁶

Como podemos ver a SPD teve iniciativa em criar um Comitê para pressionar um posicionamento por parte do Governo Brasileiro sobre o Apartheid na África do Sul. O evento organizado pela SPD no dia 13 de agosto de 1985, realizado dentro do Salão Nobre que teve como proposta a organização do Comitê Anti-apartheid, recebeu demais representações de entidades negras. Nesta mesma data também foi realizada uma palestra com o professor Edvaldo Brito, tendo como tema a “Negro na Constituinte”.

Expediente após ter vários ofícios de entidades co-irmãos está comprovado que os meses de agosto e setembro foram bem movimentados para a Sociedade, no dia 13 de agosto de 1985. O nosso Salão Nobre foi palco do evento Comitê Anti-apartheid, com muitas representantes de entidades negras, e a palestra do professor Edvaldo Brito com o tema o Negro na Constituinte, o palestrante foi muito aplaudido e foi entrevistado e filmado pelas Emissoras de T.V. local.³⁷

O professor Edvaldo Brito tem longa carreira política, foi prefeito de Salvador entre 1978 e 1979, também atuou como Vereador e quase chegou a

³⁵ ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, 22 de agosto de 1985.

³⁶ ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, 12 de setembro de 1985.

³⁷ ASPD. Ata da Sessão Ordinária do Conselho Administrativo, 12 de setembro de 1985.

ser indicado para Ministro da Justiça pelo governo Lula em 2003. O evento mostra que a SPD estava atenta para os debates sobre a Constituinte que já começava acontecer em 1985, atenta e debatendo junto com outras entidades negras a situação dos negros no Brasil e preocupada com a segregação Racial na África do Sul. A leitura das atas, no entanto, não nos possibilitou identificar quais desdobramentos teve a Comissão Anti-apartheid organizada pela SPD.

Como podemos ver pelas atas, os pedidos de ofício para o uso do Salão Nobre por outras entidades negras, a organização de palestras e debates promovidas pela própria SPD ou pelo MNU, que ocorreram dentro da SPD, mostram que a instituição esteve nitidamente atuante não apenas na manutenção de suas funções beneficentes como também na luta antiracismo, articulada e contanto com o reconhecimento de instâncias de naturezas diversas – de associações civis organizadas dos movimentos negros a setores do poder público, passando por representantes do legislativo no âmbito municipal.

3.7 Entrevista com Pedro do Nascimento, os posicionamentos políticos da SPD

Em 1984, o Boletim Nêgo, do MNU, realizou entrevista com o Presidente da SPD, Pedro do Nascimento, com a participações dos associados Hélio Silva Nascimento que ocupava o cargo de Diretor Social na SPD, e com o Presidente da Assembleia Administrativa, Aluysio Conceição Rocha. Nesta entrevista, as perguntas tenderam a ter respostas mais diretas, possibilitando a nossa compreensão das relações da SPD com outras entidades negras e as posições políticas adotadas.

Algumas questões que foram perguntadas têm relação com o passado da instituição no século XIX, no caso são perguntas respondidas pelas pesquisas que foram realizadas por Braga, Oliveira, Leite, Campos e Carmo. Focamos nos trechos que tem questões referentes ao que estava acontecendo na época em que a entrevista foi feita. Apesar do boletim apresentar boas condições, algumas partes estão apagadas, não sendo possível fazer a leitura na íntegra.

O boletim Nêgo pergunta para Pedro do Nascimento se a SPD teve relacionamentos com os Quilombos e outras revoltas. Pedro do Nascimento diz que não se tem nenhum registro sobre a participação efetiva da SPD em algum movimento de quilombos, mas que de forma indireta sempre atuou ajudando os escravizados na compra de carta de alforria. Destaca o Presidente que as participações foram feitas de forma marcante para época. Sobre o comportamento da SPD e as formas criadas para a instituição continuar existindo:

As autoridades sempre reconheceram, sempre trataram esta Casa com o devido respeito, pela postura de seus diretores que sempre se preocuparam em mantê-la viva, mantê-la atuante, mas sem que ela viesse a adotar qualquer postura de confronto com os órgãos constituídos. Também não nos consta que tenha, em qualquer época da história deste país, havido qualquer intervenção dos órgãos oficiais nesta entidade. Veio o Estado Novo, 64... a mim me parece que logo após a revolução, a diretoria que aqui estava, entrou em contato com o Comandante da 6 Região, para saber se haveria algum empecilho quanto à realização de reuniões, e teria dito o Comandante que esta Casa, era uma Casa confiável, que não tinha nada que pudesse impedir que a sua diretoria continuasse realizando suas reuniões normalmente.³⁸

Sabemos tendo como base os trabalhos de Braga e Campos, que no Estatuto da SPD de 1874 contavam em sua estrutura com os sócios protetores. Como bem trabalhou Campos (2018), os sócios protetores faziam parte do jogo político interno e externo da SPD, ao mesmo tempo que garantiam a proteção, funcionavam como ponte para conseguir determinados favores para a SPD, além de serem um fator decisivo nas decisões de escolha dos que ficariam a frente dos cargos institucionais. Relembrando isso, tendo como base Braga (1987), no Estatuto de 1956, 8 anos antes do Golpe Civil e Militar, já não existia mais sócios protetores. Talvez sendo os Beneméritos, Benfeitores e Honorários e Remidos, conexões com personalidades importantes que garantiam a proteção da SPD. Tanto que é trazido por Pedro do Nascimento que a SPD nunca adotou postura de confrontação contra os órgãos de poder, sendo que durante o golpe militar a SPD teria entrado em contato com o comandante. Não

³⁸ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – junho, 1984, p. 4.

sabemos nada aprofundado sobre o funcionamento da SPD durante os primeiros anos de ditadura militar, visto que ainda não existem pesquisas com o recorte dessa época, não sendo possível saber quais relações foram criadas, se teve durante essa época alguma forma específica de proteção etc.

Tem uma parte da entrevista que não se consegue fazer completamente a leitura, mas se inicia com a pergunta sobre as posições assumidas pela SPD depois da abolição da escravatura. Conforme responde à pergunta, aparecem outras perguntas subsequentes, que tem de certa forma uma relação com a pergunta primordial iniciada em relação à escravatura e a SPD. Pedro do Nascimento aponta para questões já sistematizadas pelos autores que estudaram a SPD, conforme vimos no primeiro capítulo dessa dissertação. Quando é perguntado pelo boletim se depois da abolição; “Não seria este o momento propício para a SPD atuar mais efetivamente na luta pela liberdade do negro? Pedro do Nascimento responde que o novo poder constituído construiu mecanismos para impor aos negros uma ideologia de que não deveriam mais lutar, sendo “dado de “mão beijada” por intermédio da Princesa Isabel” critica o Presidente da SPD, que termina dizendo:

Mas a mim me parece, que o grande erro que se cometeu, erro histórico dentro da SPD, e isto também é ideológico, foi incutir na mente do negro a idéia de que negro não pode participar de política, não pode se envolver em política. Eu me lembro muito bem que, antes de 64, eu me reunia com Hélio e Djalma, e já tentávamos angariar simpatias de pessoas da raça, para trocar idéias em torno disto que vocês estão efetivando hoje, e não encontrávamos respaldo. Ninguém queria nem ouvir falar neste negócio de negro discutir problemas, de contestar a realidade que aí está. Então, o que havia até 1960 em nosso contexto, era esta espécie de letargia como eu coloquei. A omissão total. Se alguma coisa vinha sendo feita neste âmbito, se alguma questão vinha sendo levantada, pelo menos em termos de Bahia — a gente pode pesquisar nos trabalhos de sociologia existentes nas bibliotecas — isto foi trabalho de alguns brancos que, com o objetivo de tirar proveito ou não, vinham realizando alguns estudos e levantando algumas questões. Mas partindo de negros mesmo, ligados à raça, que estivessem objetivando levantar a questão, só Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento tiveram a coragem de atacar o problema. No sul tivemos a Frente Negra na década de 30, em São Paulo chegou a esboçar-se um movimento que não vingou. A Frente Negra foi dissolvida com o Estado Novo. Os movimentos surgiram no sul, a Bahia neste particular tem sido omissa. É o estado mais reacionário, é onde a gente enfrenta as maiores barreiras, apesar de que no Rio e em São Paulo, pelo que constatei “in foco”, o negro vivia acuado.³⁹

³⁹ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – junho, 1984, p. 5.

A declaração de Pedro do Nascimento é uma argumentação crítica não apenas sobre a SPD, mas de como a população negra estava se comportando e o quanto era difícil tratar de temas que tocavam sobre o racismo no Brasil. Na continuidade da entrevista com o Presidente da SPD, o boletim entra diretamente no assunto que tocava o momento de efervescência dos movimentos negros. Questiona o boletim Nêgo se a SPD era de difícil acesso. Pedro do Nascimento explica que o fechamento sempre foi por motivos estratégico de preservação da instituição, mas que não estavam totalmente fechados para a comunidade negra. Argumenta Pedro do Nascimento que:

Desde a diretoria do Valter Santos, em que eu fui o 29 Secretário, nós estabelecemos aqui dentro da SPD uma política de convivência pacífica com os movimentos, sem descurarmos de nosso compromisso com a própria Casa, sem descurarmos das normas estatutárias, mas não de forma a se dizer que a Casa está fechada.⁴⁰

Na última pergunta que finaliza a entrevista com sócios da SPD, o boletim Nêgo pergunta se existe algum tipo de crescimento do MNU dentro da SPD. Pedro do Nascimento falou de sua trajetória social, destacando que apesar de ser um homem político não entrou dentro da SPD para usar a entidade para fazer política. Mas, que pretendia fazer política, só que fora da SPD. Disse, ainda, da importância da renovação do quadro de associados, para não correr o risco de ser fechada. Mas ressaltou que quem entra na instituição tem que procurar saber melhor como funciona os regimentos e estatutos da SPD. Finaliza a entrevista com Pedro do Nascimento dizendo:

Uma Casa com 151 anos, estará completando agora em setembro 152 anos, deve ter alguma coisa pra contar. Foi criada com os melhores propósitos e dentro de um determinado momento histórico ela contou a sua história, teve a sua participação, e isto está registrado em nossos anais. Não pode ser vista assim como um amontoado de coisas velhas, onde as pessoas não têm nada na cabeça. O trabalho que começa a ser realizado pelas lideranças dos movimentos em relação à Protetora, eu louvo e considero muito bom. Na minha administração teremos esta Liberdade de discussão, a Casa estará aberta, os nossos arquivos estarão abertos para as pesquisas. E quem quiser conhecer melhor a Protetora, nossos costumes e se enfrontar com tudo que acontece aqui dentro, é se propor a associado, sabendo que o simples fato de ser negro não é o bastante para ser admitido como sócio.⁴¹

⁴⁰ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – junho, 1984, p. 5.

⁴¹ NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – junho, 1984, p. 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos tirar muitas conclusões da entrevista com o Presidente da SPD de 1985. A primeira é que apesar da SPD ter seus próprios objetivos, inclusive mostrando que a instituição não é um local para se fazer política aos modos como fazia os integrantes do MNU, a SPD não deixava de ter um posicionamento político enquanto grupo. Podemos ver o posicionamento da instituição com a criação do Comitê Anti-Apartheid na África do Sul, cobrando do governo Brasileiro um posicionamento sobre o assunto no cenário internacional.

Os associados podiam fazer política, mas não usar a instituição para seus próprios fins, como ressalta Pedro do Nascimento. Pelo que foi dito pelos associados e apresentado pelo boletim Nêgo, a SPD nos anos iniciais da década de 1980, ainda mantinha suas funções mutualistas e o associativismo, com elaboração de palestras, como a que teve com o professor Edvaldo Britto, que apresentou sobre o tema do Negro na Constituinte. Tema este de muita importância para o debate da nova constituição na década de 1980.

Diante da efervescência da época, a gestão de Pedro do Nascimento se colocou à disposição de outras entidades negras, tanto que as atas estudadas por nós tendo como ano de análise a partir de 1983, ano que teve início da sua gestão, destacam o uso do Salão Nobre e aproximações das entidades negras com a SPD, podemos ver pelos ofícios e convites citados nas atas.

Se destacam nas atas e na entrevista o olhar que o MNU e outras entidades tem de admiração, de reconhecimento da importância da SPD para o território baiano e para a história da população negra no Brasil. Ao mesmo tempo o MNU levanta questionamentos sobre a atuação da SPD em 1980, revelando os diferentes olhares que tendem a ser de admiração e cobrança de atuação da SPD frente aos desafios de superação do racismo e da desigualdade racial, até mesmo pela trajetória histórica que exerceu a SPD no seu passado.

Os caminhos escolhidos em nosso trabalho considerando a década de 1980, revelam que a Associação Protetora dos Desvalidos tem ainda muito a dizer sobre sua trajetória institucional, para além dos limites do século XIX. As atas que descrevem diálogos e acontecimentos importantes das organizações negras na Bahia e de outras instituições, como as menções sobre a SPD feita pelos vereadores/as e a participação da instituição em acontecimentos marcantes como a comemoração de 10 anos do Bloco Afro Ilê Aiyê. Pensado que o caminho traçado por nós é apenas uma ponta dos primeiros anos da década de 1980, não sabemos quais outros desdobramentos poderiam revelar as atas, considerando a constituição de 1988 e os 100 anos da abolição da escravidão. Ou do que teria ocorrido com o Comitê Anti-Apartheid e a relação da SPD com outras entidades negras no decorrer dos anos 90 e início do século XXI. Outros caminhos importantes ainda não debatidos são sobre a presença das mulheres nos cargos administrativos da SPD e o papel da instituição para formação dos currículos escolares, sendo pouco utilizada nos materiais didáticos da educação.

Não menos importante, o ensaio etnográfico sobre o espaço interno da SPD ainda não tinha sido realizado por nenhum outro autor, sendo que podem ser feitas outras leituras visuais dos conjuntos de elementos que se encontram presentes no acervo da SPD. A descrição do espaço interno com a cartografia ajudou na compreensão da importância do Salão Nobre e como se configurou a construção da memória afetiva que tem a SPD pela história e cultura da população negra na Bahia, do Brasil e do Mundo.

FONTES DOCUMENTAIS

Livro de atas de 1832 (Relíquia da Sociedade Protetora dos Desvalidos). Acervo da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

Livro de atas do conselho administrativo S.P.D. de 29/09/1983 até 1997, 200 páginas.

NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – julho de 1981, nº 1.

NÊGO. Boletim informativo do movimento negro – junho de 1984, nº6.

REFERÊNCIAS

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2006.

ANTONIO, Carlindo Fausto. A Escrita e Recepção de Si: Abismo Olhando o Abismo. Pós-Limiar, v.2, p.141-152, 2019.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes históricas* [SI: s.n.], 2006

BASTIDE, Roger. *A imprensa negra do Estado de S. Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: ZERBO, Joseph Ki (org). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010.

BRAGA, Júlio Santana. Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor. Salvador: Ianamá, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Lucas Ribeiro. “Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894)”. (Dissertação Mestrado em História – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2018).

CARMO, Emerson Cláudio Cordeiro. Memória e associativismo mutualista em Salvador: estudo centrado na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1851-1934). Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Alagoinhas, 2019.

CASTRO, Armando Alexandre Costa de. A irmandade da Boa Morte: Memória, Intervenção e Turistização da Festa em Cachoeira, Bahia. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz/Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2005.

DIOP, Cheikh Anta. A Unidade Cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do Matriarcado na antiguidade clássica. Editora: pedagogo, 1982.

GALVES, Charlotte; LOBO, Tânia (Orgs.). **O português escrito por afro-brasileiros no século XIX**: as atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos. Salvador: EDUFBA, 2019.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência. Tradução: Cid Knipel Moreira: Editora 34, São Paulo, 2001.

GOMES, Lidiane Mariana da Silva. Irmandades Negras: Educação, Música e Resistência nas Minas Gerais do século XVIII. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade de Americana, São Paulo, 2010.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

FERREIRA, Raphael Chaves. As três chaves do juízo: o cofre dos órfãos e o crédito nos tempos de declínio do ouro – Vila de São João Del-Rei (1774-1806). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2015.

LEITE, Douglas Guimarães. “Mutualistas, graças a Deus”: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson. (Org) – *África à Vista*. Editora: EDUFABA, Salvador, 2009

LOPES, Nei. **Kitábu**: o livro do saber e do espírito negro-africanos. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

MARCIEL, Cleber. Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1926). Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Campinas, 1985.

MALOMALO, Bas'ilele. Filosofia do Ubuntu: valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento. Curitiba: editora CRV, 2014.

MESQUISA, Peri. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 235-249, abr./jun. 2013. Editora UFPR.

Movimento Negro Unificado. 1978 – 1988: 10 Anos de Luta contra o Racismo. Editora, Confraria do Livro, São Paulo, 1988.

MOURA, Clóvis. As Injustiças de Clio: O negro na historiografia brasileira. Editora: Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.

MOURA, Clóvis. Quilombos: Resistência ao escravismo. Editora: ática, São Paulo, 1987.

MONTEIRO, Antônio. Notas sobre negro malês na Bahia. Salvador: Ianamá, 1987.
Movimento Negro Unificado. 1978 – 1988: 10 Anos de Luta contra o Racismo. Editora, Confraria do Livro, São Paulo, 1988.

OLIVEIRA, Klebson. Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de letras, Salvador, 2005.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. As Associações dos homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista: movimentos negros, cultura e política no Brasil Republicano (1915 a 1945). Belo Horizonte: Daliana – MEC/SESU/Secad – Neab/UFT, 2006.

PINTO, Regina Pahim. O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade. Editora: UEPG, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 2013.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. Tradução de Ana Cristina Nascer – Petrópolis, RJ, editora Vozes, 2008.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Lá vem meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco (Século XVIII). Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 1997.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. Caminho da Piedade, caminhos de devoção: as irmandades de pretos no Vale do Paraíba Paulista – século XIX. Tese – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010.

REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidade africana na Bahia setecentista. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

REIS, João José. Rebelião Escrava no Brasil: A História dos Levante dos Malês em 1835. Editora: brasiliense, 1986.

REIS, João José, “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. *Tempo*. Vol.2, nº 3. Niterói/Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 1997.

REIS, Lysie. **A liberdade que veio do ofício**: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012.

ROSA, Júlio César da. Associativismo Negro em Laguna e a Construção Identitária: Irmandade, Sociedades Musicais e Clubes Negros (1870 a 1950). (Tese) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2021.

SANTOS, Givanilda. **ÌMÓ** Panorama do Pensamento Negro Brasileiro: A Organização dos Negros e Negras no Partido dos Trabalhadores e na Sociedade (p.55-74). JACINO; RAMATIS, Org São Paulo: Nefertiti, 2009.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *En: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.*

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Juana Elbein. Os nàgó e a morte: pàdè, àsèsè e o culto Égun na Bahia. 2. Ed. Traduzido pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis: Vozes, 1977.

SANTOS, Maria da Conceição dos. Festa de Preto na São Paulo Antiga: um exemplo de resiliência na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1887

– 1907). Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006

SILVA, L. H. O.; XAVIER, R. C. L. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-15, 2019.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: Associações e identidades negras em pelotas (1820-1943)*

SILVA, Maria Conceição da Barbosa da Costa e. *A Sociedade Monte Pio dos Artistas: um momento do mutualismo em Salvador*. (Dissertação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1981.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo Do tráfico de escravos entre o golfo do Benim e a Bahia de Todos-os-Santos do século XVII ao XIX*. 3 ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

WEBER, Silvio Adriano. *Além do Cativo A Congregação de Escravos e Senhores na Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. Século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2009.